

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Guélmer Júnior Almeida de Faria

DO SEU LUGAR PARA O LUGAR DOS OUTROS: A
MIGRAÇÃO DE MULHERES E SUA INSERÇÃO NO
TRABALHO DOMÉSTICO

MONTES CLAROS - MG

MARÇO/2014

Guélmer Júnior Almeida de Faria

***DO SEU LUGAR PARA O LUGAR DOS OUTROS: A
MIGRAÇÃO DE MULHERES E SUA INSERÇÃO NO
TRABALHO DOMÉSTICO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

MONTES CLAROS - MG

MARÇO/2014

F224d Faria, Guélmer Júnior Almeida de.
Do seu lugar para o lugar dos outros [manuscrito] : a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico / Guélmer Júnior Almeida de Faria. – Montes Claros, 2014.
140 f. : il.

Bibliografia: f. 123-132.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo.

Coorientadora: Profa. Dra. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Migrações - Mulheres. 2. Gênero. 3. Trabalho doméstico - Norte de Minas Gerais (MG). I. Macedo, Luiz Antônio de Matos. II. Paula, Andrea Maria Narciso Rocha de. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: A migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação intitulada: ***Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico***, de autoria do mestrando Guélmer Júnior Almeida de Faria examinado em 25/04/2014, por uma banca constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luiz Antônio Matos de Macedo – orientador (UNIMONTES)

Prof. Dr^a. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula – co-orientadora (UNIMONTES)

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão - examinador (UNICAMP)

Prof. Dr^a. Iara Soares França – examinador (UNIMONTES)

Prof^a. Dr^a. Maria da Luz Alves Ferreira – examinadora (UNIMONTES)

MONTES CLAROS/MG

MARÇO/2014

Para uma mulher, migrante, doméstica, mãe, esposa e guerreira: minha mãe, Isabel.

AGRADECIMENTOS

Enfim! Terminou mais uma caminhada... E neste espaço tão breve é o momento que tenho para agradecer a tod@s que contribuíram com a realização de mais uma etapa vencida na minha vida. Deus eu não vou me cansar de agradecer, sem ele a crença que iria dar certo não existiria. Meus pais, Sebastião e Isabel, que abriram mão da saudade para ver ser filho mestre lá nas longínquas terras do norte de Minas Gerais. A minha irmã, Fabiana, que sempre acreditou no meu potencial e sempre me apoiou incondicionalmente. O meu irmão, Guilherme, sempre me lembrando de que sou um futuro mestre. A minha tia, Aparecida, que me tem como um filho e não mediu esforços para ajudar no que fosse necessário. A toda minha família peço desculpas pela minha ausência nos momentos familiares é que vocês puderem fazer dela um suporte para que mesmo longe sempre fosse lembrado por vocês, aqui está o motivo dessa ausência. Muito obrigado, pelo incentivo, esforço, compreensão e sobretudo a atenção.

Meu amigo, Délcio, que não só me apoiou, mas me ofereceu sua casa para ser minha morada nesses 5 anos de Montes Claros. Primeiramente, me fazendo parte dos seus projetos de extensão no ICA/UFMG, de onde saíram vários artigos em parceria e que culminou até em prêmio na UFV. Meu amigo, sem palavras para expressar tamanha generosidade. É por você e outras pessoas que a vida vale a pena.

Meu amigo, José Maria, para mim Jota ou Zé, foi um dos primeiros a me acalantar quando não passei no primeiro processo seletivo, fazendo acreditar no meu potencial e enxergar que tudo tem seu tempo para acontecer. Um irmão, que meu pai fez questão de adotar. Mas, também era uma forma de minimizar tamanho acolhimento que a família de Zé me proporcionou em Montes Claros. Amigo-irmão, por você eu iria a pé do Rio a Salvador, as palavras me faltam, mas, o sentimento é grande. Obrigado!

Aos meus amig@s vocês não tem noção de como estar com vocês me fez sentir bem, longe da família e tendo companhias que minimamente preenchia os espaços vazios, da saudade. Os momentos que vivemos, seja nas alegrias ou nas tristezas, me fez um ser humano melhor. Agradeço cada um de vocês e vou levá-los no meu coração para todo sempre.

Ao meu amigo Ronivaldo (Roni) e sua família, por ter me relatado essa história que resolvi contar em forma de pesquisa. Aos moradores do Distrito de Muquém - Mirabela-MG, pela acolhida. A professora Rosimeire, por partilhar de suas experiências que culminaram no desenrolar desse projeto.

Aos amigos do mestrado, Carol, Carminha e Francisco, muito obrigado pela compreensão desse ser estranho metido nas Ciências Sociais. Foram tantos momentos de alegria, de partilhar conhecimentos e apertos. Conviver com vocês só me fez descobrir o quanto nossas relações rendem bons frutos, quero tê-los por perto sempre.

Agradeço, profundamente, meu orientador Luiz por embarcar nesse projeto comigo, me dando asas para que pudesse alçar meus próprios voos e sempre disposto a ouvir, ajudar, e, sobretudo, nas correções do decorrer da pesquisa, no incentivo a prosseguir os estudos, enfim, por confiar em mim.

A professora Andrea, que nem me conhecia, mas estava super “interessada” em conhecer meu projeto, agradecer é pouco, dessa ligação sai uma amizade eterna, me ensinou a me enxergar como um sujeito migrante que tem memória, lembrança, e sou de um lugar. Aprendi que a vida da gente tem de ser feita de poesia, de poemas, de versos. Muito obrigado, pelas sugestões, pelas correções, pelo rigor metodológico.

Aos professores do mestrado, em especial a professora Da Luz, que me adotou nas Ciências Sociais, por ter participado da qualificação. A professora Luciene, sempre contribuindo para o aprimoramento da pesquisa. A professora Luci, que mesmo antes de entrar no mestrado já incentivava participar do processo seletivo. Meu obrigado, nossos mestres são sempre um exemplo é em vocês que nos inspiramos.

Aos integrantes do grupo de pesquisa: OPARÁ, Ana Flávia, Sérgio, Laís, por abrir as portas e me receber para tomar um café ou para ler um texto etnográfico. Ainda tenho muito que aprender com vocês, estar perto de vocês me faz bem, não largo mais.

Aos alunos da disciplina de Migrações, Identidades e Diáspora, do curso de Ciências Sociais da UNIMONTES, tamanho o carinho com que fui recebido, a timidez era tanta que a voz nem saía, até o momento de partilhar nossas experiências, aprendi muito com vocês. E isso não tem preço, levo para todo o resto da minha vida.

Ao pessoal da secretaria, Fernanda, Vanessa, Sara (agora nossa colega do mestrado) por fazer nossos pedidos serem atendidos e estarem sempre dispostas a nos ajudar.

Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro sem ele não poderia ter me dedicado a pesquisa.

Por fim, é importante destacar que, por mais que sejam sensatas as nossas escolhas de pesquisa, o caminho ainda se faz ao caminhar.

SESSÃO LITERÁRIA

“Vai, meu filho. É a luz dos teus olhos, que só Deus teve poder para te dar. Vai. Fim do ano, a gente puder, faz a viagem também. Um dia todos se encontram...”

*João Guimarães Rosa. **Manuelzão e Miguilin**, 1984.*

“Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo aguentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. Entrava dia e saía dia. As noites cobriam a terra de chofre. A tampa anilada baixava, escurecia, quebrada apenas pelas vermelhidões do poente. Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinhá Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem animo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava.”

*Graciliano Ramos. **Vidas Secas**, 1938.*

“Fatal foi também isso, aprenderes rápido feito cachorro do sítio, a sair com o rabo entre as pernas repetindo “sim, senhora”. Mas havia o sótão e a janelinha e o pedaço de rio, as velas encardidas, o sino das igrejas e as mil e uma vezes que te benzias, mão direita mão esquerda? Da janelinha era possível ver se a chuva ia cair já, se não ia, se dava pra menina sair, pro menino brincar, fazias até a tua mágica de dar um nó na barra de tua saia e paravas a chuva, ora se paravas, Ó pequena!

Nem cor definida nem peitos tinhas, só os carocinhos que doíam e que a cozinheira te ensinou a apertar dois caroços de milho e dar pro galo para que não crescessem tanto. Mas cresceram e logo o doutor e logo o menino, horário estranho, pesada hora, apertavam também, bolinavam, teu corpo ereto, tua cabeça baixa, coração aos pulos. Virou hábito deles, ficou pra costume, nem ousaste compreender, só aprender, Ó pequena!

Fatal foi tua ligeireza, o trabalho na roça, o leite de cabra que bebeste em tenra idade lá de onde aportaste um dia numa sonolenta manhã”.

*Maria Lúcia Medeiros. **Velas, por quem?**, 1991.*

[...] “Varria a calçada com minúcia e capricho, como se, com esse ato, pudesse varrer para longe toda a desgraça de uma vida. Quem é esta mulher? Esta mulher é real, é verdadeira. Esta não é uma história de ficção, apenas os nomes aqui utilizados o são”.

QUE MULHER É ESSA?. Cora Coralina

RESUMO

FARIA, Guélmer Júnior Almeida. *Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico*. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender as migrações rurais-urbanas por mulheres quanto à sua inserção no trabalho doméstico no município de Montes Claros-MG, a partir do ponto de vista do desenvolvimento social. Para a efetivação deste estudo, foram realizados, num primeiro momento, uma revisão de literatura com autores que discutem migração e desenvolvimento, assim, como elencar os principais eixos teóricos do processo migratório. Num segundo momento, dialogou-se com a temática da migração e gênero, trazendo uma nova emergência social (problema social) e sociológica (questão social), para dar visibilidade ao espalhamento das migrações no feminino. Em seguida, através da pesquisa qualitativa, realizaram-se entrevistas em profundidades com seis mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual, além, da observação participante e registro no diário de campo. A pesquisa revela que as mulheres deslocam de sua comunidade tendo como foco a motivação econômica. Montes Claros-MG por ser polo de atração migratória potencializa o fluxo de migração de mulheres para o trabalho doméstico. O papel das redes de parentescos influencia na decisão da efetivação do processo migratório. Pode-se perceber na comunidade que a migração de mulheres para o trabalho doméstico é algo frequente, assim como as informações trazidas do local de destino, o estilo de vida (condição socioeconômica) e a confiabilidade. Por fim, notar que as mulheres entrevistadas, não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “ser doméstica”. Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações em Montes Claros. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico.

Palavras-chaves: Migrações, Gênero, Trabalho Doméstico, Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT:

The aim of this research is to understand, from the point of view of social development, rural-urban migrations by women in relation to their taking domestic jobs in the city of Montes Claros (Minas Gerais, Brazil). After reviewing the literature on migration and development and the main theoretical approaches regarding the migration process, a discussion about migration and gender highlights the relation between these themes considered as a social problem as well as a sociological object. A qualitative research was conducted, by means of in-depth interviews (following a plan) with six migrant women individually, and participating observation (with a field diary). The results show the economic motive as the main drive for leaving their original community. Montes Claros is a center of attraction of migrant women for domestic work. The networks of relatives play a role in the decisions and accomplishment of the migrations. The community of origin shows frequent migration for domestic work, moved by information brought from the city of destination, the latter's lifestyle (socioeconomic conditions) and reliability. The women interviewed do not see themselves as migrant or someone displaced, but recognize themselves for their work, for being domestic workers. This recognition happens to occur to a greater extent among the group of such workers themselves. In the community of origin, social recognition is based on the rewards of the domestic work.

KEY-WORDS: Migrations, Gender, Domestic work, Northern region of Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS, FOTOS E FIGURAS)

Gráfico 1. População de Imigrantes ¹ no Brasil (1191-210).....	59
Gráfico 2. População de Montes Claros, segundo a situação do domicílio (1960-2010).....	64
Mapa 1. Localização do município de Montes Claros na mesorregião do Norte de Minas	63
Mapa 2. Localização do município de Mirabela-MG.....	89
Quadro 1. Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.....	26
Quadro 2. A análise das migrações – um modelo de investigação.....	38
Quadro 3. Tempos da Migração	66
Foto 1. Mirabela (MG)	48
Foto 2. Distrito de Muquém - Mirabela (MG).....	48
Foto 3. Igreja e escola de fundação do distrito	90
Foto 4. Praça central do distrito.....	90
Foto 5. Centro Educacional Fada Azul.....	95
Foto 6. Escola Estadual Santa Maria	95
Figura 1. Fluxograma da trajetória das migrações femininas.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de urbanização no Brasil.....	39
Tabela 2. Taxas anuais médias ¹ de crescimento do PIB ² setorial no Brasil 1920 a 1945	42
Tabela 3. Taxas anuais médias de crescimento da população por situação do domicílio – Brasil 1950 – 2000.....	49
Tabela 4. População por sexo e situação do domicílio – Distrito de Muquém – Mirabela (MG)	92
Tabela 5. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e taxa de alfabetização por sexo Distrito de Muquém – Mirabela (MG) - 2010.....	94
Tabela 6. Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento segundo o sexo e a cor ou raça – Distrito de Muquém – Mirabela (MG) – 2010.	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIS	Complexos Agroindustriais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa por Amostra de Domicílio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	28
1.1 Categorias de Migrações: Teorias Clássicas e Contemporâneas acerca dos Processos Migratórios	31
1.2 Emergência de uma Sociedade Urbano-Industrial: Expressão do Capitalismo	39
1.3 Desigualdades: Uma Economia à Margem da Divisão Inter-Regional	44
1.4 Do Urbano ao Rural.....	48
1.5 Vidas Migrantes: Pensando as Migrações Internas no Contexto Brasileiro.....	54
1.6 Migração e Desenvolvimento Regional: Os Migrantes do norte de Minas Gerais	60
CAPÍTULO 2: A EMERGÊNCIA SOCIAL E SOCIOLÓGICA DAS MIGRAÇÕES NO FEMININO	68
2.1 Migração e Gênero	69
2.2 O gênero da casa: abordagem clássica	73
2.3 Trabalho doméstico: definições, conceitos e características	76
2.4 Compreendendo a Migração Feminina sob a Ótica das Redes Sociais	78
2.5 Formas de Incorporação no Mercado de Trabalho: O Trabalho Doméstico como Inserção Laboral.....	82
CAPÍTULO 3: DISTRITO DE MUQUÉM-MIRABELA-MG: MIGRAÇÃO RURAL-URBANA DE MULHERES	88
3.1 Origem: “ <i>Aqui é o meu lugar</i> ”	88
3.2 Chegada: “ <i>A cidade seduz</i> ”	97
3.3 Trajetória: “ <i>Andei por tantas estradas</i> ”	101
3.4 Trabalho e inserção no trabalho doméstico: “ <i>Quando o fazer de casa vira profissão!</i> ” ..	105
3.5 Da tradição aos novos costumes: “ <i>A gente vai se acostumando...</i> ”	108
3.6 novas relações sociais e de trabalho: “ <i>Rumo à cidade</i> ”	111
3.7 Questão da identidade: “ <i>Eu, você, nós e os outros</i> ”	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

A história das migrações no Brasil é, de certo modo, a história do próprio país. Para Zamberlam (2004), na origem desse processo histórico vamos encontrar o imigrante que veio dos países do norte e foi visto dentro de diferentes perspectivas pelo Estado e pela sociedade brasileira¹.

No período colonial, só era aceita a “imigração forçada” de escravos africanos. Após a Independência prevaleceu à ótica da “imigração estimulada”, ou seja, de imigrantes destinados à colonização. Nas primeiras décadas do século XX e após 1945, ocorreu um desdobramento da imigração estimulada com a busca de imigrantes qualificados para atender demandas de serviços urbanos, especialmente quando da modernização da economia brasileira. Após o Golpe de 1964, o imigrante passou a ser categorizado como “potencial subversivo”, como “trabalhador indesejável”. Nas duas últimas décadas do século XX, sem haver mudança legal e ideológica frente ao imigrante, teve início a emigração brasileira, desafiando o Estado a desempenhar a proteção dos cidadãos residentes no exterior. (ZAMBERLAM, 2004).

Portanto, são os ciclos econômicos que foram substituídos pela modernização agrícola a partir da década de 1960 com o intenso processo de atividades agrícolas, baseadas no paradigma da Revolução Verde que impulsionam o espraiamento da população no território nacional. A principal característica desse processo continua sendo a concentração de terras. Portanto, a migração campo-cidade se intensifica, os nordestinos continuaram migrando para a região Sudeste em direção ao Estado de São Paulo. (PAULA, 2003).

Historicamente, a região Nordeste sempre foi um espaço irradiador de importante mão-de-obra para as regiões de extensão (frentes pioneiras, cidades, regiões agrícolas, expansão do agronegócio, etc.). Neste sentido, segundo Rodrigues (2000, p. 108) “o Norte de Minas Gerais, embora pertença à região mais próspera do país, a região Sudeste, é reconhecidamente uma de suas áreas mais pobres, tendo inclusive incentivo do poder público

¹ Rosita Milesi identifica posturas legais e concepções de aplicadores da lei brasileira, reforçadas hoje pela grande mídia, criando figuras estereotipadas do imigrante, “servo de gleba” (década de 1840); “anarquista” (primeiras décadas do século XX); “comunista”/ “fascista” (durante o Estado Novo após a II Guerra Mundial); “subversivo” (na ditadura militar de 1964-1985); “terrorista” (após o atentado às torres de Nova York, em 11 de novembro de 2002) (ZAMBERLAM, 2004, p. 7).

federal, como se do Nordeste fizesse parte”. “O Norte de Minas Gerais constitui região de transição entre o Sudeste e o Nordeste”.

E é neste contexto que as migrações ganham relevância, com a expansão da industrialização, a intensificação do processo de urbanização. Os deslocamentos ganham força pela ampliação da possibilidade ou expectativas das famílias alcançarem uma melhor qualidade de vida.

De acordo com Fonseca (2010, p. 2) “a migração interna esteve e estará ligada à busca de sobrevivência de trabalhadores excluídos ao longo da história do Brasil, tendo em vista que o desenvolvimento econômico implica na ampliação das desigualdades sociais, aprofundando as divisões de classes”.

Neste estudo o esforço investigativo se assenta sobre as dinâmicas de deslocamento populacional, que de acordo com Oliveira e Oliveira (2011, p. 9):

[...] se materializam, entre outros aspectos, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos.

Cardoso (2003) afirma que as migrações internas assumiram um grande significado na vida socioeconômica do país desde a década de 30 (Séc. XX), e que culminaram em profundas mudanças estruturais no âmbito político, econômico e social as quais provocaram mudanças significativas na composição da população, assim como na dinâmica das diversas regiões do país. Certamente o Norte de Minas, particularmente Montes Claros-MG, não ficou a margem desse processo.

Portanto, o deslocamento populacional do segmento feminino na faixa de 20 a 28 anos (completos) que se trata neste estudo, remete ao o processo de migrações intra-regionais, que são aquelas realizadas dentro de uma mesma região, especificamente as migrações rurais-urbanas.

Consoante a este estudo, Abramovay e Camarano (2000) ao se dedicar ao fenômeno migratório no Brasil, elencaram três situações para explicitar os deslocamentos de mulheres e jovens para o meio urbano: 1) as migrações relacionadas com a oferta de trabalho em residências e no setor de serviços; 2) as mulheres jovens deixam a casa paterna no meio rural,

procurando independência econômica e sendo estimuladas pela própria família; 3) valorização do movimento migratório das mulheres para a cidade a fim de estudar.

Do ponto de vista de Maia (2000), as mulheres jovens, especialmente as solteiras, também migram em resposta a necessidades individuais, e também como estratégia auxiliar na reprodução social da unidade familiar.

Nesse sentido, Menezes (1976) demonstra que, para os atores sociais envolvidos, a migração equivale a uma nova socialização, pois a transferência para a cidade (na migração rural-urbana) – mesmo quando não implica na reformulação global de identidades – exige a aquisição de novos conhecimentos.

Na visão de Singer (1998, p. 29), “as migrações internas como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para este estudo.

Assim, o fenômeno migratório é visto como histórico-social, assumindo o aspecto de extensão da classe social, expressando suas manifestações no processo social, econômico e político.

As dinâmicas do processo de deslocamento populacional sofrem influência de vários fatores, dentre eles a industrialização. Em regiões onde predominam atividades ligadas à agricultura seus impactos são perversos. Como caracteriza Paula e Júnior (2002) o aumento da produtividade no mundo do trabalho está relacionado com as transformações na agricultura, gerando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novos modos de produção com utilização da tecnologia no alcance da maior produtividade, provocando velhas formas de dominação e subordinando os pequenos e trabalhadores rurais ao capital.

No entanto, segundo Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 135):

[...] as desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno.

Diante deste cenário, são os jovens que estariam predispostos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário. Como evidencia Oliveira e Jannuzzi (2005), esse padrão etário de

mobilidade estaria condicionado, sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Assim, a elevada concentração de jovens entre os migrantes seria explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, assim como pela maior adaptabilidade a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem.

Na opinião de Cardoso (2003), as desigualdades regionais podem ser o motor principal das migrações internas que acompanham os moldes capitalistas. As populações das áreas desfavorecidas sofrem consequências de um empobrecimento que obriga estas populações a se deslocar para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida.

Singer (1998) nos diz que, em boa medida, a oferta de força de trabalho consequente da migração à cidade é absorvida pelo serviço doméstico, cujo significado é nulo do ponto de vista da produção social capitalista.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010) estima que haja mais de 52,6 milhões de trabalhadores domésticos remunerados. Mas, a própria organização no mundo afirma que, dada a forte informalidade presente no trabalho doméstico remunerado, esse número pode chegar a 100 milhões. Sua estimativa é que, 83 % são mulheres, 30 % são excluídos da legislação laboral nacional, 45 % não tem direito a período de descanso semanal ou férias anuais remuneradas, e mais da terça parte dessas trabalhadoras domésticas não tem direito a proteção à maternidade.

No Brasil, em 2009, o contingente desses trabalhadores somava 7.223 milhões pessoas, dos quais 93% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de cerca de 17 % das mulheres que trabalham. (DIEESE, 2012).

Logo, pensar na importância de Montes Claros para a região Norte-Mineira e o movimento migratório campo-cidade contribui para a compreensão do trabalho doméstico na cidade, o qual é parte das estratégias de sobrevivência das famílias pobres. (SANTOS, 2009, p. 41).

Santos (2009) explicita ainda que o trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitente, há muito absorve a mão-de-obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo.

Nessa linha, Dutra (2012, p. 2) “observa que muitas mulheres ao redor do mundo acabam decidindo migrar como alternativa para escapar das situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho”.

Caracteriza-se essa ocupação como uma das mais precárias do universo laboral, justamente por padecer de alto grau de preconceitos sociais e culturais, oriundos da atribuição imputada às mulheres em relação aos afazeres domésticos, sendo as trabalhadoras desvalorizadas socialmente, sofrendo discriminação étnico-social.

Portanto, ao abordar a questão do trabalho doméstico é necessário elencar a discussão em torno das relações de gênero. Para Saffiotti (1999) o conceito de gênero no trabalho doméstico está intimamente relacionado com a questão de classe social, pois a mulher que trabalha como empregada exerce essa tarefa para outra mulher com um poder aquisitivo maior que o seu.

Sob a perspectiva de gênero, Scott (1989) diz que é uma categoria de análise que serve para explicar os fenômenos sociais entre o masculino e o feminino. É definido não como sinônimo de mulher ou de diferenças apenas biológicas ou sociais, mas como um elemento que constitui as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, como a primeira forma de significar as relações de poder.

Dessa forma, Nogueira (2010, p. 59)

Constata que a divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo.

Para Durham (1984) a posição da mulher na sociedade está condicionada pela divisão sexual do trabalho que se reproduz no âmbito familiar. Segundo ela, a diferenciação entre papéis femininos e papéis masculinos está presente, historicamente, em todas as sociedades humanas. O que não quer dizer que as formas dessa divisão sexual são idênticas. Na verdade são extremamente variadas no tempo e no espaço, assim como é variada também a rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e próprias às mulheres.

O trabalho doméstico é considerado como a realização do trabalho alienado prestado por mulheres. Além disso, é necessário fazer uma observação quanto à caracterização do espaço do trabalho. Isso porque ele pode ser caracterizado mesmo quando realizado em

âmbito familiar. Essa condição é estabelecida quando as mulheres assumem responsabilidades relativas ao trabalho doméstico. No entanto, é o trabalho, prestado em casa de terceiros, que se destaca como o principal elemento de exploração do trabalho.

Neste contexto, o subsídio empírico para esta pesquisa está calcado na migração de mulheres rurais do Distrito de Muquém do município de Mirabela-MG para Montes Claros-MG, para atuarem no trabalho doméstico urbano, no período de abril de 2013 a janeiro de 2014.

Do ponto de vista das relações de gênero, convencionou-se atrelar trabalho doméstico à mulher, como algo já naturalizado. A perspectiva geracional concatena com os papéis desempenhados pela geração familiar, uma vez que é transmitido por avó-mãe-filha. E ainda muitos autores abordam o fenômeno de racialização no trabalho doméstico, onde se verifica o estigma nas relações entre os agentes sociais do trabalho doméstico.

Logo, na visão da OIT (2005), o gênero e a raça/etnia são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que este se exerce. Assim como a pobreza é um fenômeno que se encontra diretamente relacionado aos níveis e padrões de emprego e às desigualdades existentes na sociedade.

Outro aspecto importante que não é abordado na maioria dos estudos é a questão regional. Sabemos que, num país de dimensão continental como o Brasil, a cultura e as características de cada região não tendem à homogeneidade. São identidades diversas, que geram comportamentos e atitudes diferenciados por parte da população e que deveriam ser incluídas na interpretação das pesquisas em relação às mulheres que trabalham em funções domésticas.

Nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri chama atenção o maior grau de informalidade do trabalho doméstico: as domésticas mensalistas sem carteira assinada representam mais da metade dessas trabalhadoras. (PAD/FJP, 2011).

O trabalho doméstico coloca muitas mulheres em situação de risco social, passíveis dos efeitos perversos deste tipo de serviço, como precariedade, instabilidade, exploração, dominação e até mesmo abuso sexual.

O interesse por essa temática surgiu a partir de estudos anteriores. Nesta oportunidade, foi realizada uma primeira aproximação com a questão do trabalho doméstico infantil a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise da campanha do Ministério Público do Trabalho

(2009)². Naquele estudo, o foco da investigação foi analisar o trabalho doméstico infantil no Norte de Minas. Por considerar que são de fundamental importância pesquisas que versam sobre questões do nosso cotidiano doméstico, pois estas se reproduzem silenciosamente e na invisibilidade.

Segundo Santana (2003) é comum no norte e nordeste brasileiro, ainda como resquício de uma sociedade patriarcal, que meninas saiam do interior e migrem para a capital a procura de trabalho em “casa de família” como empregadas domésticas, ajudante e babás. E justifica-se abrir um espaço para estudar o trabalho doméstico na região Norte de Minas.

Face às considerações anteriores, este estudo buscará responder às seguintes questões: o que faz com que mulheres deixem suas comunidades em direção a Montes Claros-MG para se inserirem no trabalho doméstico? Quais são as implicações deste tipo de trabalho sobre os projetos de vida de quem o realiza? Quem são as mulheres do Distrito de Muquém – Mirabela - MG que trabalham como domésticas em Montes Claros-MG?

Definimos nosso problema a pesquisar visando à compreensão de como um grupo de mulheres migrantes, de uma comunidade rural, trabalhadoras domésticas, vive e explica a experiência de chegar a um novo lugar – a cidade de Montes Claros-MG, e como deste se apropriam. Interessa-nos identificar as particularidades dos modos de integração ao mercado de trabalho e à cultura da cidade em geral.

Dessa forma, entendemos que “podemos avançar numa análise sociológica ao buscar compreender, interpretar e explicar as ações socialmente situadas dessas migrantes e as suas implicações sociais”. (DUTRA, 2012, p. 66).

Martins (2008) nos incute a ideia de que a migração é normal na sociedade moderna. Por trás da palavra migração existe uma preocupação da maior importância que é com o problema social. “Nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social” (MARTINS, 2008, p. 127). O problema social está na inclusão deste sujeito à sociedade receptora.

Por fim, pretendo, a partir desta pesquisa, produzir um estudo que enfoque a colocação das mulheres no processo migratório, não como coadjuvante, mas, sobretudo como ator principal no cerne da mobilidade laboral.

² MPT. Ministério Público do Trabalho. MPT lança campanha contra trabalho infantil doméstico no Norte de Minas. Abril de 2009.

Portanto, a reflexão deste estudo e o compromisso que se assume ao iniciar estudos para ampliar o foco de análise incorporando a perspectiva da migração, gênero e classe social ao problema do trabalho doméstico. Por fim, é importante destacar que, por mais que sejam sensatas as nossas escolhas de pesquisa, o caminho somente se faz ao caminhar.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste estudo é analisar as migrações rurais-urbanas por mulheres quanto à sua inserção no trabalho doméstico no município de Montes Claros-MG a partir do ponto de vista do desenvolvimento social.

Especificamente pretende-se:

- Verificar quais foram os motivos que levaram mulheres a migrarem para Montes Claros-MG;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes trabalhadoras domésticas nas relações sociais estabelecidas no contexto urbano, particularmente com relação aos novos costumes;
- Analisar a questão da identidade de mulheres migrantes quanto a sua inserção na cidade.

ABORDAGENS METODOLÓGICAS

1. Proposta teórico-metodológica

Esse estudo pretende através de uma abordagem qualitativa dialogar com as diferentes áreas das Humanidades. Na visão de Paula (2009, p. 33) “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

O aporte teórico adotado é o fenomenológico, segundo Marandolla Junior e Gallo (2010): em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a forma como o fenômeno aparece na experiência. Essa pergunta expressa também uma preocupação ontológica original: o migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar de origem. E é neste deslocamento que procuramos o significado do que é esta condição.

Nos estudos migratórios, observam-se alterações nas tradicionais abordagens explicativas das migrações (estruturalistas), com fortalecimento da atenção na identidade e nos elementos simbólicos do processo. (AHMED, PADILLA, *apud* MARANDOLLA JÚNIOR, 2010).

Como assinala Brito (2009) dadas às diferenças estruturais entre os setores rural e urbano da economia, é de importância decisiva a transferência de mão-de-obra entre os dois setores. Todavia, menciona Todaro que há um equívoco quando se considera que esse processo ocorre em um só estágio. Questiona, devido ao subemprego e desemprego generalizados nos países em desenvolvimento, que nem sempre o trabalhador migrante do setor rural, sem qualificação, poderá encontrar emprego permanente e bem remunerado no setor urbano.

As migrações podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica "clássica" de Singer (1976), que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por Martins (1986) em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade. (BARCELLOS, 1995).

Assim, de acordo com Nogueira (1991, p. 43) “o rearranjo espacial da população, antes de ser um ato soberano desta população, seria uma determinação da estratégia de desenvolvimento capitalista, que, com a criação de desigualdades regionais, condicionaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central”.

Na teoria de Singer (2010) as migrações são historicamente determinadas segundo a modalidade da industrialização. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização. Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em

movimento e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, num processo social determinante. No caso das regiões em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social. (BRITO, 2009).

Logo, um desafio a esse estudo é concatenar o estudo macroestrutural com a análise empírica micro social. As análises micro sociais se produzem na intersecção de uma diacronia e de uma sincronia, a partir da apreensão dos fatos que assentam uma dada situação histórica e social. O desafio consiste em ligar processos estruturais, espaços e itinerários pessoais. E justamente, é nesse ponto que encontramos o desafio e a relevância de realizar pesquisas sobre migração feminina focadas no micro social e que busquem ir além das causas e consequências deste fenômeno migratório, para assim compreender as vivências dessas mulheres a partir das suas próprias perspectivas.

2. Metodologia

O local da pesquisa será no Distrito de Muquém localizado no município de Mirabela-MG. O Distrito é circundado pelos povoados de Vereda, Ana Gonçalves, Fiúza, Mata Barroca e Passagem de Cima. Muquém dista 14 km da área urbana de Mirabela e fica a 76 km do município de Montes Claros. A opção por realizar a pesquisa em Muquém deve-se ao fato de nessa localidade não haver estudos sobre o tema, e segundo Silva *et al.* (2010) o desemprego é maior entre os jovens, que são obrigados a migrar para outras localidades em busca de emprego.

Tal escolha é decorrente da dificuldade em investigar as trabalhadoras domésticas em seu ambiente de trabalho, devido à limitação de acesso a elas.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres escolhidas por amostra por conveniência e informantes-chaves, famílias de origem, empregadores e através dos testemunhos dos pesquisados.

Como nos propusemos a pesquisar um grupo de mulheres migrantes que participasse no trabalho doméstico, pareceu-nos viável identificar na comunidade de origem informantes privilegiados, que pudessem apontá-las.

A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

Inúmeras vezes me indaguei sobre a situação de mulheres, principalmente meninas, que deixavam suas famílias de origem rural para irem trabalhar como empregadas domésticas nas cidades. Em 2011, fazia uma pós *lato sensu* na Universidade Estadual de Montes Claros com professores de Ensino Fundamental e Médio, um deles vinha de uma comunidade do município de Mirabela-MG, e relatando meus questionamentos a cerca dessa “escolha” das famílias em liberarem suas filhas para trabalharem como domésticas, ele me informou que esta realidade era muito presente na sua comunidade. A partir daí, com ajuda de pessoas da comunidade passei a investigar quem era essas mulheres. Este primeiro momento da pesquisa permitiu a definição das linhas principais da pesquisa e a delimitação desses sujeitos sociais para definição da pesquisa.

A comunidade de Muquém em Mirabela-MG foi escolhida como sendo um dos locais, pois segundo Fonseca (2010, p. 2) “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

A pesquisa qualitativa exigiu um grande esforço do pesquisador. O Distrito de Muquém é de difícil acesso; de Mirabela até o Distrito não tem estrada asfaltada, o ônibus que circula no Distrito sai às 13:00 da tarde de Mirabela e só retorna no outro dia às 7:00 da manhã. Como nossa intenção era conhecer o lugar e seus espaços de vivências a ida à campo foi importante para construir nosso objeto de análise.

A ida até o Distrito teve por objetivo conversar com os moradores, seja no ônibus, nos estabelecimentos comerciais, no cartório e nas ruas. Nesse momento o maior esforço foi o físico. Tudo foi registrado em diário de campo e em fotografias.

Num segundo momento, foram feitos ainda os contatos preliminares para o estudo e foi realizado um levantamento prévio das histórias a ser coletadas. Em seguida o efetivo contato com as entrevistadas em Montes Claros-MG, devido à maioria de elas morarem no local de trabalho, nosso encontro se deu nas praças dos respectivos bairros; sempre à tarde por volta de 14:00. As entrevistas com as mulheres migrantes foram realizadas nos meses de maio, junho e novembro de 2013 e janeiro de 2014. Optamos por colocar nomes fictícios nas falas das entrevistadas para proteger sua identidade, assim, elegemos seis nomes de

personagens da telenovela brasileira, por considerar o papel estereotipado das empregadas domésticas.

No terceiro capítulo, todas as sessões foram iniciadas com as falas em “itálico” de nossas entrevistadas, para dar vozes aos nossos sujeitos pesquisados, tornando-os agentes ativos na construção desse trabalho.

Uma das dificuldades enfrentadas foi a própria abordagem do pesquisador. Devido à sua formação, a falta de habilidade e técnica a campo se mostrou diversas vezes um fator limitador. Entretanto, sempre buscamos recorrer e corrigir os percalços da pesquisa. Por isso, a grande preocupação no desenvolvimento da pesquisa foi sempre a de conquistar a confiança dessas mulheres.

As entrevistadas têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos. A maioria são naturais de Mirabela-MG e uma é natural de Patis-MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas, e quatro solteiras. Os rendimentos variam de 800,00 reais a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto, abandonaram ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

O quadro-resumo (Quadro 01) demonstra os principais dados das mulheres migrantes participantes desta pesquisa, como idade, local de nascimento, localidade e data de emigração.

Quadro 1. Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquém – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013

Entrevistada	Idade	Naturalidade	Idade de chegada
Zezé	21 anos	Mirabela-MG	16 anos
Janaína	20 anos	Mirabela-MG	15 anos
Penha	23 anos	Mirabela-MG	17 anos
Socorro	26 anos	Mirabela-MG	17 anos
Marilda	27 anos	Mirabela-MG	19 anos
Lídia	28 anos	Patis-MG	18 anos

Organizamos esse estudo em três capítulos que refletem os movimentos realizados durante o processo de pesquisa. No primeiro, nos propomos à tarefa de dialogar com autores sobre migração e desenvolvimento, e como o processo de expansão do capitalismo via industrialização contribui para as disparidades regionais e a mobilidade humana em face da inserção no mercado de trabalho, bem como do urbano ao rural e como as migrações estão relacionadas com o desenvolvimento regional.

O capítulo 2 é dedicado à migração e gênero, as categorias de migrações, compreender a migração feminina sob a ótica das redes sociais, assim como sua inserção laboral, e por fim a mulher migrante e o trabalho doméstico como forma de inserção no mercado de trabalho. O objetivo deste capítulo é mostrar a invisibilidade das mulheres nas correntes teóricas, e destacar o papel das redes sociais como promotoras de uma nova relação onde não se restrinja somente a aspectos econômicos em que os migrantes se achem desconectados das relações sociais.

No que tange à pesquisa de campo, a origem, a trajetória, a chegada, as escolhas, os novos costumes, novas relações sociais, estratégias de aproximação às mulheres migrantes, todo esse processo é descrito no terceiro capítulo. O objetivo deste capítulo foi identificar em linhas gerais pelas falas das entrevistadas participantes da pesquisa, questões ligadas à migração, enfocando a ligação entre o local de origem e o local de destino. A partir dessa análise, trata-se de compreender como se dá esse projeto migratório, sobretudo, com enfoque no trabalho e nas relações proporcionadas pelo trabalho doméstico, onde aqui o seu lugar passa a ser o lugar do *outro*.

CAPÍTULO I

MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Entender as relações entre migrações e desenvolvimento é tarefa complexa e deve-se ater para os seus efeitos, sobretudo nas comunidades de origem. De acordo com Gonçalves (2009, p. 8) “o estudo das migrações e a sua relação com o desenvolvimento adquiriu grande importância com o processo de globalização em curso, mas não tem ainda o lugar que merece na reflexão científica, nem a nível regional e nem local”.

Hoje em dia, torna-se difícil as populações de áreas rurais escaparem dos efeitos da globalização, o que compromete o seu desenvolvimento de forma harmoniosa e sustentada. Gonçalves (2009) admite que estes territórios rurais sofrem de privações em múltiplos domínios: emprego, saúde, educação, vida social, etc. Neste contexto, e como parte integrante das estratégias de sobrevivência, ocorrem as migrações.

Segundo David Harvey (2003) início da década de setenta, uma das barreiras para a acumulação de capital era a questão do trabalho. Logo, o desafio para as corporações capitalistas era subjugar a força de trabalho. As estratégias segundo Wise *et al.* (2009) eram: 1) o movimento de capital para regiões periféricas; com abundante mão de obra barata, 2) a dinâmica da mudança tecnológica, associada às cadeias de produção global; e 3) atrair a imigração para os países centrais para tirar vantagem da população como mão-de-obra barata.

Nesse sentido, percebe-se umnexo causal entre os modelos de desenvolvimento preconizados pelos países centrais e o incentivo ao espraiamento da população. Assim, a migração e o desenvolvimento se processam na medida em que a população está integrada à economia de mercado. De acordo Singer (2010, p. 46):

Na medida em que o desenvolvimento se processa, parcelas crescentes da população vão se inserindo na economia de mercado. A proporção da força de trabalho que permanece no Setor de Subsistência³ é de certa forma, uma indicação do caminho que o país tem de percorrer ainda até completar o seu desenvolvimento.

³ Consideramos o Setor de Subsistência aquele em que o conjunto da produção se destina ao consumo dos produtores, ou seja, o auto-consumo. É representado basicamente pelo setor rural, com a produção de alimentos, embora exista no meio urbano.

Na atual conjuntura o processo migratório contemporâneo não se traduz a um mero fluxo de pessoas e/ou trabalhadores. Segundo Gonçalves (2009) ele integra um importante intercâmbio de bens materiais e simbólicos, isto é, de recursos econômicos, culturais, sociais e políticos entre os territórios de origem e acolhimento.

Para Wise *et al.* (2009) deixando de lado o contexto da reestruturação econômica e a precarização do trabalho em que estão inscritas as dinâmicas migratórias contemporâneas, o ponto de vista dominante sobre o nexos entre migração e desenvolvimento é a de que a migração contribui para o desenvolvimento dos lugares e países. Entre as premissas que suportam esta visão destacam-se: 1) a migração é uma fonte de desenvolvimento para o país de origem, onde os migrantes são os agentes e as remessas, o motor ou alavanca; 2) a migração adquire uma própria dinâmica, auto-sustentada, que não reconhece as causas estruturais; 3) a migração representa encargos e remessas uma fuga de recursos para o país receptor; 4) os trabalhadores migrantes são responsáveis pela precarização do trabalho e da qualidade de vida na sociedade de acolhimento; e 5) migração torna-se uma estratégia de combate à pobreza.

O estudo da ligação entre movimentos migratórios e desenvolvimento coloca em análise a questão do próprio conceito de desenvolvimento e de crescimento econômico. Como a ideia de desenvolvimento está atrelada ao crescimento econômico, e este sendo repercutido no plano social e sob várias transformações – demográficas, migrações internas, urbanização, aceleração do crescimento populacional – cujo motivo são o endossamento das desigualdades socioeconômicas e pelo aumento da marginalidade urbana.

Para alguns autores o processo de desenvolvimento dos países passa pela transformação estrutural da economia (acumulação de capital físico e humano, alterações ocorridas na composição da procura, produção e comércio) considerada necessária ao crescimento econômico. (GONÇALVES, 2009).

Entretanto, o conceito de desenvolvimento é relativo no tempo, no espaço e no contexto histórico em que cada país se insere. Castles *apud* Gonçalves (2009, p. 49) constata: “As migrações são, frequentemente, o resultado do desenvolvimento econômico e social, podem contribuir para o processo de desenvolvimento e de melhores condições econômicas e sociais ou, alternativamente, ajudar a perpetuar a estagnação e a desigualdade”.

Portanto, as desigualdades regionais representam o motor propulsor das migrações que se ajusta aos moldes capitalistas, as populações de áreas desassistidas sofrem consequências

da fome, falta de água, serviços públicos etc.; que obrigam estas populações a se deslocarem para os centros urbanos, na busca por melhores condições de vida. Em boa medida, parte dessa mola propulsora está ligada ao modelo de desenvolvimento.

Como principais obstáculos à migração, Santos *et al.* (2010), exemplifica: a) a baixa qualificação dos migrantes e sua insuficiência de recursos; b) a oferta de trabalho nas cidades que, devido à migração, seria menor que a demanda; c) o fato da demanda por mão-de-obra crescer menos que o produto; e d) a marginalização do migrante, que resultaria na formação de um exército industrial de reserva, que pressionaria os salários dos trabalhadores urbanos.

Assim, o desenvolvimento, ao originar fatores de mudança em áreas desassistidas, congrega um fluxo maior de migração, ainda que a migração aconteça em áreas onde não ocorre desenvolvimento. Entretanto, somente o desenvolvimento é capaz de criar as condições que impulsionam a expansão da economia urbana e a conseqüente absorção produtiva, ainda que em termos de baixa qualificação, da mão-de-obra conduzida à cidade pela mobilidade da população.

As dinâmicas migratórias contribuem para o desenvolvimento ou o desenvolvimento contribui para as dinâmicas migratórias? Embora haja certa pretensão em responder tal questão, o que se coloca é como se casam esses dois processos: migração e desenvolvimento. No dizer de Braga (2006, p. 19)

O crescimento de áreas urbanas dinâmicas explicita as novas possibilidades de mobilidade para os migrantes, e a modificação do perfil dos mesmos, especialmente em termos de qualificação para o trabalho. Todas as transformações na estrutura política e socioeconômica do país influenciaram a intensidade e a direção das migrações internas.

Logo a procura de soluções para problemas como as desigualdades regionais e o domínio sobre os fluxos econômicos, incluindo a mão-de-obra, ficam certamente pelos debates políticos nas próximas décadas. Haja visto que a migração contribui para aumento do capital humano, social e cultural, além de alargar as possibilidades de empreendedorismo e dinamismo na economia local. O debate está aberto para futuras indagações acerca dessa relação biunívoca entre deslocar e desenvolver.

1.1 Categorias de Migrações: Teorias Clássicas e Contemporâneas acerca dos Processos Migratórios

O debate teórico sobre migração é muito fértil, por várias correntes se é possível discorrer. O esforço analítico nesse trabalho consiste em mostrar as premissas teóricas que se estabelecem entre as teorias neoclássicas, estruturalista, institucionalista, dos sistemas mundiais e de rede social.

Um esforço metodológico deste estudo é justamente concatenar uma perspectiva estruturalista com uma subjetivista. De acordo com Soares (2003) esse aporte teórico não tenta uma síntese impossível entre estrutura e sujeito; busca isto sim, estabelecer uma ponte entre essas duas escolas de análise do campo social. A um só tempo, a análise de redes admite o constrangimento formal e a racionalidade relativa, o que significa, metodologicamente, trabalhar com uma rigorosa representação algébrica da configuração estabelecida entre as relações sociais e ter em conta o contexto social no qual os atores tomam decisões: o ator move-se dentro de uma lista predeterminada de preferências e faz a melhor escolha possível, com os meios disponíveis.

a) Teoria da Atração e Repulsão

Um dos aportes teóricos amplamente difundidos nos estudos sobre migração, e que vigorou por muito tempo na década de 1970, foi a teoria da atração e repulsão. Um dos seus maiores incentivadores foi Paul Singer (1980). De acordo com essa matriz os fatores econômicos, sociais e políticos determinados por suas estruturas forçariam as pessoas a abandonar seus locais de origem.

Uma das premissas básicas era a não restrição da análise ao aspecto aparente do fenômeno, mas, sobretudo conseguir um maior entendimento dentro do âmbito global deste e considerá-lo como um ator do processo de acumulação do capital. Adotando a “teoria da dependência” e/ou a “teoria centro-periferia”, de acordo com Nogueira (1991), reconstrói-se o quadro histórico em que surgem os movimentos migratórios, buscando a compreensão do processo a partir de seus aspectos estruturais.

Ainda hoje, diante de diferentes interpretações que o fenômeno migratório assume, alguns autores de abordagem neoclássicas e estruturalistas recorrem ao arcabouço para explicar os determinantes dos fluxos migratórios. Soares (2003, p. 232) elenca:

- I) O elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento – nesses países, o excedente de mão-de-obra, gerado pelas altas taxas de crescimento populacional, não é absorvido de forma produtiva, o que leva à emigração para países desenvolvidos;
- II) A pobreza – privação econômica estrutural;
- III) Desequilíbrio da renda;
- IV) A estagnação econômica;
- V) As violações aos direitos humanos, resultados de problemas políticos e sociais, que têm um efeito desestabilizador sobre a sociedade e podem conduzir à migração forçada.

Nesse sentido, foi Ravenstein (1980) que estendeu as análises das mobilidades humanas atreladas ao desenvolvimento das atividades econômicas. De acordo com ele os fluxos migratórios gerados pela busca de melhores condições materiais de vida superam, em muito, os fluxos cujos motivos não são econômicos; e as correntes migratórias que se dirigem para centros industriais e comerciais resultam da demanda por mão-de-obra.

De acordo com Becker (1997, p. 326) “Ravenstein (1885) apresentou as “Leis da Migração” analisando a migração interna na Inglaterra dentro do contexto da Revolução Industrial, destacando os “fatores de atração das cidades”. Os principais tópicos então discutidos foram: migração e distância, migração por etapas, fluxos e contra fluxos, diferenças urbano-rurais na propensão em migrar, predominância das mulheres nos deslocamentos de curta distância, tecnologia e migração, domínio do motivo econômico para os deslocamentos.”

Paul Singer na década de 1980 sistematizou um importante arcabouço da perspectiva dos fatores de atração e repulsão, ao diferenciar os motivos e as causas das migrações, e adotando estas como um processo social. Para Singer (1980) os fatores de atração agiriam como orientadores dos fluxos migratórios tendo como principal propulsor a “demanda por força de trabalho” gerada pelas empresas industriais e pela expansão dos serviços. Isso, por sua vez, significaria “oportunidades econômicas”, as quais poderiam ser traduzidas em remuneração mais elevada para o migrante do que aquela que ele poderia perceber na área de origem.

Neste ponto, seria a cidade o *locus* de estabelecimento dessa população que não vê nenhuma perspectiva no campo. O fascínio pela busca de condições materiais de vida é

exercido pelas ditas “oportunidades econômicas” oferecidas na cidade. Ainda que seja uma inserção por baixo, o migrante se coloca a disposição do que lhe é cabível naquele momento.

Singer (1980) acrescenta também os fatores de expulsão que subdividem-se em: fatores de mudança, tendo como característica principal a capitalização do setor rural, o que levaria à transformação de relações de produção tradicionais em relações de produção capitalista (o objetivo dessa transformação seria o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego, provocando, portanto, um fluxo maciço de emigração, que reduziria, até mesmo, o tamanho absoluto da população rural); e fatores de estagnação, cujo principal motivo de aparecimento em determinadas áreas seria a forte pressão populacional sobre as terras cultiváveis. O crescimento demográfico torna-se incompatível com o crescimento físico das áreas aproveitáveis para agricultura, e a manutenção das relações de produção tradicionais impossibilita o crescimento da produtividade da terra. Como a incorporação de novas áreas é limitada pela monopolização destas por parte dos grandes proprietários, tornam-se inevitáveis as emigrações dessas áreas de parte ou da totalidade de acréscimo populacional resultante de crescimento vegetativo.

Neste sentido, o alerta para os principais obstáculos dessa inserção do migrante na sociedade receptora se dá pela: a) baixa qualificação e sua insuficiência de recursos; b) oferta de trabalho nas cidades que, devido à migração, seria menor que a demanda; c) o fato da demanda por mão-de-obra crescer menos que o produto; e d) a marginalização do migrante, que resultaria na formação de um exército industrial de reserva, que pressionaria os salários dos trabalhadores urbanos. (SANTOS *et al.*, 2010, p. 12).

b) Macroteoria Neoclássica e os Novos Economistas da Migração

Dentre os estudos tradicionais com enfoque na macroteoria neoclássica são considerados básicos aqueles desenvolvidos por Harris (1980), Todaro (1980) e Lewis (1963). Segundo Soares (2003) essa abordagem teórica é baseada nas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho; desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais.

Neste sentido, os países com abundante força de trabalho apresentam baixos salários; e países com limitada oferta de mão-de-obra, altos salários. Para Soares (2003, p. 233) “à medida que se intensificam os fluxos migratórios, a oferta de trabalho diminui e os salários

sobem em países carentes de capital; ao tempo que a oferta de trabalho aumenta e os salários caem em países fartos de capital.”.

Analisando esse pressuposto em um cenário de pleno emprego, os movimentos migratórios levariam a uma situação de equilíbrio, uma vez que as diferenças salariais seriam compensadas pelos custos financeiros e físicos do deslocamento geográfico. Desta forma, se não houver a diferença salarial, a migração tenderia a acabar.

Segundo Nogueira (1991) as premissas básicas desse enfoque seriam as de que as migrações respondem a diferenciais de salários e oportunidades de empregos entre localidades e áreas geográficas; são resultado de uma decisão “racional” onde cada indivíduo tem um consciente balanço entre custos e utilidades de se permanecer em determinado lugar ou mudar-se dele; e são resultado da soma de decisões individuais.

Assim, a migração tem como função transferir os excedentes de mão-de-obra do setor rural para o setor urbano sendo do ponto de vista econômico, desejável.

c) Microteoria Neoclássica

Os clássicos da microteoria neoclássica são Sjaastad (1980) e Todaro (1980). Para eles os indivíduos fazem uma escolha racional diante do processo migratório e esperam com isso obter um retorno líquido positivo, geralmente monetário. Aqui entram aspectos da qualificação que possuem os custos e benefícios, os retornos líquidos, os retornos esperados. Neste sentido, Soares (2003) analisa a diferença salarial, a taxa de emprego como sendo levada em conta pelo indivíduo: se os rendimentos da região de destino, multiplicados pela probabilidade de aí encontrar emprego, menos o custo material, social e psicológico da viagem, forem superiores aos da região de origem, a migração se concretiza.

Logo, a migração se reveste de investimento em capital humano e as oscilações do mercado de trabalho tendem a influenciar a direção migratória.

d) Novos Economistas da Migração

O pressuposto básico da teoria proposta pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho: Stark & Bloom (1985); Stark & Taylor (1989); Stark & Taylor (1991); Taylor (1986), é o de que a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um

conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligadas. Muda-se o foco da análise, centrada não mais no indivíduo, mas no domicílio ou outra unidade de produção e consumo, culturalmente definida.

Desta forma, não acreditam no funcionamento perfeito do mercado e acreditam que as unidades familiares, tendo no trabalho familiar, uma posição melhor do que o indivíduo para controlar os riscos ao bem estar econômico.

Para Soares (2003) os indivíduos atuam conjuntamente, não apenas para elevar ao máximo a renda esperada, mas, também, para reduzir os riscos e diminuir os constrangimentos associados com uma variedade de falhas de mercado.

Assim, a economia doméstica tem importante papel no investimento de recursos escassos em atividades e projetos que permitam acesso a novas fontes de rendas, mesmo que essas atividades não seja um impulsionador da renda total.

Uma questão que chama a atenção nesse modelo teórico é que as diferentes conclusões sobre as origens e a natureza da migração, são atribuídas aos modelos de decisão de âmbito micro.

Santos *et al.* (2010) *apud* Harbison também destaca a função da família como grupo e rede social. A família “é frequentemente dispersa geograficamente e a rede social criada pelos parentes em diferentes regiões é um importante componente no processo de tomada da decisão de migrar”. A expectativa de sucesso com o movimento migratório seria aumentada com o recebimento de informações sobre a área de destino, provenientes de membros familiares que tenham migrado anteriormente. A rede social teria, também, um papel fundamental no suporte ao migrante em seu novo ambiente.

e) Teoria Histórico-Estrutural

As análises desse braço teórico tendem a compreender a mobilidade humana como estratégia advinda de situações adversas de um determinado constrangimento estrutural, na perspectiva das relações e funções que os diversos elementos possuem dentro de um sistema. Neste sentido, é impossível analisá-lo de forma isolada. Os autores com abordagens histórico-estruturalistas são Germani (1974) e Singer (1976).

Uma das preocupações dessa vertente eram as consequências de um acelerado crescimento do processo de urbanização, com a concentração populacional nas grandes

cidades e a penetração das forças capitalistas no campo. Um dos primeiros estudos de cunho histórico-estrutural foi dedicado à migração rural-urbana.

Assim, o capital se reveste de recursos, tais como: a expropriação dos meios de produção do agricultor (principalmente a terra); a modernização, com a introdução de máquinas e eliminação de atividades artesanais; e a elevação da composição orgânica do capital pelo aperfeiçoamento tecnológico. Obrigando a população das áreas periféricas a migrarem para as regiões centrais.

f) Teoria do Mercado Dual de Trabalho

Os institucionalistas inspiraram a criação da teoria do mercado dual de trabalho, Piore (1979) foi um dos principais a propor que a migração internacional é algo inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos, e seu principal elemento motivador seria a constante demanda pelo trabalho de migrantes nesses países. Em síntese, a migração não seria causada por fatores de expulsão nos países de origem, mas por fatores de atração nos países de destino. Os fluxos migratórios seriam estabelecidos a partir do recrutamento de mão-de-obra nos países em desenvolvimento para atender às necessidades dos empregadores dos países desenvolvidos, o que seria feito por instituições privadas ou públicas.

O segundo determinante remonta ao binômio trabalho-capital, na estrutura segmentada do mercado de trabalho. Em sociedades desenvolvidas o mercado é claramente dividido em dois setores ocupacionais: o primário e o secundário. Aos nativos é oferecido o setor primário, onde os ganhos auferidos são mais seguros, mais altos e onde há a possibilidade de melhoria ocupacional. O setor secundário demanda trabalhadores pouco qualificados, com baixos salários, condições instáveis e a falta de perspectivas razoáveis de mobilidade social. (SOARES, 2003).

A migração seria, portanto causada por fatores de atração nos locais de destino. Ficando a cargo dos empregadores recrutarem, ou até mesmo dos governos para suprir a demanda de trabalhadores em favor desses empregadores. Segundo Soares (2003) a causa dos fluxos migratórios internacionais não está na esfera da racionalidade/esforço puramente individual, mas sim no predomínio da crônica e inevitável demanda de trabalhadores estrangeiros (força de atração) e na primazia de fatores econômicos de natureza estrutural.

g) Teoria dos Sistemas Mundiais

Diante do processo de reorganização da economia mundial e da polarização dos centros hegemônicos do capitalismo divididos em Norte-Sul, a teoria dos sistemas mundiais aborda a necessidade de tratar a migração como parte de um sistema mais amplo onde se articulam países de origem e destino ao sistema global.

Portes (1985) analisa os movimentos populacionais recentes com base na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural e nas expectativas de consumo. No contexto de mudança das características dos fluxos, Portes propõe princípios – tais como influência centro-periferia e desequilíbrio estrutural; modos de incorporação; grupos intermediários e enclaves étnicos; e economia informal – questionando a perspectiva neoclássica sobre as origens da migração e adaptação econômica dos imigrantes.

De acordo com Soares (2003), a penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global.

h) Redes Sociais

A perspectiva das redes sociais no estudo das migrações surgiu para desvincular os aspectos econômicos às relações sociais dos migrantes apontando a importância das redes sociais no processo migratório.

Segundo Tilly *apud* Soares (2003), as unidades efetivas da migração não são nem indivíduos nem famílias, mas sim conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho. Não redutível às características (atributos) e intenções individuais, a migração deveria ser pensada como estrutura comunitária.

Para Massey *apud* Soares (2003) as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais, que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

Segundo Peixoto (2004) as matrizes possíveis de entendimento das teorias sociológicas contemporâneas sobre migrações são várias (Quadro 02). Ao adotarmos, como referência principal, a noção “clássica” das migrações (embora a aplicabilidade a outras formas de mobilidade seja possível), a distinção mais habitual coloca em contraste as teorias que articulam as causas (e a análise global) dos fluxos migratórios ao nível micro ou macro-sociológico.

O autor ainda descreve a migração como resultante de escolhas individuais, sejam as escolhas racionalmente suportadas do *homo economicus* (a teoria neoclássica) ou os investimentos estratégicos no futuro (teoria do capital humano). O mapa de referência dos agentes é constituído pelos fatores que, ao nível do mercado de trabalho ou do contexto de ação (ciclo de vida ou estratégias familiares, por exemplo), enquadram essa decisão. Embora, o processo migratório constitui, no essencial, uma série de decisões individuais tomadas por agentes racionais que procuram melhorar a sua condição individual.

Outro modelo de explicação, segundo Peixoto (2004) avalia as migrações como resultado de forças sociais estruturantes, sejam as diferentes posições dos países no sistema internacional (as teorias do sistema-mundo), as lógicas específicas do mercado de trabalho (teses da segmentação do mercado de trabalho ou outras) ou a formação de redes migrantes de produção e suporte (incluindo as teorias da etnicidade e enclaves migrantes).

Quadro 2. A análise das migrações – um modelo de investigação

Objeto			
		Economia	Sociologia
Perspectiva Metodológica	Individualista	Racionalidade Instrumental/Mercado de trabalho/Rendimentos/ Investimentos em Capital Humano	Ciclo de vida/Carreira/mobilidade social/ação não instrumental
	Holista	Mercado de trabalho segmentado/Flexibilização/Sistemas espaciais/Sistemas-mundo/Sistemas migratórios	Família/Instituições/organizações/redes migratórias/Enclaves étnicos/Normas e Imagens Coletivas

Fonte: João Peixoto (2004).

1.2 Emergência de uma Sociedade Urbano-Industrial: Expressão do Capitalismo

Em relação ao processo de industrialização capitalista no Brasil e o surgimento de uma sociedade urbano-industrial leva-se em conta dois processos, que Lopes (1980) denomina de reestratificação em curso e intensificação. Sendo o primeiro atrelado ao desenvolvimento econômico e o segundo, com as dinâmicas regionais advindas da crescente integração nacional. Aliadas a isso tem-se as mudanças correspondentes nos valores e atitudes sociais.

A economia do Brasil passou por radical transformação, a partir da Grande Depressão de 1930, acelerando o processo de industrialização pela utilização da estratégia de “industrialização por substituição de importações”. Em forma paralela com a intensificação do investimento industrial, aconteceu a urbanização e a expansão da população, de conformidade com as previsões do modelo de “transição demográfica”. (PLÁ, 2013, p. 61).

A urbanização brasileira se intensificou a partir dos anos 1940/1950 conforme tabela 01, levando ao êxodo rural e impulsionada pelo desenvolvimento industrial que fortaleceu a atração populacional para as cidades e dinamizou as atividades comerciais e de serviços. Entretanto, a industrialização por si só não explica a urbanização. Pois, ela não gerou os empregos necessários para receber o grande número de migrantes que deixaram o espaço rural rumo às cidades.

Tabela 1. Taxa de urbanização no Brasil

Período	Taxa de urbanização
1940	31%
1950	36%
1960	45%
1970	56%
1980	68%
1991	76%
2000	81%
2007	83%
2010	84%

Fonte: IBGE – Censo Demográficos, 2010

Na visão de Versiani (1982) a ênfase dada pela Escola da CEPAL⁴ à Depressão dos anos 30 e às duas guerras mundiais como fatores determinantes do processo de industrialização na América Latina, fez com que durante algum tempo se colocasse nesses episódios, e especialmente na década de 30, o ponto de partida do desenvolvimento significativo da produção de manufaturas no Brasil. A indústria teria surgido basicamente nesse período, como um subproduto da crise da economia exportadora baseada no café.

Assim, o processo de industrialização como projeto de dominação por outras formas da divisão social do trabalho, mesmo às custas da queda da burguesia cafeicultora do seu lugar central.

Desta forma, a transição do capital cafeeiro ao capital industrial foi facilitada pelo cenário muito favorável de financiamento, em que os projetos industriais pudessem garantir a reprodução global dos lucros e pudessem ser gerados investimentos.

Dessa forma, Mendonça (1995) caracteriza como primeira característica da industrialização brasileira, nessa fase inicial, a sua subordinação ao capital cafeeiro. Assim, a grande indústria não só dependeu da diversificação desse complexo agrário-exportador, como dele beneficiou-se em vários momentos.

Em boa medida, um dos pontos-chaves e para este estudo também, é a subordinação da cafeicultura ao fato de que esta possibilitou um grande fluxo de mão-de-obra do interior para as cidades. De acordo com Plá (2013) no momento em que os agricultores tomavam a decisão de migrar para as cidades não tinham ainda certeza de que iriam encontrar emprego na indústria. Com a chegada à cidade, os migrantes deviam peregrinar em busca de uma contratação o que, durante as crises recessivas, contribuiu para elevar a oferta de mão-de-obra e para manter baixos os salários, assim estimulando o investimento.

Desta forma, os migrantes passariam a ocupar dupla posição na estrutura social brasileira, a de trabalhadores urbanos e consumidores industriais. Portanto, uma segunda característica elencada por Mendonça (1995) da industrialização brasileira em sua etapa inicial é o predomínio das indústrias de bens de consumo correntes, tais como tecidos,

⁴ A CEPAL é uma comissão que reúne grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Seus pressupostos embasavam-se na industrialização como o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. Um de seus mais notáveis trabalhos de autoria do economista argentino Raul Prebisch que defende o abandono do que seria a divisão do trabalho internacional na América Latina sendo vista como a "periferia" da economia mundial, ou seja, apenas como "produtora de matérias-primas para os grandes centros industriais", e indicava-se o caminho da industrialização como forma de substituir as importações pelo aumento do mercado interno.

vestuário, alimentos etc. Tendo sua concentração em cidades maiores e os demais trabalhadores urbanos, de baixa renda, como principal consumidor.

Mendonça (1995) nos leva a pensar que esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista. O que pode ser uma explicação para o papel do “exército de reserva” nas cidades, ocupado em atividades informais, que para a maior parte dos teóricos era apenas consumidor de excedente ou simplesmente *lumpen*⁵, fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana.

O investimento industrial começou, em cada nação, com o processamento de matérias primas de origem agrícola e, mais tarde, se espalhou pelos diferentes setores produtivos, resultando na modernização da economia. A capitalização da agricultura elevou o volume total de produção e, ao mesmo tempo, liberou elevados contingentes de trabalhadores rurais, que ficavam disponíveis para trabalhar nas cidades. Em função da industrialização, as cidades tiveram um crescimento demográfico muito rápido, assim contribuindo para aumentar a demanda de consumo que estimulava os investimentos. (PLÁ, 2013, p. 63).

Furtado (1981) chama a atenção para o processo de modernização, que no Brasil devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na sua reprodução, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Muito embora, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização.

Nesse sentido, são válidas as considerações de Mendonça (1995, p. 21-22):

O crescimento da grande indústria, verificado na virada do século XIX para o XX, pouco contribuiu para melhorar as condições de vida dos operários. A superexploração do trabalho industrial não só se manteria como seria agravada, em função de um novo fato: a incorporação maciça de mulheres e crianças ao trabalho fabril. Outro fator era a ameaça do desemprego ou da diminuição temporária das frentes de trabalho, com a chegada de novos

⁵ Ou lumpesinato ou ainda subproletariado designa, no vocabulário marxista, os subhumanos, ao analisar sob os aspectos de condições de vida e de trabalho, percebe-se uma classe sem acesso aos mínimos sociais, destituídos de consciência política e de classe, estão prontos a servir os interesses do sistema burguês. Para Marx e Engels (1969, p. 17) “a condição de lumpenproletariado pode assim ser traduzida ao pé da letra: proletariado em farrapos. Elementos desclassificados, miseráveis e não-organizados do proletariado urbano”.

imigrantes às cidades, a oferta de mão-de-obra aumentava, provocando demissões e desvalorização dos salários.

Entretanto, do ponto de vista de Susigan (1988) o desenvolvimento industrial no Brasil se deu com a atuação do Estado, nos períodos de rápido crescimento e mudanças estruturais entre fins da década de 1960 e o final dos anos 70.

Segundo Plá (2013) o protagonismo do Estado é muito importante para a formulação da estratégia de desenvolvimento, definindo os programas de investimento com visão de conjunto e facilitando a mobilização dos recursos necessários para a modernização. Os programas de incentivo ao desenvolvimento devem incluir estímulos para expandir em forma seletiva a capacidade de produção, enquanto aproximam a economia do pleno emprego sem causar efeitos inflacionários.

Como caracteriza Mendonça (1995) a segunda etapa do processo de industrialização brasileira teve como primeira característica a ocorrência de mudanças consideráveis na própria estrutura industrial, com o surgimento de novos setores produtivos. Uma série de bens industriais que até então eram importados, passam a ser produzidos internamente. A esse processo damos o nome de substituição das importações.

A outra característica da industrialização brasileira apontada por Mendonça (1995) foi o crescimento do ritmo da expansão industrial. Pela primeira vez em nossa história, o crescimento das indústrias superou o crescimento da agricultura, no período de 1930-1945, como pode ser observado na Tabela 02.

Tabela 2. Taxas anuais médias¹ de crescimento do PIB² setorial no Brasil 1920 a 1945

Período	Agricultura	Indústria
1920 – 1929	4,1%	2,8%
1929 – 1933	-	-
1933 – 1939	1,7%	11,2%
1939 – 1945	1,7%	5,4%

Fonte: DINIZ, E. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-45). *Apud* MENDONÇA (1995)

¹ % ao ano

² PIB = Produto Interno Bruto

Sobretudo esse crescimento industrial vem acompanhado do pensamento de Furtado (1981, p. 105): “as ondas de expansão industrial no Brasil durante o período pós-guerra não podem ser explicadas senão tendo em mente o papel autônomo desempenhado pelo governo, tanto subsidiando investimento como ampliando a demanda”.

O que criou um cenário favorável a todo processo como destaca Lopes (1980) a partir de 1946, com a constitucionalização do país, a sua presença se fez sentir crescentemente, formando-se aos poucos uma política industrializadora. Tendo ocorrido em dois “momentos” o aparecimento de políticas governamentais visando deliberadamente o desenvolvimento econômico. No primeiro momento, o movimento social “nacionalista” teve a impulsioná-lo grupos sociais vinculados às antigas e novas classes médias. No segundo momento, o “nacionalismo” é transformado em “desenvolvimentismo”; na década de 1950 concretizam-se medidas, deliberadamente favoráveis à industrialização, com a entrada em grande escala de capitais estrangeiros.

Para Susigan (1988) foi a partir dos anos 1950, no entanto, que o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo na estruturação do setor industrial. Em primeiro lugar, na articulação entre capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. Em segundo lugar, a proteção ao mercado interno foi substancialmente aumentada. Em terceiro lugar, o Estado passou a fomentar o desenvolvimento industrial.

Enquanto isso, no campo, Graziano da Silva (1993) assinala a “industrialização da agricultura” brasileira sendo impulsionada por incentivos governamentais e representava uma mudança qualitativa fundamental no processo de transformação da sua base técnica – chamado de “modernização”.

Afirmam Paula e Júnior (2005) que a industrialização do campo é um processo dialético onde o conhecimento e controle da natureza leva a uma submissão da agricultura pela indústria.

Com a industrialização da agricultura e a consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs)⁶, impõe-se uma crescente urbanização da população rural. Fruto de profundas mudanças nas relações de trabalho e que concorrem para modificar as relações de produção e a expulsão do homem do campo.

⁶ A Constituição dos “Complexos Agroindustriais” (CAIs), a partir da implantação da “indústria para a agricultura” direciona para a lógica do capital interligada pelo capital financeiro, fortemente subsidiado pelo Estado, que promove a integração dos capitais industriais, agrários, bancários, etc. Os Complexos agroindustriais concorrem para modificar as relações de produção e a expulsão do homem do campo, tornando a industrialização da agricultura “os novos determinantes da dinâmica da agricultura”. (PAULA, 2003, p. 30).

Assim, Lopes (1980) ao pensar nesse personagem central que é o trabalhador. A ação dos componentes dessa massa operária, o comportamento do trabalhador de origem rural é movido, antes de tudo, pelos seus fins individuais, entre os quais se destaca o desejo de ocupação independente (emprego informal).

De acordo com Santos e Silva (2010, p. 355):

Para os trabalhadores rurais restaram às opções da migração para os grandes centros ou a submissão a condições degradantes de trabalho no campo, em sua maioria. Cabe salientar que a proletarização do homem do campo foi realizada no Brasil com o agravante da ausência de um mínimo de garantias sociais vigentes nos centros urbanos. Mesmo com a extensão legal dos direitos trabalhistas para o meio rural, na prática, de forma geral, os trabalhadores rurais brasileiros estão submetidos a condições de trabalho desumanas, incompatíveis com uma sociedade de direitos.

Deste modo, não há dúvida, os migrantes veem a mobilidade espacial como possibilidade de inserção socioocupacional na sociedade, neste sentido, a migração se reveste de estratégia de sobrevivência e uma forma de garantir sua posição na estrutura social.

A migração está atrelada a busca pela sobrevivência dos grupos minoritários que não participam da inclusão no sistema produtivo atual. Neste sentido, as desigualdades regionais pesam sobre esta parcela da população tendo em vista que o desenvolvimento econômico é excludente e desigual.

1.3 Desigualdades: Uma Economia à Margem da Divisão Inter-Regional

O debate sobre a questão regional e suas implicações no desenvolvimento da região são condições *sine qua non* para levantar breves considerações acerca das desigualdades regionais e como elas contribuem para atenuar o processo de mobilidade humana.

Neto (1997, p. 46) “nos incute a ideia de que tanto na perspectiva pessoal quanto da espacial, a economia brasileira caracteriza-se por apresentar os níveis mais altos de desigualdade. Aqui estão presentes estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e possibilidades de acesso da população aos bens e serviços básicos os mais diferenciados”.

A configuração regional do Brasil expressa-se pelas singularidades advindas de seus territórios e traz consequências sobre os mais variados setores. Logo, o desenvolvimento regional dá-se de forma diferenciada e desigual.

Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 5) afirma que “quando se inicia o desenvolvimento numa certa região, desencadeia-se uma série de forças de atração a quase todos os tipos de atividades econômicas de outras regiões, ocasionando desigualdades regionais no interior de um país”.

Em Vidal (2004) vamos encontrar o seguinte esclarecimento: houve um período na história brasileira, em que o fenômeno das desigualdades regionais no país logrou uma posição de relativo destaque. Tal fenômeno, cuja análise remetia à escala macrorregional, apresentava, à época, como caso emblemático da sua constatação, o grande desequilíbrio existente entre o Nordeste brasileiro e a região economicamente mais dinâmica do país; e passou posteriormente a ser designado, simplificada e comumente, como questão regional ou mesmo questão nordestina.

A explicação para essas desigualdades regionais pode ser assim considerada, de acordo com Amaral *et al.* (2006): o desenvolvimento desigual entre as regiões brasileiras teve sua dinâmica modificada durante o processo de industrialização após os anos 70, quando os padrões de distribuição espacial da indústria brasileira foram fortemente alterados.

Reforçando essa tese, Diniz (2006) analisa que a partir da segunda metade do século XX ocorreram grandes alterações no padrão regional brasileiro. A expansão e melhoria da infra-estrutura (transportes, energia elétrica, telecomunicações), a mudança da capital para Brasília, a busca de recursos naturais, a estratégia empresarial de alargamento do mercado, o acelerado processo de urbanização e a criação do sistema de incentivos ao desenvolvimento regional conduziram a uma mudança no padrão locacional das atividades econômicas, com desconcentração industrial, expansão das fronteiras agropecuária e mineral, crescimento e desconcentração dos serviços.

Como caracteriza Neto (1997, p. 53):

Os indicadores alcançam desigualdades significativas no Brasil, refletindo não só níveis diferentes de industrialização e de estruturas produtivas regionais, ou ainda, de relações de trabalho, mas, sobretudo, uma concentração econômica sustentada numa divisão regional de trabalho, a qual tendeu, historicamente, a consolidar as diferenças e relações econômicas que não têm permitido, até o presente, mudanças para maior equidade.

A teoria do crescimento econômico divergente procura investigar as causas das desigualdades regionais, bem como sua ampliação entre regiões e países. Oliveira (2008) concluiu que a origem do surgimento das desigualdades inter-regionais está no círculo vicioso da pobreza de Nurkse (1957), que descreve um processo de causação circular acumulativo o qual, caso não haja intervenção governamental, ocasionará crescentes disparidades.

Um dos expoentes da desigualdade regional é Furtado (1981) quando afirma que a tendência à concentração regional é fenômeno observado universalmente. Em um país da extensão geográfica do Brasil, é de se esperar que tal processo tenda a prolongar-se extremamente. A causa da formação e do agravamento desse tipo de fenômeno está, via de regra, ligada à pobreza relativa de recursos naturais de uma região.

As regiões tendem a ter cada uma delas determinando tipo de recurso natural que podem usar para estender seu processo produtivo. Quando determinada região não possui um determinado recurso, é tida como pobre de recurso natural. Agravando seu quadro dentro do cenário de competitividade dos processos produtivos.

Para Cano (2010, p. 23):

As análises de Furtado sobre os desequilíbrios regionais estão frequentemente associadas à temática do subdesenvolvimento. De tal modo, a dimensão histórica da sua obra compreende a formação econômica brasileira, abrangendo desde a colônia até o diagnóstico e proposição de políticas para o desenvolvimento regional na década de 1950.

Um dos pontos elencados por Furtado são as grandes disparidades de níveis de renda e ritmos de crescimento econômico entre as regiões Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Do ponto de vista de Vidal (2004) o receituário então sugerido pelo próprio Furtado, em termos da adoção de políticas públicas mais ativas para tratar dessa problemática, é por demais conhecido: a estratégia da intervenção estatal planejada, por fim consubstanciada na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em fins de 1959.

A própria estratégia da intervenção estatal planejada no Nordeste incluía, segundo Vidal (2004, p. 16):

A reestruturação total da economia dos espaços semiáridos da região. Este ponto era, seguramente, o aspecto mais dramático da problemática nordestina, em virtude desse tipo de economia configurar-se como um complexo de pecuária extensiva e agricultura, ambas de baixo rendimento, combinando elementos monetários (basicamente a pecuária e a cultura de xerófilas para o mercado, destacando-se o algodão “mocó”, em seu apogeu exportador) com outros não monetários (as tradicionais lavouras para o

sustento do grosso da população local), o que provocou, inclusive, uma tendência histórica ao adensamento demográfico no semiárido, apesar de suas condições naturais relativamente adversas.

Para Neto (1997) podemos assinalar no mapa da desigualdade: a presença, no território nacional, de uma extensa região na qual estão concentradas atividades estratégicas, e que tem, no seu entorno, regiões periféricas, de diferentes níveis e com diferentes graus de complexidade econômica, nas quais se consolidaram, e mais recentemente, devido ao processo de desconcentração de pouca duração, algumas especializações, que vem constituindo atividades resultantes da dinâmica das economias regionais.

No seu entendimento, Oliveira (2003) prevê a eliminação dos desníveis regionais por intermédio do desenvolvimento de atividades interdependentes entre as regiões atrasadas e desenvolvidas; pelo combate da ação regressiva produzida por oligopólios e empresas dominantes localizadas nas regiões ricas; pela criação de infraestrutura e pequenos projetos no interior das regiões pobres e através da regionalização dos gastos públicos e incentivos fiscais para essas regiões.

Assim, são válidas as contribuições de Singer (2010, p. 36): “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas”.

Desse modo, a grande maioria das novas atividades produtivas, suscitadas pelas medidas de “desenvolvimento regional”, acaba se localizando em uma ou duas áreas urbanas, desviando para estas os fluxos migratórios provocados por fatores de estagnação. (SINGER, 2010, p. 40).

Neste sentido, Neto (2010, p. 46) “nos alerta para um ponto que deve ficar claro no exame da questão das desigualdades regionais é que, em geral, por trás das diferenças entre regiões e sub-regiões estão, sobretudo, diferenças, também marcantes, de relações de trabalho e de condições de vida da população”.

Dessa forma, Oliveira (2003, p. 7) analisa o processo de desenvolvimento:

Numa dada localidade, economias internas e externas crescentes garantem a continuidade do crescimento econômico, em detrimento de outras regiões. Em outros termos, prevalecendo o livre jogo das forças de mercado, haverá um processo acumulativo descendente na região periférica, e ascendente na região central, provocando um aumento das desigualdades inter-regionais no país. Os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve são os fluxos de migração, de capital e de bens e serviços. Esses movimentos, originários da região em expansão, produzem tanto estímulos desfavoráveis -

efeitos regressivos, como favoráveis - efeitos propulsores, ao desenvolvimento das demais regiões do interior do país.

Logo, os efeitos dessa lógica entre regiões desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas, tendem a incentivar as migrações de caráter seletivo das regiões periféricas para regiões centrais. E de acordo com Oliveira (2003) a população mais jovem, em idade ativa para o exercício do trabalho, move-se em direção a região em crescimento, permanecendo no local as pessoas mais idosas, inativas e crianças, ou seja, os indivíduos menos produtivos e que mais precisam de gastos públicos e assistência social.

1.4 Do Urbano ao Rural

O discurso em torno da qualificação do que é urbano e rural no Brasil se apresenta sob diferentes vertentes. Nesta seção, procura-se delimitar a questão, trazendo à tona a diferenciação desta qualificação para o fenômeno estudado, a migração. Neste sentido, a delimitação espacial se sobrepõe a delimitação econômica.

As fotos mostram a cidade de Mirabela-MG e o Distrito de Muquém – Mirabela – MG.



Foto 1. Mirabela (MG)

Fonte: Guélmer Faria



Foto 2. Distrito de Muquém - Mirabela (MG)

Fonte: Guélmer Faria

Durante os primórdios da chamada Revolução Industrial, com o avanço tecnológico, que permitiu a domada da força motriz, houve a possibilidade da “urbanização da

industrialização”. A partir daí, a própria industrialização provoca aceleração do processo de urbanização, devido a sua grande oferta de empregos, agora urbanos. (CÔRTEZ, 2012).

A taxa de crescimento anual da população pode ser observada na Tabela 03.

Tabela 3. Taxas anuais médias de crescimento da população por situação do domicílio – Brasil 1950 – 2000

Ano	Rural	Urbana	Total
1950	1,6%	3,91%	5,51%
1960	1,55%	5,15%	6,7%
1970	0,57%	5,22%	5,79%
1980	- 0,62%	4,44%	3,82%
1991	- 0,67%	2,97%	2,3%
2000	- 1,31%	2,47%	1,16%
2010	-0,65%	1,55%	1,17%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2010

Aliado a isso, Graziano da Silva (1997) aponta a possibilidade de implantação do aparato industrial nas cidades, reforçando a separação entre cidade e campo. Podemos concluir então, que a partir da possibilidade de implantação da indústria nas cidades, começam os discursos dicotômicos que dão a ideia de progresso à cidade e de estagnação ao campo. E se entende que a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Entende-se que o meio rural brasileiro se urbanizou e intensificou sua rede de relação com o urbano nas duas últimas décadas, produto do processo de industrialização da agricultura e por outro lado pela extensão do mundo urbano no meio rural.

A partir do estabelecimento desta diferenciação entre espaço da cidade e espaço rural, podemos observar em Marx (1989) uma distinta divisão de trabalho, onde o campo é o local da produção e a cidade, o local do consumo.

No dizer de Sposito (2006) o estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder tem como condição e consequência a constituição de espaços diferentes entre si – cidade e campo – assim como papéis distintos de relações entre as sociedades e os espaços apropriados e transformados.

Logo, a cidade é marcada pela concentração, local de contato social, onde os símbolos e os significados ganham maior amplitude. Este espaço marcado por atitudes e valores próximos, tais como: encontro, proximidade, comunicação, especialização e complementariedade de papéis e funções. O campo se expressa pela extensão e dispersão, requer: reciprocidade, compadrio, laços sociais, diferenciado.

“O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território de interesses políticos e econômicos”. (SPOSITO, 2006, p. 121).

Assim, a complementariedade entre campo/rural e cidade/urbano se dá pela organização da vida social como caracteriza Singer (2010, p. 96):

Na medida, portanto, em que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, a cidade não pode ser economicamente auto-suficiente e, de fato, quase nunca o é. O campo, pelo contrário, inclui, entre as atividades que nele se realizam, as primárias, o que lhe permite, em princípio, ser economicamente auto-suficiente. Desta maneira, a cidade praticamente sempre depende do campo para sua subsistência, enquanto o campo só depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades que nele se desenvolvem. Mais especificamente, apenas quando no campo a atividade primária se torna a única ou quase isso é que ele passa a depender dos produtos da cidade do mesmo modo que esta depende dos produtos do campo.

Dado esse caráter, cidade e campo podem ser entendidos como modos distintos de organização da vida social e de reprodução. Singer (2010) quando afirma que a cidade, para poder existir, tem de dominar o campo, para dele extrair um excedente, refere-se à intrínseca relação biunívoca de dependência de um em relação ao outro.

A recente literatura vem apontando que nas últimas décadas, o impacto da especialização e do avanço tecnológico tem contribuído para a “urbanização do campo”.

Para Beluso (2008, p. 114) “o desenvolvimento do capitalismo na agricultura agravou a concentração fundiária. Por essa via do desenvolvimento (entendido como crescimento econômico) a agricultura brasileira seguiu a lógica da fronteira agrícola (ocupação e

colonização de novas áreas) associada à tendência de industrializar matérias-primas agrícolas”.

No dizer de Graziano da Silva (1997, p. 45) “a fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção”.

Deste modo, pode ser pensado como frente pioneira, espaço de criação do novo, reprodução extensiva/intensiva e territorial. A fronteira econômica posta a serviço do capital como regulador da subordinação do campo.

Do ponto de vista de Martins (1996) fronteira é o lugar da alteridade (o outro – diferente) e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Desse modo, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, às novas concepções de vida, à mudança social.

Em poucas palavras Graziano da Silva (1997) definiu o meio rural brasileiro como a introdução do processo de industrialização da agricultura, via urbanização. Logo, o desenvolvimento no meio rural, segundo Jalil (2006, p. 17-18):

Obedece a uma gradativa urbanização, com as características que lhe são próprias, tais como a sua industrialização, modernização da produção, melhorias na infra-estrutura, e todos os bônus e ônus advindos com o processo de urbanização das grandes cidades do nosso país. O espaço do rural e a sua imagem estavam fortemente ligados à idéia do ausente, do precário e do obsoleto. Sua construção dava-se a partir da comparação com o urbano, ou seja, reduzia-se o meio rural ao que não fosse urbano, como uma imagem negativa, frente à realidade existente. Nos dias atuais, não podemos mais delimitar com precisão física o espaço rural e urbano pautado, apenas, na dicotomia urbano/rural como “lócus” de produção diversificada.

Portanto, o debate sobre a relação urbano-rural se reveste de variadas dimensões, e tem demonstrado um campo de possibilidades para compreender como são operadas as transformações no espaço e seus imbricamentos na sociedade. De acordo com Mota e Schmitz (2002) desde os precursores da Sociologia, a concepção da mudança social já era discutida, tendo por parâmetro a oposição rural/urbano.

Segundo Mota e Schmitz (2002), Durkheim, em sua obra “A Divisão Social do Trabalho”, já firma uma oposição entre o mundo rural – caracterizado, sobretudo pela tradição, pela resistência às mudanças, pelo respeito ao passado por parte dos indivíduos – e as cidades – consideradas focos incontestáveis do progresso, lugar de geração de ideias, modos e costumes e necessidades que se expandem para o resto do País. O autor afirma que se pode ler na obra de Durkheim que a tradição enfraquece com as migrações e com a urbanização, o que, na nossa leitura, já anunciava a diminuição da importância do rural na sociedade moderna.

Como caracteriza Pereira (2010, p. 71) “o espaço passa, nesse contexto, por notórias mutações que vão do local ao global, influenciando a dinâmica da sociedade e denotando novas configurações territoriais cada vez mais complexas, interferindo no cotidiano das pessoas e nas relações sociais que elas estabelecem”.

Desse modo, Santos (2006) defende o espaço como sendo a realidade em movimento. E o território é definido por relações de poder, porção do espaço apropriada, delimitada e usada por um grupo social ou indivíduo (é a matriz da vida social, econômica e política). E para tanto, o lugar se expressa como a vivência de um determinado grupo humano, ambiente em que há sensação de pertencimento, identidade e afetividade.

Candiotto e Côrrea (2008, p. 216) “definem o espaço rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. Os atributos definidores do rural para Kayser envolvem a baixa densidade populacional e técnica; o predomínio de paisagens com vegetação, e de atividades agro-silvo-pastoris; e uma forte identidade territorial coletiva, que busca afirmar o rural como espaço distinto do urbano”.

Em Wirth *apud* Endlich (2006) o urbano é visto como um modo de vida, alegando que a urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade. Esse modo de vida concretiza-se além dos limites das cidades, através do encantamento em relação às influências que estas exercem por meio do poder.

Nesse sentido, a concepção de urbano como modo de vida vai solapando o modo de vida rural, como se o rural fosse algo a ser superado. Afirma Wirth *apud* Endlich (2006, p. 19) “a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação”.

O contato urbano se expressa pela disputa de forças, poder da proximidade que move a força social da produção. A comunicação envolve interação subjetiva, através de atividades

simbólicas. Assim, qualquer que seja a influência o que é matéria de preocupação são os alcances do urbano. Como aponta Endlich (2006, p. 20) “o urbano irradia-se a partir da cidade e atinge territorialmente os limites das influências dela”.

Favareto (2007, p. 184) explicita seus pressupostos dizendo:

A oposição campo–cidade se desloca para a contradição rural–urbano. Enquanto a primeira diz respeito ao contraste entre espaços, sendo os campos o lugar de realização de atividades predominantemente primárias, destacadamente a agricultura, na segunda o estatuto fundante da distinção, desloca-se para o grau de artificialização desses espaços e seus impactos para os modos de vida, exigindo assim uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico.

No entanto, observando a perspectiva histórica, na qual se reconhece o avanço do capitalismo, a concentração da terra e a produção agrícola percebe-se um controle do urbano em relação ao rural. Consoante a isso Lefebvre (2001, p. 68) “em semelhante relação, não há nem germe nem a possibilidade de uma luta de classes. Fato que retira desde o princípio dessa estrutura social o dinamismo e o futuro histórico, não sem lhe conferir outros atrativos, os de uma requintada urbanidade”.

Rua (2007) afirma que urbanidades em áreas rurais seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem), sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos.

Entretanto, essa distinção entre campo e cidade como formas no espaço tende a explorar o rural e o urbano como conteúdos sociais. Ou seja, como exemplifica Biazzo (2008, p. 139) “expressões como “espaço agrário”, “espaço rural” ou “espaço urbano” deixariam de ser utilizadas indiscriminadamente, na medida em que o uso do território pode ser agrícola, conter traços de sociabilidade adjetivados de rurais, sem torná-lo especificamente “rural””.

Logo, ao demarcamos o que é cidade e urbano, conseqüentemente, afirma-se o que é campo e rural. Estes dois espaços estão intimamente relacionados pela dependência, pois para o bom funcionamento de um, é necessário, no mínimo, a normalidade do outro. Entretanto, é necessário delimitar as funções, sejam econômicas ou sociais, de cada espaço.

1.5 Vidas Migrantes: Pensando as Migrações Internas no Contexto Brasileiro

Para Lisboa (2007) a migração aqui é entendida como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas.

A mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos tiveram implicações nos processos de redistribuição da população e de urbanização ao longo deste século. (BAENINGER, 2011).

As migrações internas relacionam-se a um conjunto de fatores dos quais se destacam as transformações na ordem social, política e econômica que ocorrem em um território e que podem atrair ou impulsionar a saída do migrante. Há que considerar ainda a busca de empregos e o desejo intrínseco das pessoas de buscar melhores condições de vida em outros lugares. A isso se deve em grande parte as migrações internas e o intenso processo de urbanização dado seu caráter desigual aliado ao excedente de força de trabalho de áreas desassistidas.

Segundo Marinucci e Milesi (2002) o Brasil é um país de migrantes. Essa realidade, que pode ser averiguada pela experiência do dia-a-dia, é o espelho de um país de grande mobilidade humana. Mulheres, homens, crianças, idosos, famílias, trabalhadores com e sem emprego perambulam no país em busca de melhores condições de vida, muitas vezes fugindo de situações insustentáveis, outras vezes perseguindo um sonho, uma terra prometida.

Como caracteriza Ferreira (1986, p. 98):

Diante das condições gerais, excludentes, do desenvolvimento associado na periferia, os movimentos migratórios internos, seja intra ou inter-regionais, atuam descomprimindo certas áreas (estagnadas ou em processo de modernização), resultando na compressão de outras, especialmente alguns centros urbanos polares.

Valim (1991) nos incute a ideia de que tanto as migrações internacionais quanto as internas – rural-urbana, rural-rural, urbano-rural – comprovam o processo de expropriação (a concentração da propriedade), e de exploração, que marcam o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o fluxo migratório envolve interesses contraditórios. Sendo possível aos agentes do processo de expropriação, reagirem com o incentivo ao êxodo e induzirem a migração.

Para Dota (2012) as causas e motivações das migrações internas no Brasil até a década de 70 eram atribuídas à estagnação das áreas de origem e às desigualdades regionais impulsionadas pela configuração econômico-territorial, como bem reforçou Singer (1976). A partir da década de 80 são marcadas pela migração de retorno, advinda de fatores estruturais do país. Nas décadas de 80 e 90 emergem os deslocamentos de curta distância que vão contribuir para o crescimento de determinadas regiões e cidades.

Consoante a este estudo Jannuzzi (2000) nos remete a pensar que a mobilidade espacial seria uma estratégia para proporcionar ao migrante uma melhor inserção socioocupacional na sociedade; para outros, a migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica e para garantir sua posição na estrutura social.

Nesse sentido, Martins (2002) assinala o problema da migração e a exclusão social como sendo o limbo no trilhar do terceiro milênio. “Normal é quem migra...”, pois na atualidade, as migrações se caracterizam por um imaginário oposto: o próprio ato de migrar já é concebido como perda, expulsão e fim.

Nos dizeres de Becker (1997, p. 319):

Os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento: lutam pela hegemonia de novos territórios, vislumbram a possibilidade de terras e mercados de trabalho mais promissores, ou simplesmente perambulam em busca de tarefas que lhes assegurem a mera subsistência.

As abordagens com foco na estrutura social, no sistema social ou no modo de produção capitalista, como a de Lopes (1980), analisam as migrações como o deslocamento populacional de áreas estagnadas, consideradas arcaicas, para regiões modernas, simbolizando um investimento para o desenvolvimento do capitalismo.

Em Singer (2010) vamos encontrar o seguinte esclarecimento: o surgimento de desigualdades regionais pode ser entendido como o motor principal das migrações internas atreladas a industrialização nos moldes capitalistas.

Para esse autor, do ponto de vista econômico existem duas ordens que assinalam essa migração:

Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores da mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam a emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente. (SINGER, 2010, p. 38).

Corroborando com Lopes (1971), Singer (2010) e Durham (1978) explicitam que as migrações do campo para a cidade se configuram como uma peculiaridade do desenvolvimento distinto das diversas regiões do país.

A crítica a estas visões partiu de Oliveira (1977) quando afirma que não existe região atrasada em oposição à moderna, e, sim, o processo de acumulação capitalista que gera desigualdades de desenvolvimento no espaço socioeconômico. O que vai de encontro a uma relação de funcionalidade, onde se percebe regiões menos desenvolvidas tem um esgotamento de seus recursos, como no caso da força de trabalho, para implementar a expansão das regiões mais desenvolvidas.

As migrações, enquanto processo social, responderam ao longo do tempo às desigualdades verificadas no Brasil. Num primeiro momento, as desigualdades econômicas entre as regiões brasileiras foram as propulsoras das migrações de longa distância, preponderando o movimento campo-cidade, e atualmente, destacam-se movimentos intra-urbanos, sendo as desigualdades locais, socioespaciais e socioeconômicas as responsáveis pelo processo migratório. (DOTA, 2012).

Para Lopes (1980) os condicionantes básicos dos movimentos migratórios inter-regionais do país residem na formação do sistema industrial e nas transformações no seu centro dinâmico. Os fluxos migratórios, por seu turno, trazem repercussões sociais para a sociedade urbano-industrial em desenvolvimento.

No entanto, esta relação se torna muito mais perversa ao se introduzir a mecanização no rural, concentração de terra e uma política agrícola que ainda hoje favorece a agricultura

de exportação. Como salientou Brito (2009), diferentemente do urbano, que precisava de força de trabalho, o rural liberava trabalhadores para outros setores, em especial para a indústria urbana. Até a década de 1970, esse deslocamento populacional era considerado benéfico para o desenvolvimento industrial do país. O trabalhador rural que agora era urbano seria útil à nação.

O Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente rural, num país majoritariamente urbano. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra. (MARINUCCI E MILESI, 2002).

Baeninger (2011) demonstra que ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos.

Assim, as análises detidas a respeito do processo de deslocamento populacional nos anos 70 e até meados da década de 80, tiveram como foco a explicação do crescente e intenso fluxo dessa migração. Baeninger (2011, p. 31) “aponta a migração com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 30 milhões deixaram as áreas rurais (Martine, 1994); e, da concentração da população, manifestada no processo de metropolização”.

A partir da década de 1970, os fluxos migratórios dispersaram para várias regiões. Em boa medida a região Nordeste sempre apresentou maior saída, e uma nova configuração que passa a atrair os imigrantes é a Amazônia, fruto de projetos criados pelos governos militares para povoar o “vazio demográfico”. Com a propaganda: “O Nordeste com homens e sem terras e a Amazônia com terras e sem homens”. O que trouxe várias consequências para aquela região como o desmatamento, concentração fundiária, grilagem de terras, conflitos territoriais.

Na década de 1980, a Amazônia ainda é alvo da atração migratória, e o Centro-Oeste passa ser referência na expansão agrícola. A modernização da agricultura introduziu a produção de soja em áreas de Cerrado e de Floresta. Nesse período o Brasil sofreu com a crise econômica reduzindo drasticamente o fluxo migratório para o Sudeste.

Durante o período 1981-1991, uma nova conformação ao processo de migração se desenhou devido à crise, que são os movimentos de retorno aos estados de origem. Desta forma, dando contorno aos novos arranjos migratórios, como os movimentos intra-regionais e inter-regionais.

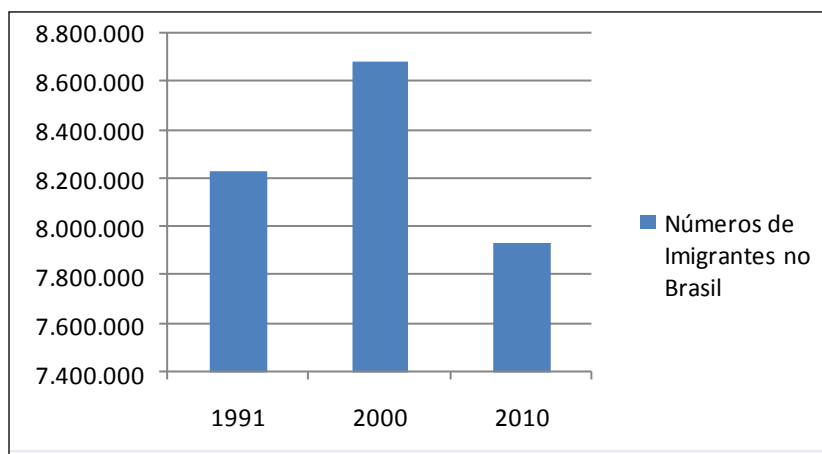
Na visão de Baeninger (2011) a continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

A partir do Censo Demográfico de 2010, pode se perceber os fluxos migratórios como enfraquecidos ou renovados com novas áreas de absorção migratória. A imigração está diminuindo (Gráfico 01). Existe um maior espraiamento (dispersão) da migração interna, os novos pólos de atração migratória são: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região metropolitana de Curitiba, Centro Goiano, Oeste do Paraná, Ribeirão Preto e Norte Mato-Grossense.

Gráfico 1. População de Imigrantes¹ no Brasil (1991-210)



FONTE: IBGE, Censos Demográficos (2010).

¹ Imigrante do ponto de vista do município de residência, não-natural.

Consoante a este estudo Baeninger (2011) esclarece que o contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino– onde as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações até o final do século 20. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

Valim (1996) exemplifica o fenômeno das migrações tanto dentro da própria região (intra-regionais) como para fora dela (inter-regionais):

As migrações para regiões metropolitanas: aumento da população urbana, o que ocasiona problemas nas cidades, causados pelo crescimento acentuado.

As migrações para as cidades médias: devido à permanente expulsão dos homens do campo, quer por razões climáticas, quer por motivos de ordem política, econômica e social, há uma tendência de concentração nas áreas urbanas dos municípios do interior.

As migrações sazonais: trata-se de pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, foreiros, que não conseguem sobreviver somente da agricultura acabam forçados a abandonar as famílias para tentar ganhar a vida fora. (VALIM, 1996, p. 13-14).

É, portanto o desenvolvimento do capitalismo e a intensificação do processo de industrialização via urbanização que tecem os meandros das migrações internas no Brasil. Na visão de Paula (2003, p. 29) “as relações capitalistas incentivam a mobilidade espacial da população. Os trabalhadores migram em busca de trabalho em função do modo de produção capitalista que unifica o mercado de trabalho urbano e o mercado de trabalho rural”.

De acordo com Damiani (1991) as condições de desenvolvimento do capitalismo nos seus países de origem explicam a saída de milhões de indivíduos. Embora os movimentos de população não tenham necessariamente o caráter diretamente compulsório.

1.6 Migração e Desenvolvimento Regional: Os Migrantes do norte de Minas Gerais

As desigualdades regionais em parte reforçam os movimentos migratórios que acompanham o processo de industrialização via expansão do capitalismo. O binarismo socioeconômico, há anos postulado por análises comparativas entre as regiões Nordeste e Sul do país, acaba por influenciar as fronteiras intra-regionais e tem efeito direto sobre o capital humano e a migração.

Pereira (2004) abordou a “questão regional” como economias de diversificação. O Nordeste representava um obstáculo à sobrevivência da “unidade nacional” apoiada pelas ideias de Celso Furtado. Essa desigualdade regional intensificou a migração de trabalhadores nordestinos para o Centro-Sul.

A região Nordeste representa um fluxo migratório importante, tendo o Sudeste como destino. Segundo Campos e Fusco (2009) o processo de esvaziamento populacional tem sido mitigado nos últimos anos, tanto pela diminuição de saídas, como pela migração de retorno de seus naturais. Ainda assim, o Nordeste segue com taxas de crescimento em ritmo decrescente. Embora se verifique a queda continuada da taxa de crescimento da população em nível regional, podemos observar uma grande redistribuição de seus efetivos demográficos, por meio de migração intra-regional.

Segundo Augusto *et al.* (2008) Minas Gerais tem especial destaque nesse contexto, pois, em virtude de sua posição geográfica, outrora se tornou um grande pólo provedor de trabalhadores para as demais regiões do Brasil, mas, principalmente, para a própria região Sudeste, com ênfase em alguns estados vizinhos.

O Norte de Minas possui características muito similares à região Nordeste, Paula (2003) denominou de região mineira do Nordeste, onde elencou os vários processos sofridos pela dinâmica da ocupação, desenvolvimento e organização produtiva. Com destaque para as políticas de desenvolvimento advindas da criação da SUDENE⁷, ou depois pela ocupação e a expansão da pecuária bovina extensiva e a disponibilidade de terras livres. E os novos projetos de desenvolvimento, calcados na exploração de recursos naturais, reflorestamento e industrialização.

Deste modo, Singer (2010, p. 39) “assinala que a concentração espacial de atividades resultante da industrialização capitalista é, via de regra, muito maior do que a exigida pela tecnologia industrial, os esforços em prol do “desenvolvimento regional””.

Neste sentido, o desenvolvimento regional que cumpriria a função de elevar o nível de crescimento de determinadas áreas, acaba por favorecer os fluxos migratórios, na medida em que a intensifica o processo de acumulação de capital. Para Singer (2010, p. 40) “cada novo pólo de desenvolvimento assim criado encurta a distância percorrida pelos migrantes, que, em outras condições, acorreriam aos centros nacionais, mas, ao mesmo tempo, contribui para a concentração regional de atividades e, em consequência, para a multiplicação do número de migrantes”.

Esse processo de industrialização induz a um ciclo de migrações internas que, durante mais de quatro décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento econômico. (TAVARES, 2001, p. 4).

Com a forte intervenção do Estado federal nas políticas locais através de projetos de desenvolvimento, várias mudanças surgiram tanto nas zonas rurais ou nas cidades brasileiras médias. De acordo com Paula (2003, p. 71):

A industrialização proporcionou o processo de urbanização. Os migrantes buscam, além do Sul do país, também os municípios com mais indústrias na região, sempre em busca de emprego. Essa mobilidade espacial desorganiza os municípios que não dispõem de infra-estrutura para receber novos habitantes. Consequentemente, houve a concentração em alguns municípios dos setores de melhor qualidade de serviços. Neste período, as microrregiões que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram as de Pirapora (73%) e Montes Claros (43%), onde localizavam os dois únicos

⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) cujo objetivo é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Criado para desenvolver o Nordeste brasileiro com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) tendo a frente o Economista Celso Furtado, e até hoje, não se cumpriu todas as metas deste documento. Seu foco era combater a “indústria da seca” via integração competitiva.

distritos industriais da “Área Mineira de Atuação da SUDENE”. Montes Claros passa a ser o centro de serviços de saúde, educação e concentração de órgãos públicos estaduais e federais, para a região norte-mineira e para o sul da Bahia.

Assim, como um traço característico da paisagem do norte de Minas Gerais, embora não seja apenas desta região, um fenômeno em constante movimento são as migrações sertanejas, migrações campo-cidade, migrações temporárias, migrações sazonais, migrações de trabalho, migrações estudantis. Essa mobilidade está marcada pela saída de seu povo de suas origens para seguir em frente, a esperança na melhoria da qualidade de vida, a busca, a mudança, os tempos, a memória, o resgate, e como diria Martins (1986, p. 45) “migrar é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais”.

Os Migrantes do norte de Minas Gerais

*(...) O sol esquenta, seca a terra, abranda o vento
O sofrimento para o povo é sem igual
O fazendeiro lamentando sua sorte
Vê o transporte carregando o pessoal
Para São Paulo, Paraná e pra Goiás
Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão
Só a cigarra nesse tempo é que insiste
Oh ! quanto é triste a seca no sertão (...)*⁸

Essa passagem de uma canção do poeta potiguar d’Eliseu Ventania, narra o sofrimento do povo nordestino com um dos fenômenos naturais mais assoladores das regiões semiáridas, a seca. Mas, a seca representa não só o sofrimento, mas simbolicamente ela é o rito de passagem de todos que convivem no sertão. São histórias que refletem a realidade ou que apresentam as dificuldades dos povos arrancados de suas terras, submetido à miséria material e afetiva, vendo na migração uma estratégia de “melhorar de vida”.⁹

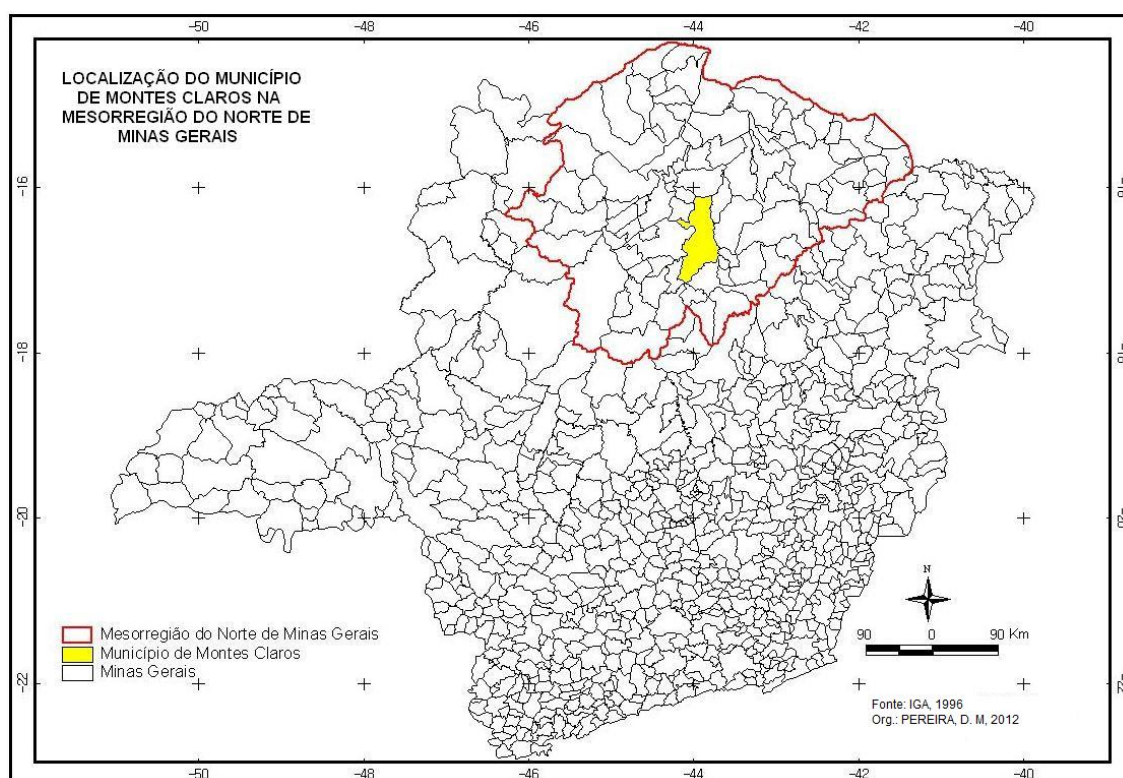
⁸ Trecho da canção “A seca devoradora”, d’Eliseu Ventania, poeta famoso de Mossoró-Rio Grande do Norte.

⁹ “A percepção de “melhorar de vida”, encontrada nas falas dos migrantes e em diversos trabalhos sobre migração, é deslocada e não mais se relaciona estritamente com os ganhos econômicos conseguidos com a migração. Há, portanto, outras dimensões e motivações no que tocam os condicionantes do processo migratório

A ocupação e o desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais é marcado segundo Batista (2010) pelo predomínio de uma pecuária extensiva, pela agricultura de autoconsumo e pela modernização dos grandes projetos agropecuários incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os poucos parques industriais instalados na região, sobretudo a partir da década de 1960, sob os incentivos da SUDENE, concentraram-se nas sedes urbanas de alguns municípios da região, como Montes Claros (cidade pólo regional), Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas.

O Mapa 01 apresenta a localização de Montes Claros na mesorregião Norte de Minas Gerais.

Mapa 1. Localização do município de Montes Claros na mesorregião do Norte de Minas



Fonte: PEREIRA, D. M.; 2012.

A intervenção estatal, liberando áreas para ocupação de grandes empreendimentos econômicos, criou um cinturão de terras, dos quais muitos agricultores foram submetidos ao êxodo rural. O que acentuou o processo de concentração de terras.

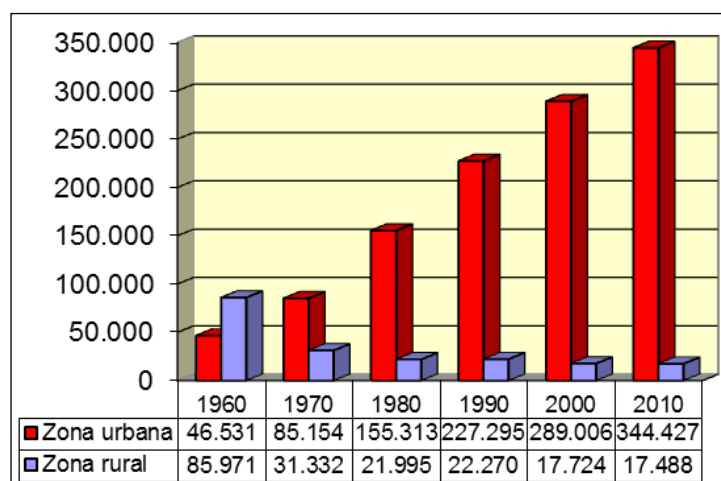
que serão consideradas. Assim sendo, não devemos tão somente relacionar a ideia geral de “melhorar de vida” com mobilidade social, cujo caráter economicista é estruturador”. (MACIEL, 2012, p. 3).

Com a expansão das monoculturas de capim, arroz, soja e café, principalmente nos municípios de Chapada Gaúcha, Urucuiá e Buritizeiro e os grandes projetos de irrigação no Vale do Gortuba, Lagoa Grande, São Francisco e Jaíba, localizados, respectivamente nos municípios de Janaúba, Nova Porteirinha, Pirapora e Jaíba/Matias Cardoso. (BATISTA, 2010, p. 17).

A modernização proposta pelo Estado para o desenvolvimento da região, de acordo com Paula (2003, p. 68) “diminuiu a oferta de trabalho rural, aumentando os empregos temporários. A região passou a ser palco de conflitos constantes por posses de terras. As terras eram disputadas pelos trabalhadores e também pelos grileiros que possuíam muitas vezes apoio do Estado”.

Desde 1970, Montes Claros é um município de população predominantemente urbana, característica que vem sendo ratificada nas últimas décadas, com o aumento do seu grau de urbanização¹⁰, conforme demonstra o Gráfico 02, a seguir.

Gráfico 2. População de Montes Claros, segundo a situação do domicílio (1960-2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (2010).

Assim, Montes Claros possui uma população com mais de 344.000 habitantes na zona urbana e menos de 18.000 habitantes na zona rural (IBGE/2010), apresentando um índice de urbanização de cerca de 95%. Essa cidade se destaca no contexto regional, como principal pólo, e sua área de influência ultrapassam os limites da mesorregião Norte de Minas Gerais.

¹⁰ De acordo com Oliveira (2000) a inclusão do Norte de Minas na Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1965, propiciou o desenvolvimento econômico da região e contribuiu para um intenso e rápido processo de urbanização.

Montes Claros possui uma forte atração de migrantes, pois é uma característica comum das cidades médias¹¹ brasileiras. Esse tipo de cidades apresenta desde a década de 1990 um crescimento demográfico acima da média nacional.

Como caracteriza Batista (2010, p. 14):

O Norte de Minas Gerais é visto no imaginário nacional como terra de pobres, uma espécie de viveiro de migrantes, que saem de seus lugares de origem para trabalhar nas cozinhas de famílias de classe média de Brasília (DF), nas grandes plantações do cerrado brasileiro, na construção civil das grandes cidades e em outras ocupações que requer baixa qualificação profissional, como salões de cabeleireiro, atendente de telemarketing e de postos de gasolina em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Diante disso, a migração é parte de uma estratégia de reprodução social. Maia (2000) analisando as migrações camponesas no Vale do Jequitinhonha, diz que a migração em suas diversas modalidades sempre foi utilizada como estratégia para reprodução social de grupos camponeses e de cada família em particular. Ela se apresenta como recurso tradicional para aliviar tensões econômico-sociais.

Deste modo, os migrantes do norte de Minas Gerais, determinam em suas comunidades o calendário e o tempo da migração ditada pelos períodos em que homens e mulheres vão à busca de trabalho para garantir a reprodução de suas famílias. Por isso, o ficar e o partir têm em si significados simbólicos cujo motivo é dado pelo econômico.

Assim é possível falar em tempos da migração, que segundo Batista (2010) os que “estão lá” interferem na vida dos que “estão aqui”. Há, portanto, uma conexão dos que saem e os que ficam. São partes complementares. Como numa trama da rede, essas partes se entrelaçam. Uma é parte contínua da outra. Compreender a circularidade dessa população é uma tentativa de não cair no simplismo.

No livro *a Casa e a Rua*, Roberto da Matta faz uma reflexão sobre o que é o tempo da casa e o tempo da rua (linear), tempo e espaço se constrói e ao mesmo tempo, são os homens em sociedade que os cria. Deste modo, Da Matta diz que (1997, p. 22) “não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço”.

¹¹ Conforme Pereira (2010) o conceito de cidade média não possui uma definição teórica precisa, entretanto, é baseada no processo produção do espaço urbano, na expansão e descentralização econômica e na sua importância no contexto local e regional.

O Quadro 03 representa os tempos da migração, o tempo da casa é a saída do presente, é o “deixar” a família, os amigos, tem uma duração cíclica que se reproduz todas as vezes que alguém “deixa” a casa ou entra em casa. O tempo da rua é linear, é a volta ao passado, tem duração cumulativa e histórica. Possui uma temporalidade impessoal que não dá nenhum direito à saudade ou à reversibilidade plena. Caracteriza-se pelo tempo da rua com seus movimentos desordenados e suas “arruaças”; às vezes tempo imoral de mudanças.

Quadro 3. Tempos da Migração

Saída do Presente (O ir)	Volta ao Passado (O viver)	Retorno ao Presente (O voltar)
Abandono da terra com a família, geralmente mulheres e crianças. Deixar os modos de vida.	Trabalho (colheita do café, corte da cana de açúcar, trabalho doméstico, etc.) geralmente alguma atividade que foi passada de pai para o filho. Novos modos de vida no trabalho.	A volta que garante a reprodução familiar.

FONTE: Guéimer Faria

Percebe-se ao longo do tempo que as famílias foram construindo estratégias de partida, permanência e reprodução. Cujas manutenções da terra e da família possam ser diminuídas sem ter que se dissolver. Entretanto, esse deslocamento espacial adquire significados distintos, ditados pelo atual contexto familiar. Batista (2010, p. 30) exemplifica como “a situação de pobreza (saída para reprodução física do grupo), necessidade de progressão nos estudos (ampliação do capital cultural), casamento (saída para “juntar recursos”, voltar, construir residência, casar, constituir uma nova família), a saída para “conhecer o mundo”, vivenciar novos espaços, paisagens, lugares, cenas e cenários, entre outras”.

É neste cenário que a região norte-mineira se insere dentro do quadro das migrações internas no Brasil. Para Paula (2003, p. 79):

É lugar onde a migração rural-urbana tem destaque em todo o país. É lugar do grande sertão, lugar de conflitos de terras, lugar da indústria da seca. É também o lugar das políticas públicas desenvolvimentistas que objetivaram a transformação da região e não transformaram a qualidade da vida da população sertaneja.

Pensar nessa migração com enfoque no gênero, também se configura como tarefa difícil, já que são as mulheres e crianças que ficam para tomar conta da terra. Nunca são vistas como autônomas nos projetos migratórios, sempre são os homens a sair. Embora, Batista (2010) apontou em sua pesquisa que a saída das moças para Brasília (DF) e Montes Claros (MG) para trabalhar como domésticas, são de famílias pobres, que não possuem rendimento estável, somada à dificuldade de obter trabalho na comunidade de origem.

Especialmente as mulheres solteiras elaboram um projeto migratório autônomo e no dizer de Maia (2000) também migram em resposta a necessidades individuais – expressas principalmente na necessidade de ganhar dinheiro e na “falta do que fazer no lugar” – mas também como estratégia auxiliar na reprodução social da unidade familiar, através da “expulsão” de um dos seus membros.

Logo, a diferenciação por sexo baseada na distinção biológica influencia direta ou indiretamente no projeto migratório. Além disso, é através da permanência das mulheres na casa, no “lugar de origem”, e do seu trabalho na terra que o retorno dos homens é garantido. Se as mulheres migram, perdem o elo de ligação com a terra e sua condição social se redefine. (MAIA, 2000).

CAPÍTULO 2

A EMERGÊNCIA SOCIAL E SOCIOLÓGICA DAS MIGRAÇÕES NO FEMININO

*[...] Entregou a espingarda a Sinha Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinha Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis. E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande [...]*¹²

O romance de Graciliano Ramos narra o itinerário de uma família sertaneja fugindo da seca que assola o sertão brasileiro. As personagens têm muito a nos dizer sobre o processo migratório: Sinha Vitória como mãe, esposa e mulher tem papel primordial na história. Ela é a mais racional das personagens, faz contas, tem senso de direção, estando sempre providente. O papel de Sinha Vitória é secundário, ela corre o trecho acompanhando o marido e os filhos. É interessante observar segundo Assis (2003, p. 201) “embora as mulheres estivessem presentes nos fluxos migratórios do final do século XIX, sua inserção era analisada como aquelas que acompanhavam ou como aquelas que esperavam por seus maridos e filhos”.

A intenção assumida neste estudo foi contrariar, nas palavras de Marques e Góis (2012), “a cegueira de gênero das migrações” abandonando a tendência para assumir que o papel da mulher migrante é de subordinação ao homem durante o processo migratório.

Para Peres e Baeninger (2011), ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Recentemente, com a incorporação da categoria analítica- gênero – na academia tem contribuído para ganhar relevância e permeando os domínios mais vastos e diversificados da vida social. Embora se depare muitas vezes com dificuldades na extração de dados e estatísticas que não especifica a categorização por sexo. Neste sentido, segundo Marques e Góis (2012, p. 8) “o ponto de partida da escolha do tema das migrações no feminino foi meramente empírico, correspondendo à tomada de consciência de que as mulheres desempenham desde sempre um papel muito relevante nos fluxos migratórios”.

¹² Vidas Secas. Graciliano Ramos

Essa abordagem foi ao longo do tempo chamando a atenção para a subestimação do número de mulheres migrantes. Um dos textos de referência clássica para essa temática é o de Morokvasic: *Birds of Passage Are also Women* (1984), onde ao tratar da “feminização da migração” não se confunde apenas com aspectos quantitativos da presença feminina nos fluxos migratórios, sobretudo, trata-se de uma série de mudanças qualitativas relacionadas aos motivos, meios e formas dos processos de inserção socioeconômica, da integração social, do seu contributo social e econômico da migração feminina.

A emergência social que se assume para a ampliação do foco de análise da migração em torno da mulher é assumir o papel de autonomia, e ver como as migrações femininas emergem neste contexto de maior visibilidade. Para a academia trata-se de um momento rico em tratar o tema como uma nova questão sociológica, onde está em jogo a definição de papéis, comportamentos, redes sociais.

Para Chaves (2009, p. 12-13):

a migração feminina incorpora facilmente o viés de liberdade: a mulher sairia da proteção cotidiana familiar em busca de uma vida mais autônoma num outro destino. Sendo assim, migrar seria crescer e se independe. Entretanto, generalidades tamanhas não se ajustam a todas as migrantes. Sem dúvida, algumas características da migração atuam no sentido de melhorar a condição de vida das mulheres: o deslocamento autônomo, a maior escolaridade, a inserção no mercado formal. Porém, essas seriam conjunções que afetariam positivamente a condição de vida de qualquer um, homem ou mulher, o que alteraria o motivo do deslocamento “migrar para ficar bem”, muitas vezes vital, para “migrar para ficar ainda melhor”, necessidade que não parece tão premente.

As singularidades da migração feminina se dão justamente neste ponto de intercessão, onde a mulher em busca de uma autonomia de vida almeja na migração uma mudança de vida. Muito embora, a busca de trabalho seja importante motivação, a migração feminina também se reveste de fatores subjetivos entre seus determinantes.

2.1 Migração e Gênero

A história se encarrega de negligenciar o papel desempenhado pelas mulheres no decorrer do tempo. E nos estudos de mobilidade não poderia ser diferente. A questão de gênero, enquanto algo construído nas relações sociais entre homens e mulheres passa a ser

visto como uma construção social, ou seja, parte do ponto de vista de Casagrande e Carvalho (2005, p. 9): “em que as premissas do social são cada vez mais vistas como culturalmente construídas, isto é, desnaturalizadas, e passíveis de reconstruções; fruto da interação entre os sujeitos e destes com a sociedade”.

Scott (1989) completa dizendo que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Neste sentido, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Tanto as perspectivas neoclássicas quanto as macroestruturais ressaltam o papel do homem como migrante em busca de trabalho e negligenciam o papel da mulher relegando seu espaço ao âmbito doméstico.

Zlotnik *apud* Miranda (2009, p. 22) “salienta que as estatísticas também contribuíram para a invisibilidade da imigração das mulheres, uma vez que não incluíam categorizações em função do gênero. O fato da maioria das mulheres trabalhar na economia informal¹³ contribui para que fossem subestimadas nos dados oficiais”.

Neste sentido uma análise quantitativa também é de fundamental interesse para se analisar as trajetórias laborais das mulheres. Chaves (2009) analisou com base nos dados censitários de 1991 a migração interna feminina nos anos 1980, os resultados revelam a grande potencialidade das informações censitárias, em especial daquelas sobre nupcialidade e realçam a importância e características dos deslocamentos de mulheres, nem sempre atrelados à família.

Angelin (2012) buscou compreender as trajetórias de famílias migrantes e, sobretudo de trajetórias de vida e os papéis sociais atribuídos e desempenhados no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas na cidade de São Carlos-SP. A conclusão é de que os papéis sociais são diferentes, pois dependem de contextos sociocultural e familiar. A família e os arranjos familiares determinam o desempenho desses papéis sociais. Mas, também não descarta outros fatores tais como: origem, cultura regional, condição climática e condição socioeconômica, que poderiam influenciar nas representações a ponto de uma mulher de um mesmo arranjo familiar atuar de modos diferentes na sociedade e no processo migratório.

Peres e Baeninger (2011) em seus estudos têm contribuído para a inserção de gênero nos estudos de população. Avanços teóricos e metodológicos dos estudos de migração

¹³ Serviços domésticos, cuidados pessoais e prostituição.

apontam para a necessidade do estabelecimento de um diálogo cada vez mais estreito com os estudos de gênero. Família, domicílio, negociação e reconstrução dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ao longo de processos migratórios são dimensões que já não podem ser deixadas de lado pelos estudos de migração.

Por fim, os estudos de Assis (2007), “Mulheres imigrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional”, trata especificamente dessa questão ao focalizar o movimento de brasileiros, homens e mulheres, da cidade de Criciúma, Santa Catarina, para a região de Boston, Estados Unidos, mostrando como as mulheres articulam as redes de migração e as alterações das relações familiares e de gênero ao longo desse processo.

Esses estudos destacam principalmente, a invisibilidade da tomada de decisão em migrar em relação ao papel desempenhado pela mulher. Elas estão, muitas vezes, inseridas em redes e dentro de uma perspectiva menos racional.

Assis (2007) analisa que o processo migratório ao incorporar a categoria “gênero”, deixa de ser compreendido apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos, mas envolvida em redes de relações sociais, como estratégia de grupos familiares, de amigos ou pessoas da mesma comunidade.

Neto e Nazareth (2012), analisando as redes sociais e a experiência migratória de mulheres nordestinas, sinalizam para a força e a representatividade com que as mulheres vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado. O que torna o debate necessário para uma reflexão mais profunda sobre as especificidades da migração feminina, abordando fatores de vulnerabilidade e desigualdade, quanto à abertura de possibilidades e transformações na estrutura social, familiar e do trabalho.

Miranda (2009) também sinalizou para um fator que também contribuiu para maior visibilidade das mulheres: foi o fato de as migrações perderem seu caráter resultante de uma decisão individual, mas, sobretudo de estratégias familiares comunitárias. E também o espaço da casa como uma unidade de análise no estudo dos fluxos populacionais ganhou mais relevância.

Houve um deslocamento da perspectiva individual para a unidade doméstica e as comunidades como forças propulsoras da mobilidade geográfica. A mulher deixou de ser dependente para ser ator decisivo no processo migratório.

Os estudos de Chaves (2009) chamam a atenção para a migração feminina, que também não pode ser analisada de forma geral, sob pena de encobrir peculiaridades que

melhor a caracterizariam, a descreveriam, particularidades apontadas em diferentes movimentos e áreas. Cada local de origem se diferencia por seus costumes, suas deficiências e suas vantagens, da mesma forma que possíveis destinos apresentam distintas oportunidades e diversos desafios.

Alguns autores veem a maior visibilidade da migração feminina como umas das características que definem a atual era das migrações, denominada de “feminização da migração”. No entanto, é preciso pensar se estamos vivendo realmente um maior volume de migrações femininas ou se apenas estamos dando maior visibilidade a algo que já existia e estava encoberto.

Uma característica é a crescente demanda por mulheres na economia de serviços, com especial atenção ao trabalho doméstico, aos cuidados, comércio, etc. Tendo como fatores a modernização, a industrialização, urbanização, terceirização, aumento da informalidade, e o elevado nível educacional dos mais jovens que não aceitam trabalhos manuais.

Neste sentido Zlotnik *apud* Miranda (2009) percebem o papel das mulheres na economia como sendo duplo. Como papel ativo no mercado de trabalho na sociedade receptora e na manutenção da identidade das comunidades migrantes, ou no estímulo da integração da família.

Hugo *apud* Chaves (2009) considera as razões da migração similares ao leque de explicações para homens e mulheres, variando a ênfase atribuída a essas explicações, a depender da teoria em que se baseia o estudo. Assim, diferenças salariais entre regiões, consideradas importantes nas teorias neoclássicas que privilegiam a decisão individual, fariam mais sentido em análises sobre a migração masculina, enquanto que as que enfatizam a economia doméstica e consideram o movimento como resultante de uma decisão mais coletiva seria mais adequada ao estudo do deslocamento das mulheres.

Portanto, ao elencar a categoria gênero para os estudos de migração, é preciso analisar sob qual teoria migratória se irá abordá-la. Pois, os resultados das intenções de migrar podem ser semelhantes, o que vai diferenciar é a matriz teórica a ser analisada.

De acordo com Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

Entender essas estruturas que ficam a margem dos estudos migratórios para homens e mulheres, e, sobretudo para as mulheres, assim como adotar a perspectiva de gênero nas análises, demonstram a importância das diferenças socialmente construídas ao longo das migrações.

Uma das análises da migração feminina está centrada na teoria das redes sociais. Segundo Hugo (1999) e Donato (1993) *apud* Chaves (2009) o contínuo desses movimentos cria no destino uma comunidade que se apresenta com dupla função para a comunidade de origem: protege, acolhe e ampara as migrantes, ao mesmo tempo em que zela para que seu comportamento reflita as tradições e os costumes das áreas de origem. Funcionam assim como facilitadoras da migração feminina, relaxando impeditivos e possibilitando a permissão das famílias para a migração de suas mulheres.

Entretanto, a importância das redes sociais na migração feminina se dá pela incorporação por gênero, ou seja, trata-se apenas de mulheres, e estas atuam no acolhimento das necessidades básicas das migrantes, ao passo que protegem aquelas que buscam na migração uma oportunidade de melhorar de vida e fugir da desassistência do local de origem.

A teoria das redes sociais de acordo com Piselli (1998, p. 110) “com base no indivíduo e nas respectivas redes relacionais, reconstruem o tecido das relações sociais e econômicas, as trajetórias e os canais da mobilidade social, bem como as dinâmicas de conflito e mudança”.

Na visão de Boyd *apud* Assis (2003), as diferenças de gênero nos níveis sociais e econômicos influenciam na tomada de decisão de migração, o que modifica as estratégias e os arranjos familiares e influencia na composição por sexo da migração de trabalho, e até nos conflitos étnicos.

Embora este estudo aborde a migração feminina, e, portanto é um estudo de mulheres, nosso interesse em trazer o debate sobre migração e gênero é mais como uma recomendação para estudos futuros das duas abordagens. Nosso foco é, portanto, migração de mulheres.

2.2 O gênero da casa: abordagem clássica

Primeiramente, a intenção aqui é apenas localizar a discussão em torno da questão da mulher e sua inserção no trabalho doméstico. Não se trata de um estudo de gênero, mas de mulheres. O esforço é desnaturalizar o que é ser homem e mulher. Desta forma, trazer para o debate questões sobre a condição da mulher.

Vários autores vêm se debruçando sobre a perspectiva relacional do conceito do que é gênero. Uma das mais célebres é Joan Scott (1989) quem o definiu como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Ou seja, é o sexo social do corpo, visto como categoria analítica.

A Antropologia caracteriza “gênero” como a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Para além da diversidade biológica segundo Pierrucci *apud* Casagrande e Carvalho (2005, p.10) trata-se de uma classificação cultural com base no sexo, sexo é a base biológica sobre a qual se constrói o gênero. Desta forma, um corpo sexuado como fêmea é culturalmente percebido e socialmente construído como feminino.

Para a Sociologia, as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças a cada um dos sexos. (CASAGRANDE E CARVALHO, 2005).

Saffioti (1999) chama a atenção em seu livro *O poder do macho* para as relações de poder da nossa sociedade. Segundo ela há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Deste modo, para esclarecer qualquer confusão terminológica, fêmea é o sexo biológico, feminino são modos, maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos, que podem também ser adotados por homens. Feminista define uma posição ou agenda política.

Os estudos sobre mulheres foram os grandes responsáveis pela introdução da categoria gênero na academia. Gênero, portanto, não significa “coisa de mulher” sim, uma perspectiva relacional aos homens. A partir da década de 80, surgem as contradições em relação ao próprio gênero, fragmentando-se, e a necessidade de desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Gênero passa a ser entendido como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Na década de 90 assume a perspectiva de homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, raça, dependendo do lugar de onde esse sujeito fala. A hierarquia de gênero independe do corpo, mas do seu contexto.

Para Durkheim, o estabelecimento orgânico de uma solidariedade social traz em si uma noção de complementariedade de papéis e funções sociais. De acordo, com o autor, a divisão do trabalho se dá também de forma sexuada, ou seja, aos homens e mulheres são atribuídas diferentes funções dentro da sociedade.

Segundo Bourdieu (1999) a “dominação masculina” é resultante de uma espécie de violência suave, imperceptível, que se coloca na ordem das coisas, isto é, que é vista como normal, natural, inclusive pelas suas próprias vítimas. A “dominação masculina”, que foi construída socialmente, está calcada e se utiliza da “diferença biológica” entre os sexos, para justificar a sua suposta naturalidade.

Na visão de Angelin (2012) a mulher na sociedade, especificamente em nossa sociedade enquanto sujeito social faz parte de um sistema estruturado e pautado por subordinação da mulher em relação ao homem, já que a ele são atribuídos aspectos de positividade e à mulher aspectos de negatividade.

Para Kergoat *apud* Nalu (1996) há que se fazer uma crítica ao uso meramente descritivo de gênero. Para ela, gênero deve ser trabalhado com o conceito de divisão sexual do trabalho, pois esta se encontra “no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres”.

Na divisão sexual do trabalho percebe-se a dimensão do conflito, das relações de dominação versus subordinação. Os estudos de gênero focam nesse ponto, desmistificando as diferenças biológicas delimitando por uma visão sócio-histórica.

Hirata (2007) esclarece que a internacionalização do trabalho reprodutivo como uma das consequências da externalização crescente do trabalho doméstico em regiões mais favorecidas engendra uma relação em que a servidão doméstica esta sempre presente. É uma mulher fazendo o trabalho doméstico para que outra mulher possa de fato fazer parte do mercado de trabalho. A razão dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero.

E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico.

2.3 Trabalho¹⁴ doméstico: definições, conceitos e características

Há muito se ouve falar do trabalho doméstico. Várias designações e denominações (trabalho doméstico, produção doméstica, economia doméstica, trabalho domiciliar, atividades domiciliar, atividades domésticas, afazeres domésticos, serviço doméstico, emprego doméstico, atenção e cuidados com as pessoas, *care...*), mas afinal o que as teorias demonstram sobre o trabalho doméstico?

Nos termos de Marx *apud* Nogueira (2010, p. 61) “evidencia que o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família”.

E essa é uma das diferenças essenciais entre o trabalho assalariado e trabalho doméstico, pois enquanto um está vinculado ao espaço produtivo, ou seja, criando mercadorias e conseqüentemente gerando valores de troca, o outro está relacionado à produção de bens úteis necessários para a reprodução dos próprios componentes da família, permitindo, em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, da esfera da reprodução. (NOGUEIRA, 2010).

Neste sentido,

A produção de bens e serviços é considerada mercantil sempre que ela puder ser comercializada a um determinado preço estabelecido em mercado. Toda a produção de bens é considerada, por convenção, mercantil, isto é, existe um mercado para aquele bem, de forma a se poder inferir um preço e, portanto, um valor da produção. Isso inclui toda a produção para autoconsumo da agricultura e a produção por conta própria de bens de capital fixo imobilizados pelo próprio produtor. Já os serviços são divididos em mercantis e não mercantis. São considerados mercantis aqueles cujo objetivo de produção é a venda no mercado por um preço que remunera os serviços dos fatores usados na sua obtenção. Os serviços não-mercantis são aqueles fornecidos à coletividade (todo o país ou grupos específicos de pessoas ou famílias) gratuitamente ou por um preço simbólico. Como serviços não-mercantis incluem-se, ainda, os serviços domésticos remunerados, prestados por trabalhadores autônomos. Seu valor da produção é medido pelo valor das remunerações dos trabalhadores autônomos ocupados nessa atividade. Portanto, exclui o serviço doméstico executado por conta própria e sem remuneração. (MELO e CASTILHO, 2009, p. 6).

Fougeyrollas-Scwebel (2009, p. 274) tem “*definido el trabajo doméstico como el conjunto de tareas vinculadas a los cuidados prestados a las personas comprendidas em el*

¹⁴ Não é foco do trabalho, a categoria analítica “trabalho”. Procuramos descrever as representações que as migrantes rurais fazem do trabalho doméstico remunerado prestado na casa de terceiros de natureza contínua.

marco de la familia – hogar conyugal y parentela -, trabajo gratuito desempeñado esencialmente por las mujeres”.

Entretanto, com o passar dos anos e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a liberação da mulher no final dos anos 60 e a denúncia da invisibilidade do trabalho da mulher levaram a outro contorno sobre essa atividade. De acordo com Fougeyrollas-Scwebel (2009) a família se define nos anos 60 como lugar de consumo; com a industrialização, a família havia perdido toda a função do seu papel produtivo.

Essa relação entre trabalho remunerado e trabalho reprodutivo não é vista de forma linear. Para Pautassi (2007) produção significa a criação de valores de uso (bens e serviços) para serem vendidos no mercado. O trabalho reprodutivo é considerado como produção durante a criação de bens e serviços para o consumo direto dos membros da casa.

No dizer de Nogueira (2010, p. 60) “o trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. Isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria/força de trabalho é imprescindível, uma vez que é pela exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais-valia”.

Logo, a unidade doméstica é a matriz principal onde o capital nutre a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora.

Todavia, investigações históricas, econômicas e sociológicas têm demonstrado que a sociedade salarial não é reduzida somente a esfera produtiva. Como constata Fougeyrollas-Scwebel (2009, p. 276) “*el desarrollo del trabajo asalariado y el reforzamiento de la esfera privada son dos procesos concomitantes que concurren em el proceso de autonomización del individuo*”.

Portanto, o trabalho doméstico envolve outras concepções, como caracteriza Melo (1998) o trabalho executado pelos empregados domésticos não constitui apenas relação externa de compra e venda de força de trabalho, mas também modo de vida. O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona-de-casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, marido e filhos.

“É importante reconhecer o trabalho doméstico não remunerado exercido por mulheres no campo reprodutivo como trabalho, ampliando a concepção para além da visão econômica, reconhecendo-o no campo da reprodução social”. (BARBOSA, 2011, p. 2).

Em Melo *et al.* (2005) vamos encontrar o seguinte esclarecimento: no Brasil os trabalhos pioneiros sobre este tema foram de Saffioti (1976) e Blay (1978); a primeira autora incorporou a sua análise a noção da mística feminina em paralelo com a de exército industrial de reserva. Combina a ideia da ternura feminina com reserva de mão- de- obra usada pelo sistema capitalista para rebaixar o preço da força de trabalho, padecendo da problemática tratada acima. Blay preocupada com a redução do emprego feminino manufatureiro decorrente do advento da industrialização nos países periféricos, apresenta também conclusão similar a de Saffioti.

Nos dizeres de Bruschini (2006), a primeira geração de estudos focalizou exclusivamente a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar ocupado pela mulher na sociedade também está determinado por seu papel na reprodução social. Mais tarde, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria peso considerável na produção sobre o tema, dando origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico.

Diante de um esboço na tentativa de clarear os meandros do trabalho doméstico constata-se que este traz características, conceitos e definições contrárias. Para uma teoria geral do trabalho doméstico é necessário considerar sob qual aspecto se pretende teorizar; seja ele econômico, social, cultural, regional, histórico. Mas suas contradições se expressam em suas singularidades que reforçam a exploração das mulheres em seu exercício através da servidão, da gratuidade, do apelo emocional, a tarefa do cuidar e o tempo disponível. Para Barbosa (2011, p. 5) “esses elementos dificultam a saída das mulheres da teia da opressão patriarcal e capitalista que as explora no mundo do trabalho”.

2.4 Compreendendo a Migração Feminina sob a Ótica das Redes Sociais

Domésticas¹⁵ – o filme, primeiro longa-metragem do cineasta Fernando Meirelles, em co-direção com Nando Olival, tematiza o trabalho doméstico, tendo como protagonistas

¹⁵ Domésticas, de Fernando Meirelles, em co-direção com Nando Olival, 2001.

cinco empregadas domésticas que trabalham em casas de famílias de classe média em São Paulo, no ano de 2001: *Roxane, Raimunda, Quitéria, Créo e Cida*. Partindo deste cenário, o filme traz consigo mensagens simbólicas do universo doméstico.

“Minha mãe quando eu nasci, disse que preferia me vê morta do que empregada doméstica. Eu sou doméstica”. (Personagem Créo)¹⁶

“- Bom dia! Meu nome é Quitéria foi a Zefa lá da casa da Dona Sônia que me mandou. Eu achava que aqui falava uma outra língua, sei lá um tipo de inglês sabe? Que eu não ia entender. Minha mãe falou: quando tu chegar lá, tu não fala nada, tu fica quieta. Eu ficava”. (Personagem Quitéria)

A primeira fala da personagem *Créo* já indica a condição geracional da atividade de doméstica, sendo passado de bisavó que fora escrava, a avó que foi serviçal e a mãe doméstica. Nesta passagem, ser doméstica traz o ranço cultural da sociedade escravocrata e patriarcal. Para, além disso, a reprodução do status social. Neste sentido, a condição doméstica é vista como algo sofrido, penoso. Por isso, a fala da mãe é carregada de significado.

Na segunda fala a personagem *Quitéria*, por ser mais nova, seu entendimento acerca do mundo na cidade é questionável. Mas, o que nos chama a atenção são as redes que intermedeiam a relação da procura por trabalho. Nesta seção, procuramos a partir desta passagem elaborar algumas considerações do papel das redes no recrutamento para a migração feminina.

Tilly *apud* Angelin (2012) afirma que as unidades efetivas da migração são compostas por conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho.

A ideia de rede como instrumento teórico para análise dos processos migratórios é complexa, e de acordo com Piseli (1998) deve ser tratada como um conceito analítico. Neste sentido, faz ancorar suas análises no indivíduo enquanto centro de uma rede de relações múltiplas, enquanto unidade indispensável de análise de uma sociedade complexa, e caracterizada pela heterogeneidade, pelo conflito e pela fluidez.

Grande parte dos estudos que articulam redes a processos migratórios se referem a migração internacional (Assis, 2003; Soares, 2004; Goza, 2003) podendo, contudo, ter vários

¹⁶ Diálogo do filme: *Domésticas* (2001).

aspectos redimensionados numa perspectiva regional, contemplando o cenário da migração interna. (NETO e NAZARETH, 2012).

Ao analisar as redes como processos integrativos, a dúvida que se estabelece é sobre essa visibilidade de que rede está falando? As redes se estabelecem em espaços de convívio, é no interstício das relações entre as pessoas que é possível verificar sua efetivação. Neste sentido, podemos falar em redes de parentesco, redes de amizade, redes de vizinhos, redes de conterrâneos, etc.

Para Soares e Rodrigues *apud* Angelin (2012), as relações estabelecidas entre os protagonistas de uma rede também apresentam forma e conteúdo. O conteúdo dessas relações é construído através da natureza dos laços sejam eles de parentesco, amizade, afetividade, etc. Já a forma da relação compreende dois aspectos, a intensidade do laço entre os protagonistas da rede e o grau de reciprocidade com que o laço entre os atores se manifesta.

Para o contexto migratório interno em que pese o deslocamento de um grupo de mulheres de comunidades rurais para a cidade, o conceito de rede ganha relevante papel, para tentar entender como esses processos se articulam.

Segundo o Censo do IBGE de 2010, entre os 4.643 mil indivíduos que migraram entre as Unidades da Federação nos 5 anos antes do Censo, 2.363 mil eram homens e 2.280 mil, mulheres. A maior parte dos migrantes era formada de adultos jovens, de 20 a 29 anos de idade, cujo percentual atingiu 31,5% do total de migrantes. Em seguida, representando 19,8% dos migrantes, figuram aqueles de 30 a 39 anos de idade.

Embora os homens continuem a migrar mais do que as mulheres, estas possuem significativa contribuição no movimento migratório, sobretudo na faixa etária de 20 a 29 anos de idade. Desta forma, uma das explicações se manifesta pela escassez de oportunidades de trabalho para as mulheres em comunidades rurais como no Distrito de Muquém – Mirabela – MG. Mas também, como salienta Lisboa (2007) as mudanças relacionadas à condição feminina e a uma maior conscientização das mulheres, que não apenas ambicionam uma vida melhor em termos objetivos, como trabalho e estudos, mas também em termos subjetivos, como a tentativa de romper com situações de opressão, discriminação e violência.

As redes sociais são um artifício útil à migração feminina, até pelos seus aspectos simbólicos: laço, fraternidade, cuidado, ajuda, etc.; mas não se pode perder o caráter do conflito e da própria ideia de democracia e igualdade. Por envolver a questão de gênero, de acordo com Assis (2003), homens e mulheres parecem ter inserções e papéis diferenciados

nas redes, sendo importante destacar o papel das mulheres como articuladoras essenciais destes laços.

Como caracteriza Neto e Nazareth (2012), na gramática social das desigualdades em relação às mulheres migrantes brasileiras, além do gênero, fatores como raça e condições socioeconômicas de origem realizam importantes crivos. Assim, por exemplo mulheres em condições econômicas mais desfavorecidas, costumam ter um acesso mais restrito a educação e a qualificação profissional, de modo que, ao migrar, acabam configurando um enorme contingente de mão-de-obra assistencial.

A migração interna de mulheres com ingresso ao trabalho doméstico é visto pelas redes como algo naturalizado, como visto na passagem acima que narra a história da personagem *Quitéria* do filme: *Domésticas*. É sempre alguém que trabalhou em alguma casa quem indica uma amiga para trabalhar como doméstica. Essa relação traz à tona elementos de confiança, ajuda, amizade e que vão perdurar pelo sentimento da gratidão. Para Durham (1984, p. 151) “a integração do migrante nessa situação frequentemente impede sua passagem para sistemas econômicos mais produtivos e reduz o trabalhador a uma marginalização permanente.” O que vai de encontro à fala da personagem de *Créo*: mãe e filha vão perpetuando a condição de doméstica entre as mulheres da família.

Lisboa (2007) chama atenção para o fato das categorias de modalidades do trabalho doméstico: domésticas externas, mensalistas, faxineiras ou diaristas, que geralmente são mulheres pobres com filhos menores, morando nas periferias das grandes cidades, muitas vezes sem creche ou escolas em tempo integral para seus filhos. É nesse momento que as redes de apoio se fazem presente, garantindo acolhimento e estabelecimento no trabalho na cidade, o que segundo Neto e Nazareth (2012), muitas vezes são sua única forma de articulação com o mercado de trabalho, mesmo que o vivam de forma irregular e informal, sem as garantias previstas em lei. Atualmente, não oferecer alojamento para as empregadas é uma maneira de cortar gastos para a classe média.

Portanto, as redes de apoio no local de destino são responsáveis pela criação das condições necessárias para garantir a inserção das mulheres migrantes no trabalho doméstico, se constituindo no motor propulsor dos projetos migratórios.

2.5 Formas de Incorporação no Mercado de Trabalho: O Trabalho Doméstico como Inserção Laboral

Historicamente, o trabalho doméstico sempre carregou o estigma da servidão. Primeiro com a cooptação de “moças do interior” para “ajudar” a servir a nova classe burguesa que estava emergindo, sobre a esfera privada, essa relação de trabalho sempre se manteve na invisibilidade.

Com a expansão da classe média via processo de urbanização e industrialização transformou-se a relação trabalho doméstico - serviçal em serviço doméstico. Brites (2000) evidencia que, com o processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira, ocorreu o deslocamento das relações de poder. Apesar do distanciamento cada vez mais acentuado entre dominantes e subalternos, a empregada doméstica constituiu-se em personagem importante, capaz de ligar mundos bastante díspares.

Essa inserção configura-se como um trampolim para a entrada no mercado de trabalho produtivo via trabalho reprodutivo. Na visão de Jacquet (2003) o deslocamento social marca a construção de uma nova identidade social que o trabalho doméstico deve possibilitar. O trabalho doméstico constitui um canal de acesso e de estabelecimento na cidade.

Assim, de acordo com a OIT (2010) o trabalho doméstico é uma significativa fonte de ocupação para muitas mulheres no mundo e porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres mais pobres. A demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido em todas as partes do mundo. Mudanças na estrutura familiar e na organização do trabalho contribuem tremendamente para isso. A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a frequente insuficiência ou ausência de políticas públicas, programas e ações que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar são aspectos marcantes destas mudanças. Contribuem ainda para este quadro o envelhecimento da população e a intensificação da jornada de trabalho nos anos mais recentes.

Pensando numa sociedade como a brasileira, onde há anos este serviço esteve à franja do mercado, em constante oscilação, nota-se uma transformação gradual dentro da própria categoria “doméstica”. O aquecimento do mercado de trabalho, crescimento econômico e dinamismo da economia, geraram novos postos de trabalho, como as empresas de telemarketing, que mesmo se configurando em outra forma de precarização de trabalho têm recebido esta mão-de-obra.

Uma das explicações está ligada ao reconhecimento da atividade, a ampliação do mercado de trabalho e uma maior qualificação das mulheres.

Cabe destacar que o trabalho doméstico remunerado abordado neste estudo será chamado também de Serviços Domésticos ou Emprego Doméstico, cujo foco de análise é apenas a trabalhadora doméstica remunerada. E segundo Melo (1998) é um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade.

Segundo Melo e Di Sabbato (2011) as mudanças significativas ocorridas no perfil do mercado de trabalho nos últimos anos não parecem ter afetado o emprego doméstico. Este ocupava 18% das mulheres e em 2009 17%, representando, em números absolutos, aproximadamente, em 2001, 5,5 e 6,7 milhões de mulheres, respectivamente. Considerando apenas as trabalhadoras ocupadas no setor de serviços, a participação do emprego doméstico atingia 24,2%, em 2001, e 22,4% em 2009 (PNAD/IBGE, 2001, 2009). Percebemos então, no intervalo de 8 anos, uma situação praticamente idêntica.

Para Ávila (2008) as empregadas domésticas, por sua vez, são levadas a esta ocupação. Não se trata de uma escolha, mas de limites colocados pelas estruturas de classe, patriarcais e racistas da sociedade. São as mulheres pobres e negras as que estão no emprego doméstico, no Brasil, hoje.

De acordo com Melo (1998) o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras.

O trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitente, há muito absorve a mão-de-obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo.

Valim (1996) alertava para o intenso fenômeno que vem ocorrendo em áreas onde predomina a concentração de terras e que expulsa os trabalhadores do campo, estando ligado à migração de mulheres para as grandes capitais ou cidades médias, onde se empregam como domésticas.

Segundo Jacquet (2003) o trabalho doméstico constitui um canal de acesso e estabelecimento na cidade, cujo objetivo é a construção de uma nova identidade social que o

trabalho doméstico deve possibilitar. E as trabalhadoras domésticas participam ativamente da formação da população urbana brasileira.

E Rossini (1998) destaca que a intensa migração para a cidade acabou por resultar na urbanização da sua reprodução.

De acordo com Melo (1998) como esse serviço constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação, é refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, considerado pela sociedade como ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. Mas tal qualificação varia, dependendo de quem a exerça.

Para Lisboa (2007) como trabalhadoras domésticas, as mulheres migrantes enfrentam vários tipos de discriminação, tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produz uma alquimia na subjetividade delas. Estas no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia, e de outro afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas que lutam por uma causa comum, têm na valorização de sua profissão uma conquista de auto-estima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e emancipação.

Na visão de Melo e Di Sabbato (2011) pensar nas trabalhadoras domésticas significa refletir sobre o papel do trabalho doméstico na reprodução humana. Ou seja, por ser essencialmente um trabalho que não gera valor (lucro), mas, outro valor que é o do cuidar da família.

A desvalorização do fazer doméstico, um trabalho reprodutivo que não gera um produto final a ser comercializado, atinge as empregadas domésticas que buscam, desde a década de 1970 no Brasil, a valorização do seu trabalho. (FEDIUK, 2012).

Para Camillotto (2002, p. 28),

Um dos aspectos que tornam mais complexas as relações do trabalho doméstico é o não enquadramento desta modalidade de trabalho no sistema hierárquico peculiar da sociedade capitalista, uma vez que, devido às dificuldades de inserção de intermediários no dia-a-dia da convivência entre as partes, situa-o como vulnerável.

A invisibilidade que cerca o trabalho doméstico permanece como uma nuvem sombria sobre a condição feminina. A própria sociedade ignora as normas que regulam as relações de trabalho doméstico (MELO e DI SABBATO, 2011).

Deste modo, são válidas as reflexões de Matos (2009): o mercado de trabalho doméstico tem que ser considerado como de fato é, um ambiente relacional, em um país de desigualdade de renda e oportunidades, mas onde o pacto de mútuo benefício deve ser protegido e incentivado, favorecendo a livre empregabilidade, expurgando aqueles que confundem a proximidade da relação de emprego dentro de casa com o direito ilimitado ao trabalho do outro.

De acordo com Melo e Di Sabbato (2011) no Brasil, com suas imensas desigualdades sociais, o trabalho doméstico permanece há décadas como uma das principais ocupações das mulheres brasileiras. Possivelmente o que explica sua permanência, como um fenômeno nacional ou global, é o desequilíbrio na distribuição de renda pessoal e a labuta exigida pela reprodução da vida.

Para os autores, como a desigualdade de renda tem se acentuado na economia mundial, as disparidades engendradas entre famílias ricas e pobres possibilitam e incentivam esse tipo de trabalho, gerando uma demanda permanente por serviços domésticos na sociedade, especialmente por parte das famílias com crianças pequenas e nas quais as mães trabalhem fora de casa.

Diante de tal fato, Oliveira e Jannuzzi (2005) em seus estudos levantaram alguns motivos da migração. E destacaram que há dois enfoques sobre as possíveis causas da migração. O enfoque neoclássico sugere que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional- econômico para a escolha do destino. Já a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país. Qualquer que seja o ponto de vista, os motivos da migração empreendida – pessoal ou compulsoriamente – seriam os relacionados ao trabalho; e os protagonistas do processo, jovens em pleno potencial produtivo.

Lisboa (2007) ao analisar os fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo apontou como motivos as seguintes questões:

- 1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do

trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

A condição em que o trabalho doméstico se insere é através das redes sociais de apoio que segundo Sertório e Santos (2012), podem ser consideradas as verdadeiras unidades da migração, uma vez que indivíduos e coletividades tomam suas decisões, planejam estratégias de movimento e travessia de fronteiras, encontram apoio em termos de moradia e trabalho e, finalmente, resistem aos controles anti-migração, através do apoio obtido nessas teias de relações sociais.

Ao se deslocarem, como diaristas, que é uma modalidade de ocupação sem a possibilidade de morar no emprego, encontram na rede de apoio um lugar para se estabelecer até poder alugar uma moradia.

Para Truzzi (2008) outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos”.

As implicações desta modalidade de interação migração-trabalho doméstico podem ser vistos como uma forma de inserção mais rápida de ocupação. O que não se configura como uma estabilidade. Em recentes estudos da PED (2010) pôde-se indicar a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e à redução das mensalistas.

Assim, são válidas as indagações de Sertório e Santos (2012) os movimentos migratórios estão fortemente associados à mobilidade da força de trabalho. Os migrantes em busca de trabalho representam, na maioria das vezes, a principal parcela dos fluxos de população. O capital, mesmo na roupagem da acumulação flexível, permanece usufruindo a “dupla mobilidade da força de trabalho”.

Contudo, não é possível compreender o fenômeno migratório apenas através do viés econômico ou economicista, uma vez que esse aporte não permite dar conta de todos os processos associados à migração.

Percebemos que o principal motivo da saída destas trabalhadoras é o emprego, que possa proporcionar, na vida desta trabalhadora e na de sua família, melhores condições. O movimento migratório é marcado pela saída do presente e a volta ao passado e retorno do presente.

CAPÍTULO 3

DISTRITO DE MUQUÉM-MIRABELA-MG: MIGRAÇÃO RURAL-URBANA DE MULHERES

3.1 Origem: “Aqui é o meu lugar”

“As pessoas que querem melhorar de vida, tá sempre pensando em ir pra frente. Quando muda pra cidade acha estranho, o modo do povo conversar, o movimento, o barulho, acha ruim até acostumar, pegar o jeito do pessoal de lá. As pessoas sempre gostam daqui, mas sempre pensam se fulano foi pra tal lugar, tá bem lá, também vou um dia”.(Diário de campo, 2013).

“Para cada família de Muquém há duas pessoas ou mais que migraram”. (Diário de Campo, 2013).

“A maioria dos jovens veem a migração como opção, seja o deslocamento para estudar ou à trabalho.” (Diário de Campo, 2013).

O lugar que falamos é carregado de significado, símbolos, paisagens e, sobretudo de histórias e de relações sociais. Segundo Carlos (2007), podemos iniciar a reflexão com Milton Santos que afirma que existe uma dupla questão no debate sobre o lugar. O lugar visto “de fora” a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico, e o lugar visto de “dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir seu sentido.

Santos (1995) redefiniu o lugar a partir de sua densidade: técnica, informacional, comunicacional e normativa. A densidade técnica está relacionada com a técnica presente na configuração atual do território. A densidade informacional é a que chega ao lugar tecnicamente estabelecido. A densidade comunicacional são as relações sociais de interação entre as pessoas. Por fim, a densidade normativa é o papel das normas em cada lugar como definitório. E neste sentido, seria preciso adicionar a dimensão do tempo em cada lugar que poderia ser visto através do evento no presente e no passado.

Na visão de Carlos (2007, p. 17):

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

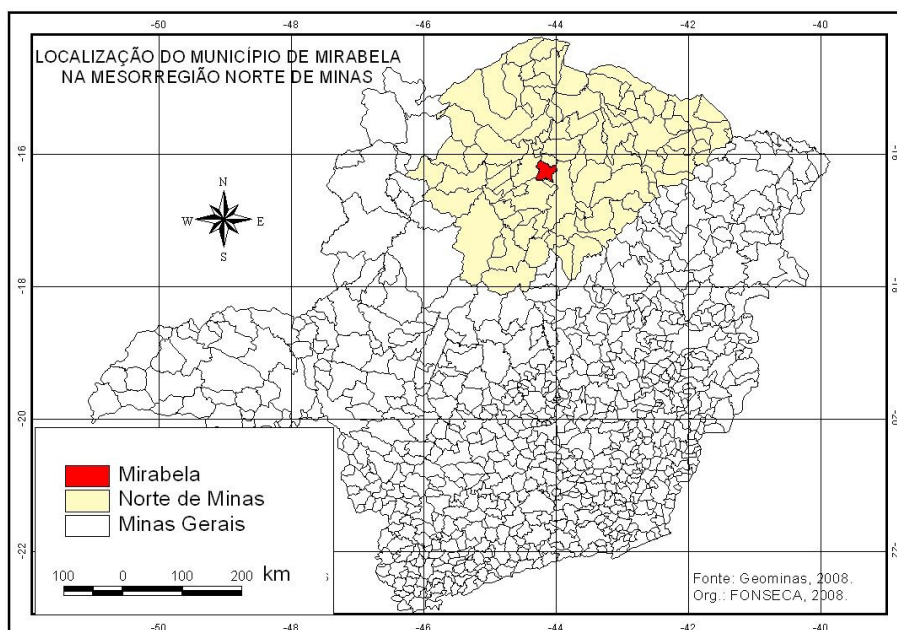
Assim, pensar um lugar com características próprias, onde se imbricam a relação habitante (mulheres) identidade (trabalhadoras domésticas) e lugar (Distrito de Muquém), reforça a análise do processo migratório para a questão da espacialidade, da temporalidade e da reprodução.

O lugar como espaço de vivência de um grupo humano, ambiente em que há sensação de pertencimento, identidade e afetividade; onde ocorre a concretização das possibilidades do mundo (fruto das relações globais locais).

Segundo Silva (2010), as dimensões espaciais construídas ao longo da história do Distrito caracterizam relações de espaço vivido e lugar, onde se destacam fluxos de produtos, capitais e população, inseridos na conjuntura global, mas sem perder o perfil identitário típico do rural.

O distrito de Muquém está localizado no município de Mirabela-MG, que está inserido na mesorregião do Norte do Estado de Minas Gerais, especificamente na microrregião de Montes Claros. Geograficamente limita ao norte com o município de Patis; ao sul, com Coração de Jesus; a oeste, com Brasília de Minas; e a leste, com Montes Claros, pólo regional. Situa-se na depressão do Rio São Francisco, abrangendo 723,3 Km², entre as coordenadas geográficas latitude (GMS) 16° 25' 12,00000"/ 16° 05' 23,99999" sul e longitude (GMS) 44° 18' 36,00000" / 43° 58' 47,99999^a oeste. (Mapa 02)

Mapa 2. Localização do município de Mirabela-MG



Fonte: Fonseca, G.; 2008.

De acordo com censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população era de 13.042 habitantes, e no Distrito de Muquém 1.973 habitantes, estando o resto distribuído no povoado de São Bento e nas 28 comunidades: Riachão, Riacho Danta, Córrego de Areia, Taboquinha, Barra da Taboquinha, Retiro, Riacho das Pedras, Santa Cruz, Cabeceira, Laranjeiras, Areal, Barroca D'água, Carabinha, Degredo, Córrego de Chapéu, Curral Velho, Várzea de Baixo, Brejinho, Porções, Tabocas, Travessia, Passagem de Cima, vertente, Rancho Alegre, Santo Hipólito, Ana Gonçalves, Vereda e Mata Barroca.

O Distrito é circundado pelos povoados de Vereda, Ana Gonçalves, Fiúza, Mata Barroca e Passagem de Cima. Muquém dista 14 km da área urbana de Mirabela e fica a 76 km do município de Montes Claros.

É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso. Silva (2010) em seu trabalho sobre lugar e ruralidade no Distrito de Muquém, investigou o processo de formação e ocupação do distrito, que teve início na década de 1920, após um movimento liderado por Felício Ferreira, José Souto, José Francisco Araguão, Antônio Araguão, André Luiz de Souza e Dona Lourença de Almeida Freire, que objetivava a construção de uma escola para evitar a saída dos filhos para outras localidades. Em 1927, o Distrito emergiu como povoado a partir da doação de três alqueires da Fazenda Bom Jardim de propriedade de Dona Lourença de Almeida Freire. No ato da fundação do povoado, foi construída uma Igreja em homenagem a São Sebastião, o santo padroeiro do lugar e do município.



Foto 3. Igreja e escola de fundação do distrito

Fonte: Guélmer Faria



Foto 4. Praça central do distrito

Fonte: Guélmer Faria

Pensar no nome deste lugar também significa pensar a história particular se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história. O nome “Muquém” vem da época em que os tropeiros utilizavam as margens do Córrego Passagem de Cima como parada de descanso. Segundo Silva (2010), “moquear, ou seja, preparar a alimentação”, enquanto os animais pastavam e descansavam da viagem durante o trajeto entre Januária e Montes Claros.

O Distrito surgiu por causa da implantação da primeira escola e em seguida da igreja, a igreja antiga foi derrubada recentemente e no lugar construído outra. Na época os moradores foram favoráveis, e os que não concordavam criaram uma comissão de patrimônio, mas mesmo com toda comoção, a igreja foi derrubada. A legalização das terras é fato controverso, pois, a maioria dos lotes é de propriedade da igreja católica, o que a maioria dos moradores tem é a posse do terreno.

Neste sentido, o Distrito de Muquém apresenta certas especificidades dadas pelas atuais conjunturas em que o urbano-rural se entrelaçam. Conforme já demonstrou Silva (2010) sobre as percepções e reflexões sobre o contexto das localidades, Muquém apresenta uma série de especificidades urbanas na sua espacialidade, mas há a predominância do rural.

Para Carlos (2007), qualquer que seja a organização global dos usos ou o modo de produção do espaço, uma racionalidade, cada vez mais necessária, parece reinar sobre o lugar — a produção do construído privilegia certa manipulação do espaço fundado segundo uma lógica repetitiva e sob um princípio fundamental; produzir inicialmente um habitat urbano, para em seguida, liberá-lo para uso.

E cada vez mais esse espaço é submetido às características urbanas como forma de se apropriar do novo sem que, contudo, se despreze o velho. A própria história do indivíduo, como salienta Carlos (2007), é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica; por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação.

Silva (2010) constatou que em Muquém existe uma ruralidade repleta de elementos sociais, econômicos e culturais, particularidades do modo de vida, um povo acolhedor, alegre, que com todas as dificuldades tendo em vista ausência do Poder Público, procura manter vivas as festividades.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a população residente em 2010, era de 1.973 habitantes, dos quais 1.025 eram homens e 948 mulheres (Tabela 04). Esses dados

podem indicar uma masculinização no ambiente rural e a conseqüente migração de mulheres. Em 1991 havia 1.040 mulheres, em 2000 o número de mulheres teve uma queda para 957. Embora a Política Nacional de Reforma Agrária¹⁷ que vem sendo implantada no Brasil tende a fixar as famílias em assentamentos rurais¹⁸, Abramovay (1998) chama atenção para a o quadro de migração do campo para a cidade em virtude dessa política, mas esta reversão não está acompanhada pelo êxodo dos jovens. Essa situação seria agravada pela tendência de migração maior entre as jovens, provocando o que denominou masculinização dos campos.

A estrutura econômica de Muquém está basicamente vinculada à renda de aposentadoria proveniente de trabalhadores rurais e a prática de agricultura familiar. Destacam-se ainda, com muita relevância para a economia, os frutos do cerrado, principalmente o pequi, que na safra transforma-se numa expressiva fonte de renda para a população. A comercialização é feita no próprio Distrito para atravessadores que levam o produto até Montes Claros. (SILVA, 2010).

Tabela 4. População por sexo e situação do domicílio – Distrito de Muquém – Mirabela (MG)

Sexo	Situação do domicílio	População		
		1991	2000	2010
Total	Total	2.100	1.988	1.973
	Urbana	833	883	776
	Rural	1.267	1.105	1.197
Homens	Total	1.060	1.031	1.025
	Urbana	425	454	398
	Rural	635	577	627
Mulheres	Total	1.040	957	948
	Urbana	408	429	378
	Rural	632	528	570

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2010.

¹⁷ A principal expressão dessa política de reforma agrária é o Plano Nacional de Reforma Agrária, centrada em uma política de assentamentos rurais e regularização fundiária em áreas de conflitos.

¹⁸ Os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

De fato, percebe-se a migração de jovens para a cidade, segundo o relato de uma das entrevistadas:

“Lá é difícil pra ficar, assim quem quer trabalhar e conseguir alguma coisa, tipo estudar tem que sair se não lá não dá para consegui nada não, porque não tem serviço é difícil”. (Aparecida, 21 anos).

Para Tavares (2005), pela falta de opção de trabalho para as jovens nas pequenas cidades de onde vieram, as migrações do emprego doméstico passam de temporárias a definitivas.

O trabalho doméstico de jovens é uma realidade mundial, segundo Félix (2010), praticado especialmente em países de 3º mundo, por se tratar de atividade de fácil inserção no trabalho precoce e serve de porta de acesso ao trabalho, principalmente as jovens migrantes do interior que não encontram trabalho em sua região.

Um dos setores da economia local que tem crescido é o comércio, especialmente o aumento de bares, uma vez que de outras mercadorias existe apenas duas mercearias que não suprem a demanda, fazendo com que muitas pessoas comprem em Mirabela ou em Montes Claros.

O carvoejamento também tem gerado renda e descaracterização do cerrado, uma dinâmica econômica que implica em problemas ambientais locais e regionais, principalmente quando as áreas desmatadas são reflorestadas com eucalipto, veredas são destruídas.

Uma das ocupações que havia em Muquém, e que empregava a maior parte das pessoas, era a plantação de café na Fazenda Sussuapara, localizada no município de Patis – MG, vizinho ao Distrito:

“Tinha uma fazenda de café lá perto que dava muito serviço pra pessoas lá. Homens e mulheres trabalhavam lá. Até uns parentes meu trabalhavam lá. Hoje em dia são poucas pessoas que vai caçar trabalho lá.” (Penha, 23 anos).

Mas com o tempo até mesmo a plantação de café se esgotou e novas formas de “ganhar a vida” foram incorporadas. A progressiva passagem do trabalho nas plantações de café para o trabalho nas cidades se constitui no ponto central do qual se percebe as mudanças em torno dos modos de vida no campo. Embora, ainda hoje, na época da colheita do café, homens, mulheres e até crianças se deslocam para a Fazenda para trabalhar na colheita.

Quanto à alfabetização dos residentes com mais de 10 anos, o IBGE (2010) apontou que os homens representavam 79% e as mulheres com 81%. (Tabela 05). A escolaridade da população rural é um dos quesitos importantes na mensuração do processo de transformação da sociedade rural. Quando se analisa pela ótica do gênero, percebe-se a diferença na escolaridade das mulheres sobre os homens. As mulheres ainda dedicam mais tempo às tarefas da casa e ao cuidar dos filhos. Essa diferença pode ser explicada também pelo fato das poucas possibilidades de estudo.

Tabela 5. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e taxa de alfabetização por sexo Distrito de Muquém – Mirabela (MG) - 2010

Variável	Sexo	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Total	1.631
	Homens	854
	Mulheres	777
Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)	Total	100,00
	Homens	52,36
	Mulheres	47,64
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas (Pessoas)	Total	1.307
	Homens	674
	Mulheres	633
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas (Percentual)	Total	100,00
	Homens	51,57
	Mulheres	48,43
Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)	Total	80,13
	Homens	78,92
	Mulheres	81,47

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2010.

Silva (2010) constatou que os indicadores de escolaridade possivelmente são reflexos das dificuldades do acesso à educação pelos moradores da comunidade, pois durante muito tempo funcionou no Distrito apenas o curso primário, e para dar sequência aos estudos os alunos teriam que se deslocar até Mirabela. Somente em 2004, começou a funcionar no

Distrito o ensino médio, em um anexo da Escola Estadual Professora Maria Machado, a qual tem na cidade de Mirabela. É também crescente o número de pessoas que fizeram o primário e estão retornando à vida estudantil, incentivados pelos programas Educação de Jovens e Adultos.

“Lá tem escola eu estudei, do 1º ao 2º grau tudo lá, mas depois não tem mais nada pra fazer, tem que ir buscar formação em outra cidade”. (Aparecida, 21 anos)

Hoje, o Distrito possui uma escola estadual e um centro municipal educacional infantil: Escola Estadual Santa Maria e o Centro Educacional Municipal Infantil Fada Azul. O distrito também será beneficiado pela criação de uma creche, iniciativa do Governo Federal dentro do âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)¹⁹.



Foto 5. Centro Educacional Fada Azul

Fonte: Guélmer Faria



Foto 6. Escola Estadual Santa Maria

Fonte: Guélmer Faria

Assim, configura-se uma possibilidade de fixar por mais um tempo o jovem no meio rural. As pesquisas sobre o deslocamento dos jovens apontam como fatores: as dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e o trabalho e a atração do jovem pelo meio urbano, sobretudo, pelo estilo de vida urbano.

¹⁹ Informações dos moradores e a construção já foi iniciada no distrito em 2014.

O que se percebe pelas falas das entrevistadas em Muquém, é que há um duplo consenso sobre o trabalho e o estilo de vida urbano. A cidade seduz pelo “ganhar a vida” ser independente, “conseguir alguma coisa” e a continuação do “estudo”. Quando questionadas sobre o que idealizavam com essa viagem:

“Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser”. (Janaína, 20 anos).

“Eu vejo assim, Montes Claros como uma cidade que gera muito emprego e que eu acho assim que tem futuro e aqui igual te falo é a cidade do estudo, que aqui é bem mais fácil para estudar e arrumar serviço”. (Socorro, 26 anos).

De acordo com Paula (2003, p. 91) “Montes Claros é a cidade pólo da região do Norte de Minas Gerais. Aqui, muitos trabalhadores rurais migrantes chegam em busca da modernidade, do desenvolvimento, da qualidade de vida”.

Quanto ao rendimento, segundo dados do IBGE (2010) a renda média mensal dos homens (R\$500,01) é superior ao das mulheres (R\$378,22) (vide Tabela 06), esse fato corrobora os baixos indicadores socioeconômicos do Brasil, e que as mulheres ganham menos do que os homens. Silva (2010) chamou atenção para uma característica peculiar de Muquém: a maioria das famílias tem em média dois idosos que recebem aposentadorias, principalmente como trabalhadores rurais. Esses dados sugerem, pelo baixo rendimento das mulheres, uma possível “contribuição” para que procurem outros meios de “ganhar a vida”, e vislumbrem na migração para as cidades novas oportunidades de trabalho e maneiras de aumentar a renda.

Tabela 6. Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento segundo o sexo e a cor ou raça – Distrito de Muquém – Mirabela (MG) – 2010

Sexo	Cor ou Raça	Rendimento em R\$
Total	Total	442,64
	Branca	508,19
	Preta	449,49
	Amarela	218,00
	Parda	423,67
Homens	Total	500,01
	Branca	589,37
	Preta	462,78
	Amarela	405,00
	Parda	474,65
Mulheres	Total	378,22
	Branca	401,33
	Preta	431,78
	Amarela	93,33
	Parda	369,88

Fonte: IBGE – Censo Demográficos, 2010

Assim, as condições e motivações para a partida dos migrantes de origem rural se processam pelo acesso a educação e trabalho. A influência da família e da classe social de origem estende de maneira diferenciada as expectativas. A mobilidade geográfica representa uma transição para um melhor status socioprofissional. e as finalidades da migração, assim como as possibilidades de realização dos desejos.

Por fim, “*Este é meu lugar de origem*”, significa estabelecer raízes no lugar de onde se veio. No caso das outras trajetórias, trata-se de tentar mudar ou melhorar a vida, dentro de um percurso que associa sempre “ganhar a vida” ao trabalho.

3.2 Chegada: “A cidade seduz”

Fatal foi teres chegado de manhãzinha, teus olhos de sono, quando ainda a cidade se espreguiçava e teres visto o casario, as ruelas tortuosas, os homens a gritar nomes e coisas. O cheiro do café e o cheiro das frutas, o abafado

cheiro das roupas a entranhar na tua descrença a resina, o último cheiro do abraço que deixaras dias atrás entre o espanto e a euforia. Fatal foi a má comparação que fizeste das velas de encardido colorido com o tecido que mal escondia teus pudores. Tuas unhas entre o roxo e o vermelho copiaste de onde? Ao saltares dessas águas barrentas, ao abandonares sem saudade, rápido se perdeu o teu barco entre os tantos aportados naquele cais. Fatal foi tropeçares e seguires aos solavancos pelas ruas achando que eram de boas-vindas os olhares. Ao pé do casarão mal iluminado fatal foi pensares que ofereciam vida nova, pois ouviste os sinos. (MEDEIROS, 1991, p. 11-13).²⁰

Esse trecho do poema *Velas, por quem?* Retrata a chegada de uma menina da zona rural para trabalhar como serviçal doméstica na cidade. Desde o primeiro impacto com a cidade, suas ruas, movimentos, sons até a comparação da cor das velas com o encardido vestido e suas lembranças do último cheiro do abraço que deixara, trazia consigo o sonho de vida nova, mas só restara o som dos sinos, instrumento este utilizado por alguns patrões para chamar os criados.

Carregada de significado, essa passagem retrata bem a chegada das mulheres migrantes na cidade. Segundo relato das entrevistadas:

“A cidade tem tudo, tem indústria, tem trabalho, tem hospital, ruas asfaltadas, tem ônibus toda hora, tudo chama a atenção, os outdoors, as placas, as lojas, os prédios, até as praças, cheias de gente.” (Janaína, 20 anos).

Eunice Duhram em seu livro *A caminho da cidade* (1984), narra como o trabalho doméstico, que absorve grande parte da mão-de-obra feminina, ilustra a natureza desse ajustamento à vida urbana. A assistência pode incluir alojamento, alimentação e mesmo roupa. Sua permanência na cidade se dá em condições que a colocam à margem de ocupações propriamente urbanas ou industriais, mantendo uma dependência pessoal que a vincula aos patrões em termos de gratidão. Pode-se perceber isto pela fala da entrevistada sobre sua relação com as patroas:

“Eu e minha patroa temos uma bom relacionamento, ela deixa a casa nas minhas mãos, faço tudo que tem que fazer na casa, limpo, cozinho, lavo, ela não reclama das coisas que eu faço, ela é muito boa pra mim”. (Lídia, 28 anos).

²⁰ MEDEIROS, Maria Lúcia. *Velas, por quem?*. Belém: CEJUP, 1991, p. 11 - 13.

“Minha patroa, ela é uma pessoa super legal, por ser mais nova ela não tem muitas manias, eu faço do jeito que eu quero o serviço. Trabalhar pra gente mais velha não dá, elas gostam das coisas do jeito delas. Eu adoro minha patroa”. (Marilda, 27 anos).

“Meu quarto é grande, tem televisão, tem uma cômoda, tem uma cama, tem banheiro, o banheiro é grande”. (Lídia, 28 anos).

Suely Kofes analisou o papel das patroas e das empregadas domésticas. Para ela, a socialização da mulher-empregada doméstica é o exercício do seu papel sob mando. De outra mulher. A palavra obediência é, aliás, recorrente na fala das empregadas. Mesmo quando a doméstica já se refere à necessidade da regulação do autoritarismo da patroa, ela precede o “dentro das regras” com a afirmação “é preciso obedecer a patroa”.

Lisboa (2007) diz que patroas e empregadas domésticas, em geral, participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, embora essa relação trabalhista passe por uma contradição de classe e outra de identidade-gênero que é estabelecida entre as mulheres.

Quando questionadas sobre o gostar do que faz e o que faz, das condições de trabalho e a importância desse trabalho, uma respondeu:

“Eu gosto do que faço. Eu arrumo casa e lido na cozinha, gosto das condições de trabalho, minha patroa não se mete nas minhas coisas. Eu acho que é um trabalho como qualquer um, apesar de ter gente que julga, né? Mas que é um trabalho como qualquer um, que dá futuro.” (Aparecida, 21 anos).

Para Kofes (1990) a construção da mulher passa pela identificação a um lugar e não só a um corpo. E que neste lugar a mulher era segmentada. A mulher seria aqui mulher-patroa, mulher-empregada. O universo comum e sua segmentação. Esse universo define a mulher, o universo familiar, doméstico, nega este caráter à empregada. Mas não o nega justamente porque é uma mulher que está lá? E que este *lá* é também seu lugar?

Sair do seu lugar para o lugar dos outros define as relações da instituição empregada doméstica no Brasil. Figura imbricada na organização familiar das classes superiores. Ao passo que essa própria organização cria meios para regular a presença da empregada nos espaços sociais. Portanto, a negação de sua visibilidade. Embora, em nossos relatos não deparamos com nenhuma situação de negação a condição de classe da empregada.

Brites (2007), investigando sobre o afeto e a desigualdade entre domésticas e patroas, mostrou que é através de pequenos rituais interpessoais de dominação que se mantém o sistema altamente hierarquizado. Trata-se da “didática da distancia social”²¹, sutilmente marcada entre a empregada e os outros membros da unidade doméstica. Mostrou também os antagonismos que surgem à medida que as empregadas procuram usar seu emprego para garantir a sobrevivência e promoção de suas próprias famílias.

Quando questionadas sobre o porquê da escolha da cidade de Montes Claros como destino, elas responderam:

“É porque é uma cidade mais perto dá para ir e vê a família sempre, e para quem quer estudar Montes Claros é mais fácil.” (Lidia, 28 anos).

“Montes Claros, dá para estudar, passear no shopping, tem mais oportunidades.” (Janáina, 20 anos).

Jacquet (2003), em seu estudo sobre urbanização e emprego doméstico, constatou o papel das domésticas na formação das populações urbanas. A lógica que preside a migração das domésticas em direção às cidades é dada pelas escolhas pessoais e pelos determinantes estruturais. Essa mobilidade geográfica e social, marcada pelo “mudar de vida”, se manifesta por meio do uso de superlativos na evocação das circunstâncias da migração para a cidade.

Jacquet (2003, p. 176) analisa esse deslocamento geográfico como:

O engajamento das moças num processo de deslocamento social, cujo objetivo é a construção de uma nova identidade social que o trabalho doméstico deve possibilitar. Conclui “dizendo que o emprego doméstico constitui um canal de acesso e de estabelecimento na cidade”.

Para Rossini (1998) a intensa migração para a cidade acabou por resultar na urbanização da reprodução de sua força de trabalho feminina. As meninas partem em idades mais precoces para o assalariamento como empregadas domésticas urbanas.

A dimensão social do comportamento migratório das jovens aponta para a melhoria da sua posição social conforme Jacquet (2003), a migração aconteceu junto com o ingresso na domesticidade.

²¹ “O significado do modo como as empregadas ocupam os espaços na casa dos patrões e de como as crianças aprendem, através de suas rotinas cotidianas, a naturalizar a desigualdade, conciliando relações carregadas de enorme afeto com a, aparentemente, inevitável distância social”. (BRITES, 2007, P. 107).

3.3 Trajetória: “*Andei por tantas estradas*”

*Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando a recordação
Das terras onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei.
Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa sigo o roteiro
Mais uma estação e a saudade no coração!*

A Vida do Viajante - Luiz Gonzaga

Para Silva e Melo (2009), a definição de trajetória não se resume apenas a decisões subjetivas relacionadas à vontade dos indivíduos ou do grupo familiar. Ainda quanto aos sujeitos que decidam migrar, urge levar em conta os condicionantes externos, ou seja, as estruturas onde as práticas são tecidas por homens e mulheres das diferentes classes sociais. A trajetória não é uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente social.

Em relação à trajetória das mulheres migrantes, busca-se entender os papéis sociais. Conforme Angelim (2012) destaca, estes são assumidos e desempenhados pelas mulheres migrantes em questão, tornando indispensável compreender a trajetória de vida e de migração delas. A compreensão dessas trajetórias permitirá conhecer mais detalhadamente a história de vida e o mundo cotidiano delas, bem como as relações estabelecidas ainda na sociedade de origem, com a sua terra e familiares, e as relações desenvolvidas já na sociedade de destino, onde é possível compreender a sua visão de mundo.

Por trajetória social Silva e Melo (2009, p. 134) entendem “o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social”.

Pode-se perceber que a maioria das mulheres entrevistadas migrou para Montes Claros diretamente de sua comunidade de origem, onde nasceram, cresceram e organizaram a sua vida.

A terra de origem pode ser muito bem lembrada pelas falas das entrevistadas, mas também encarada a partir de uma lembrança muito ressentida, diante do sofrimento que algumas passaram nela, ou a saudade.

“Minha casa era pequena, 2 quartos, cozinha, sala, banheiro. Tenho poucas lembranças da minha cidade.” (Aparecida, 21 anos).

“Tem uma amiga de infância que eu convivi e que até hoje somos amigas, considero ela como uma irmã, ela é de Muquem. Sinto muita falta desse tempo de criança.” (Marilda, 26 anos).

Em Cunha (2007, p. 18) vamos encontrar o seguinte esclarecimento sobre memórias do processo migratório:

Do ponto de vista da psicologia cognitiva, a memória é a faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos. Na psicologia analítica, as memórias são reminiscências, lembranças que ocorrem ao espírito como resultado de experiências já vividas. O relato de memórias é desempenho de funções emotivas. E o tempo e espaço fluem nas memórias.

A relação da mãe e da filha pode ser também explicada pela relação da época da infância. De acordo com Cunha (2007) o fim desse período é marcado pela identificação com a mulher, a partir dos laços de solidariedade desenvolvidos com a mãe. Como relatam as entrevistadas:

“Aqui tenho profissão, gosto do que faço, ganho bem, aprendo coisas que não sabia, lá eu não sabia nada, mas sinto falta da família e da minha mãe”. (Janaína, 20 anos).

“A primeira vez que voltei a Muquém, deu vontade de ficar lá, igual quando eu sinto toda vez que vou à casa da mãe.” (Lídia, 28 anos).

De acordo com Arruda (1998), toda consideração da memória pressupõe a restauração de uma história – individual e coletiva – de trajetórias de vida que só se singularizam ao se cristalizarem em experiências particulares. Por essa razão, utilizamo-nos, nas nossas lembranças, de uma densa teia de significados que conformam as nossas referências no ato de rememorar, nas quais o tempo e o espaço, dimensões estruturadoras da memória, estão submetidos à forma da matéria lembrada.

A autora afirma que o exercício de rememorar “esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas existentes entre os acontecimentos, presentifica as ausências (p. 29)”. Por isso, a vinda para uma cidade mais próxima possibilita o contato com os familiares e

“matar a saudade”, quando indagadas sobre de quanto em quanto tempo retornam à sua comunidade.

“Quando dá muita saudade eu vou lá, às vezes de 15 em 15 dias, ou até 20 dias, mas não chego há ficar um mês sem ir lá não”. (Penha, 23 anos).

Neste sentido, são válidas as indagações de Santos (2006): vir para a cidade grande é, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

As constantes transformações dessa incorporação da transferência do seu lugar para o lugar dos outros, segundo Sayad (2000) que se deve pensar o migrante tanto em sua dimensão diacrônica, ou seja, em sua história demográfica e política, como sincrônica, do ponto de vista das estruturas presentes de seu funcionamento, do contexto de saída ao contexto de chegada. São dimensões que trazem em si a relação com o tempo, a memória, a nostalgia e as ressonâncias desse processo no lugar.

Percebe-se nos depoimentos que a comunidade de origem é lembrada em suas memórias de modo positivo; onde se levava uma vida simples, mas que possibilitava o sustento da família. A terra natal não deixou nenhuma marca ou lembranças traumáticas:

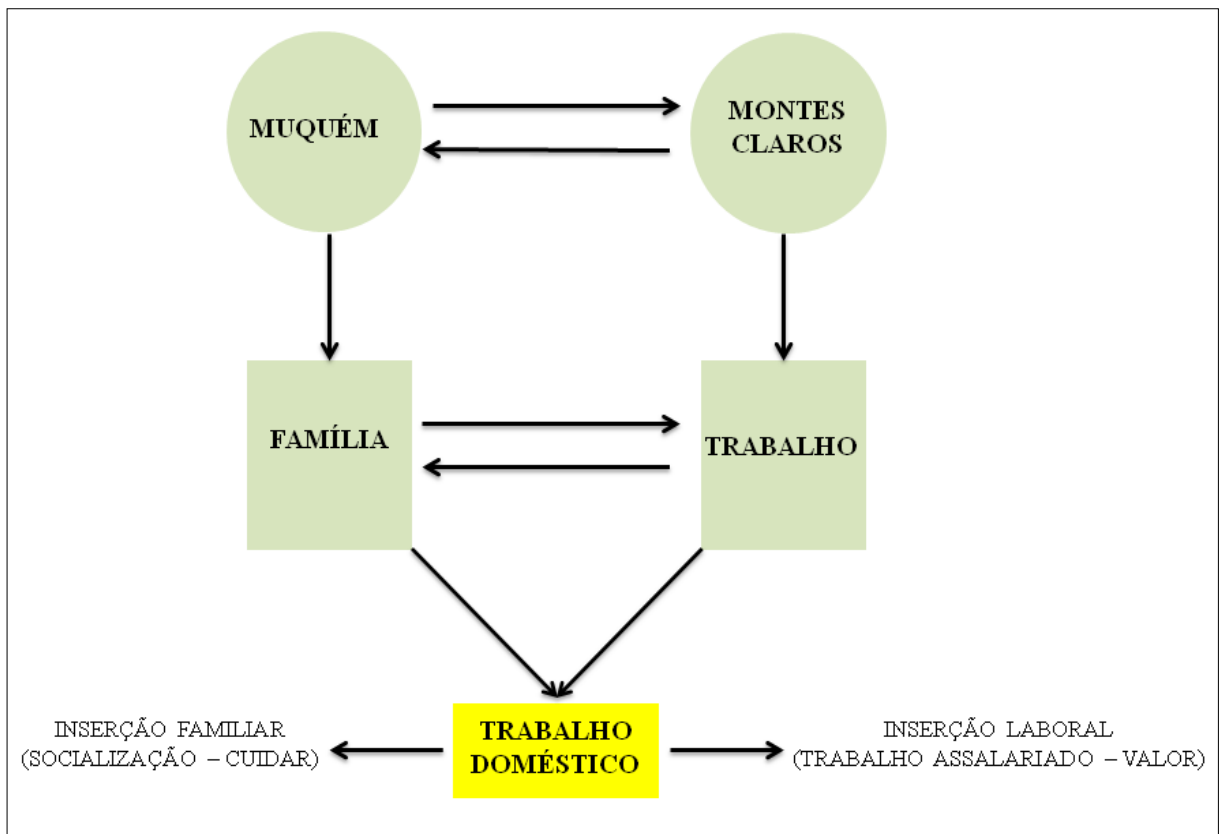
“Tenho poucas lembranças, não tem nada que tenha marcado minha vida, o que mais marcou foi ter vindo para outra cidade e ter aprendido um monte coisa nova”. (Marilda, 27 anos).

Angelim (2012) revela que a vida simples não é sinônimo de sofrimento; o campo, capaz de fornecer o alimento, é lembrado com muito orgulho. Por sua vez, a cidade pacata é vista como lugar de tranquilidade e sossego.

Assim, na visão de Marandola e Dal Gallo (2010), migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Que significa, para a constituição da identidade e do eu, o rompimento da ligação original ser-lugar natal? Em termos ontológicos, há um abalo na segurança existencial e na identidade territorial que precisa ser compreendido como elemento central do processo migratório.

Deste modo, as trajetórias destas mulheres mostraram que as migrações não são meros deslocamentos demográficos num determinado território, mas, sobretudo pensar nessa trajetória a partir do espaço entre o partir e o ficar. Com base na trajetória e nos dados da pesquisa, foi construído um fluxograma, com o objetivo de demonstrar os elementos que aparecem no processo migratório, identificando a origem (Muquém), o destino (Montes Claros) e o trabalho doméstico (intermediário).

Figura 1. Fluxograma da trajetória das migrações femininas



Fonte: Dados da pesquisa

3.4 Trabalho e inserção no trabalho doméstico: “Quando o fazer de casa vira profissão!”

*A gente nasce assim!
(Aparecida, 21 anos)*

Entre o fazer e o ser existe uma distância de desempenhos de papéis sociais assumidos pelas mulheres. O fazer de casa é algo reprodutivo e realizado concomitantemente à vida da mulher em seus diferentes momentos da vida. Entretanto, a tarefa reprodutiva atribuída à mulher configura uma profunda desigualdade de tempos e espaços. O cuidar ainda hoje é desempenhado pela condição de mulher sendo característica inata do perfil feminino. “O que se passa é que a dominação que pesou sobre elas no passado implica deveres, o que diversifica suas atividades, tornando-as extremamente complexas”. (Whitaker, 2002, p. 9). Quando questionadas sobre como aprendeu essa atividade:

“Em casa né? Tem que aprender. As mulheres que fazem as atividades domésticas, desde de pequena eu sempre fazia o serviço da casa, lavar, passar, cozinhar, limpar, varrer o quintal, só podia brincar depois que ajudasse.” (Aparecida, 21 anos).

Para Whitaker (2002), ao longo da vida meninas sofrem um processo de socialização que as prepara para a desvantagem, com menores expectativas de escolarização e profissionalização do que os meninos. Mesmo para as condições de vida na zona rural e naquelas regiões que chamo as franjas do rural-urbano, o trabalho doméstico é referencial importante na socialização das meninas cuja complexidade sociológica do processo reside justamente nas ambiguidades do trabalho doméstico.

Deste modo, a empregada doméstica, segundo Kofes (1990), é equipada diferentemente para vários papéis femininos. No entanto é esperado que ela os desempenhe dentro das regras culturais que compõem o mundo das futuras patroas. À domesticidade, ser definida pelo doméstico, sobrepõe-se, para a empregada, ser domesticada no sentido do treinamento dos hábitos culturais sob a atitude mando/obediência. Domesticar é “querer que você faça da maneira como queremos que você faça”. (KOFES, 1990, p. 191).

Ou seja, para além de saber fazer o trabalho doméstico, como passar, lavar, cozinhar, cuidar, são exigidas normas e condutas que vão perfazer todo o comportamento esperado na casa do *outro*. A socialização tem caráter duplo, socializar para o trabalho e para obedecer.

De acordo com Pacecca e Courtis (2010), a decisão de migração das mulheres está muitas vezes intimamente ligada às decisões da família, e é no seio da família onde se considera a subordinação de gênero. As mulheres que migram o fazem em idades mais jovens do que os homens. Quando questionada sobre o apoio da família, uma delas disse:

“Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também.” (Penha, 23 anos).

O emprego de meninas do interior como empregadas domésticas é legitimado tanto pelas famílias de origem como pelas famílias “que acolhem”, como estratégia viável para sustentação das famílias e único meio possível para sair dos lugares em que vivem rumo à “cidade grande”, lugar desejado para aqueles que há muitas gerações buscam na migração a “saída” para os seus problemas. (OIT/BRASIL, 2002).

A socialização de muitas mulheres no âmbito doméstico se dá via processo de re(produção) dos papéis das mães, avós, bisavós. Quando se trata de um ambiente em que pesa a situação econômica, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o trabalho doméstico acaba por representar um “trampolim”. Muito comum, no Brasil, o apadrinhamento, o “ajudar para estudar”; de meninas da zona rural para atuarem como serviçais nas casas das famílias de classe média e alta. Entre as entrevistadas a primeira atividade na cidade foi trabalhar como doméstica.

Lisboa (2007) define a trajetória de muitas mulheres brasileiras por este tipo de relação que possui uma raiz histórico-cultural, advinda do período colonial, quando os escravos domésticos eram naturalmente encarregados das tarefas do lar. O papel das mulheres negras e índias junto às famílias aristocratas e de fazendeiros no Brasil tem uma longa história. Além de desempenhar as tarefas domésticas, estas mulheres serviam de mucamas, ou eram seviciadas para o deleite sexual de seus patrões.

Esta raiz histórica e cultural permaneceu profundamente arraigada e repercute até os dias de hoje sobre o perfil das mulheres que trabalham como domésticas em muitos lugares no Brasil e na América Latina.

Para Melo (1998), os serviços de faxineira e empregada doméstica exerceram um papel importante na incorporação ao mercado de trabalho das mulheres no Brasil, porque constitui culturalmente o “lugar da mulher”, e a execução dessas tarefas não exige nenhuma

qualificação. As migrantes têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade [...] o abrigo, a comida, a casa e a família”.

Em relação à condição de empregada doméstica, foi questionado se elas diziam que eram empregadas domésticas:

“Falo, sim. Não tenho nem um pouquinho, aliás, tenho é que agradecer a Deus por ter me dado pernas e braços e coragem para enfrentar todo dia tudo que vier”. (Socorro, 26 anos).

“Eu não tenho vergonha, porque cuidar da casa de outra família só mostra o quanto você é uma pessoa dedicada e honesta, a gente tem que ter vergonha de roubar, de se prostituir, essas coisas.” (Lídia, 27 anos).

“O trabalho em casa de família é um trabalho como outro qualquer, pagam nossas contas do mesmo jeito. Honestidade sempre, ninguém é melhor do que ninguém para criticar, somos todas guerreiras.” (Marilda, 26 anos).

“Eu admito sim, que trabalho em casa de família. Tem gente que critica, nunca na vida dela trabalhava em casa de família que ninguém merece isso! Hoje tá lá nem trabalha nem estuda porque é do trabalho em casa de família que sai estudo e a oportunidade de crescer na vida, eu acho. (Janaína, 20 anos).

Segundo Borges (2010), as mulheres migrantes encontram empregos nas atividades domésticas e outras profissões na base da hierarquia laboral. Trabalham muitas vezes em regime temporário (diaristas) e horário indefinido, informalmente, o que as torna potencialmente mais vítimas de discriminações e racismo. A PEC 66/2012, aprovada pela Câmara dos Deputados em novembro de 2012 modifica o parágrafo único do artigo 7º da Constituição, acrescentando novos direitos àqueles que já são garantidos aos empregados domésticos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1999 e 2009, o percentual de empregados domésticos formalizados aumentou timidamente de 23,7% para 26,3%. No entanto, forças sindicais e outros setores da sociedade ainda são temerosos sobre essa nova legislação. Com a formalização pode haver uma queda nos contratos e estímulo à informalidade. Embora no nosso relato, há mulheres que migraram de Muquém para Montes Claros.

“Eu recebo pelo o que eu faço e ainda tenho INSS, meu salário é de 800,00 reais, pra mim tá bom, caso acontecer qualquer coisa a gente pode ficar segura, embora seja pouco, mas sabe que tem aquilo ali pra receber.” (Aparecida, 21 anos).

Outra questão é a carga horária de trabalho, onde é preciso, esclarecer, que estas entrevistas foram coletadas antes de entrar em vigor a lei dos empregados domésticos, que fixa jornada de trabalho, salário e todos os demais direitos de um trabalhador comum, embora algumas entrevistadas já gozavam de direitos advindos das relações contratuais entre seus patrões. Importante perceber que maior o grau de instrução do empregador maior o reconhecimento dos direitos trabalhistas das domésticas. De acordo com um dos relatos:

“Eu trabalho de 7:00 às 16:00 horas, geralmente de 7:00 às 14:00 horas, sábado eu trabalho, tem feriado que trabalho para trocar o sábado. E tem feriado que não trabalho, eu folgo.” (Janaina, 20 anos).

Quando questionadas sobre o que quer para seu futuro:

“Eu tenho um sonho como todo mundo tem o meu é ser uma grande enfermeira”. (Aparecida, 21 anos).

Nesse contexto, a percepção de estudar e mudar seu status profissional, encontrada nas falas das migrantes e em diversos trabalhos sobre migração, essa noção, de acordo com Durham (1984) considerava que a mudança de status social das famílias ou indivíduos por meio do trabalho da migração era sempre positiva. Ascender socialmente significava a mudança no status profissional e a melhora nos padrões de vida. A migração, nesse contexto, era o meio de ascensão social vivido pela maior parte da população rural que se deslocava para os centros urbanos. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a migração era fator estruturante da ascensão social.

3.5 Da tradição aos novos costumes: “A gente vai se acostumando...”

O que procuramos analisar neste tópico é a percepção da integração das jovens migrantes à saída de uma tradição das suas origens para a aquisição de novos costumes. A integração é a condição (ou processo) de se sentir membro integral e ativo da sociedade em que vive, dispondo dos meios e oportunidades para participar, tanto quanto se queira, num contexto social e cultural mais abrangente.

Embora seja importante perceber que o conceito de integração é ambíguo e envolve amplos conceitos de identidade, pertencimento e cultura. Segundo Angelin (2012, p. 166), “apesar da densidade e da força dos laços das redes de parentesco, a adaptação em uma nova localidade, numa terra onde a cultura e os costumes, muitas vezes, são distintos em relação aos do migrante, nem sempre ocorre pacificamente”.

O que se percebe é que as jovens de Muquém também sofreram algum tipo de mudança nas suas identidades. De acordo com o relato dos moradores a menina quando retorna de Montes Claros volta “toda produzida”, bem vestida, maquiada, de salto alto. Nesse sentido, há certo *status* de que ser doméstica em Muquém é algo bom, relacionando as meninas às mulheres da cidade. Na verdade, o que ocorre é que essas meninas tentam reproduzir o comportamento de suas patroas. Há relato de familiares de que algumas delas compram presentes para suas famílias como: sofá, guarda-roupa, televisão, etc. O que chama atenção é que o trabalho doméstico nas cidades é desvalorizado, enquanto em Muquém ele mantém certo *status* garantindo seu reconhecimento.

O processo de desenraizamento original iniciado pelo movimento migratório se dá, segundo Marandola e Dal Gallo (2010, p. 410), “em termos existenciais, pela alteração da territorialidade consolidada, a modificação desta relação originária *self-lugar*²², saindo do lugar-natal, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sobre os quais está edificada nossa identidade”.

“Primeira vez é tudo estranho, né? Longe da família, é tudo meio estranho, hoje não, eu não sabia ir a lugar nenhum, hoje eu já sei mais ou menos ir nos lugares, nas coisas, hoje já mais tranquilo para mim”. (Marilda, 27 anos).

Quando se refere ao período de adaptação na sociedade de destino, é aquele momento em que pesam vários elementos da nova convivência no lugar, tais como: novos costumes, novos modos de vestir, falar, novos hábitos culturais, novos sabores, novo clima. Esses elementos para o migrante podem ser simbólicos ou ressignificados, quando o migrante não

²² Sack *apud* Marandola e Dal Gallo (2010, p. 410) “aborda a dimensão existencial da relação com o lugar a partir do *self* (eu), entendendo a relação *self-lugar* como uma teia indissociável de mútua constituição. Para ele, ambos estão no centro de constituição da pessoa e do espaço, sendo o ponto no qual os fenômenos e dinâmicas de outras esferas se embatem na realidade geográfica. Segundo o autor, o *self* é composto pela natureza, pelos significados e pelas relações sociais, tanto quanto o lugar, e é por isso que ambos apresentam personalidades específicas em cada tempo”.

cria novas estratégias de sobrevivência. Pela fala da entrevistada, percebe-se que o clima foi um dos elementos marcadores de transição para o outro lugar:

“O clima é diferente. Aqui é uma cidade bem mais quente e lá já em Muquém é uma cidade bem fria, gelada”. (Janaína, 20 anos)

Em relação ao tempo livre são condicionadas pelas atividades presentes na cidade, incluem passeios ao *shopping* e ida à igreja. Percebe-se que aqui há um ponto de intercessão entre a vida citadina (ida ao *shopping*) com o retorno às suas origens (ida a igreja):

“Geralmente, às vezes eu saio de vez em quando vou ao shopping”. (Penha, 23 anos).

“Sou católica e vou sempre à igreja, vou à igreja do bairro onde minha prima mora”. (Aparecida, 21 anos).

Deste modo, a religião é parte constituinte da identidade do migrante, enquanto expressão da identidade cultural. Nesse sentido, Marandola e Dal Gallo (2010), dizem que o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural (novos hábitos e costumes) e espacial (novos espaços).

Integração em termos de pertença, de sentir-se fazer parte de uma comunidade, esta dimensão é uma dimensão subjetiva e pessoal de integração. É interessante notar que as mulheres mantêm hábitos culturais da comunidade de origem, sem contudo deixar de assimilar hábitos urbanos. Assim, há um processo duplo de pertencimento; manter a tradição e aproximação.

3.6 novas relações sociais e de trabalho: “Rumo à cidade”

Macabéa, representante das “milhares de moças espalhadas por cortiços” que “não notam sequer que são facilmente substituíveis (...)”. (LISPECTOR, 1995, p. 11).²³

Essa passagem do livro *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector narra como pode ser vista a chegada de jovens de zonas rurais nas cidades. Macabéa é o símbolo da menina nordestina que vai “ganhar a vida” em São Paulo. A migrante nordestina que tudo questiona representa uma classe social marginalizada e excluída do mundo letrado, o que a isenta de uma consciência política, social e cultural, vivendo uma realidade imersa no descaso.

Neste sentido, sendo uma presa fácil para a manipulação da sociedade urbana, assim como Macabéa, há milhares de meninas do interior no Brasil, que passam por esta situação, o aliciamento aliado ao projeto de “mudar de vida” tendo a expectativa de estudar como pano de fundo.

Durham (1984) aponta que, para uma população originária de uma sociedade de horizontes tão restritos, a migração representa frequentemente um enriquecimento da experiência e da personalidade. Isto se dá especialmente no caso da migração para a cidade, na medida em que o universo urbano é sempre valorizado em relação ao rural.

Quando questionadas como se deu a sua transferência do campo para a cidade algumas falas das entrevistadas foram:

“Deu vontade. Eu via na minha comunidade, toda menina que quer ir estudar arruma um jeito de empregar em casa de família.” (Aparecida, 21 anos).

“Vontade de estudar e trabalhar. Minha mãe dizia que mulher tem que estudar, eu vejo as moças trabalhando de secretaria, atendendo nas lojas, no telemarketing, acho que elas devem ser estudadas.” (Janaína, 20 anos).

“Não foi uma fuga, deu vontade. Tem muita menina que foi e eu também quis”. (Penha, 26 anos).

²³ Clarice Lispector. **A Hora da Estrela**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

Percebemos pelos relatos que há, envolvidos no processo motivação pessoal que já ocorre na comunidade. Para Durham (1984), a migração é motivada por insatisfações que são sentidas, sobretudo na esfera econômica; é a possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória, isto é, que preencha ou venha preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na zona urbana.

Em relação às novas relações sociais é comum que os migrantes se apoiem em pessoas próximas do seu universo para se estabelecer na cidade, são as redes de apoio. São os amigos ou parentes que agem como “intérpretes” do mundo urbano e transmitem a sua experiência pessoal, favorecendo a aprendizagem necessária à integração na vida da sociedade. Quando perguntadas sobre o apoio de alguém na cidade ou participação em algum grupo de apoio, elas disseram:

“A gente não tem um grupo de apoio; às vezes, a gente se encontra, mas é difícil a gente se fala pelo facebook.” (Aparecida, 21 anos).

“Se não fosse uma prima, que me ajudou quando cheguei aqui, ela mora aqui há muitos anos, me ensinou tudo, onde ir, como comportar, até a falar”. (Penha, 23 anos).

O conceito de rede social, segundo Soares (2006, p. 106), “é uma teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória”.

Neste sentido, as redes reforçam o processo migratório, que tende a acontecer apoiada nas redes de parentesco e sociabilidade, como afirma Neto e Nazareth (2012): uma ajuda que pode acontecer tanto na origem (por meio de empréstimos e ajuda financeira para a viagem), quanto no destino, com a viabilização do primeiro emprego e da hospedagem/moradia inicial e, muitas vezes, acontece em ambos.

Do ponto de vista de Costa (2001), as redes de parentesco podem resultar na intensificação dos laços de parentesco entre os já estabelecidos e os recém-chegados, não apenas pelo potencial de mobilização dessas relações para enfrentar as múltiplas carências de um grupo, mas também pela segurança emocional que a convivência familiar proporciona no novo ambiente.

Ao serem abordadas sobre algum parente, amigo ou conhecido em Montes Claros, são os laços de parentesco que se destacam, segundo a fala da entrevistada:

“Tenho parente aqui, minha prima. Nesse mundo a gente precisa aprender as coisas, pra ninguém passar a gente pra traz”. (Janaina, 20 anos).

O que podemos perceber mesmo com todos os motivos da migração das jovens do Distrito de Muquém, é que em geral a efetivação do projeto migratório, especialmente em Montes Claros, deu-se através de redes de parentesco. Pelos relatos, muitas jovens conheciam as experiências migratórias de conhecidas, que reestabeleceram a vida no novo lugar, passando a incentivar a vinda de seus familiares. O que chama atenção na comunidade é que as maiores das mulheres casadas, antes de casar, já trabalharam como empregadas domésticas e retornaram ao distrito.

Pode-se dizer que, no processo migratório em questão, as implicações econômicas, como relatadas pela maioria das entrevistadas, como a falta e oferta de empregos, não se configuram absolutas às determinações relacionais e culturais. As redes de parentesco contribuem para a efetivação do projeto migratório. Como caracteriza Angelin (2012, p. 157-158), a compreensão da trajetória de migração das mulheres, por meio de redes, pressupõe que o fenômeno migratório não se limita às determinações econômicas, mas fundamenta-se numa complexa trama de interações sociais. Isso permite dizer que o processo migratório se constitui num fenômeno de múltiplas dimensões, tais como econômicas, sociais, culturais e territoriais.

Do ponto de vista de Neto e Nazareth (2013), além de questões de ordem mais prática como viabilização de trabalho e hospedagem, entre outros, estas redes têm outras funções essenciais na situação migratória: facilitam a ligação com a terra natal, fazendo a conexão entre os dois lugares; configuram-se como local de memória e de reafirmação da identidade (imaginada) de origem; servem de família ampliada. Questões que proliferam na situação da diáspora (Hall, 2005) e nas relações assimétricas de poder. Há, através das redes, apoio de ordem prática e subjetiva, visando amenizar a sensação de ser o “outro” em terra estranha (Lisboa, 2007).

As análises das entrevistas com os sujeitos dessa pesquisa revelam que os contatos entre os parentes emigrados e os potenciais migrantes influenciam na decisão da efetivação do processo migratório. Pode-se perceber na comunidade que a migração de mulheres para o trabalho doméstico é algo frequente, as informações trazidas do local de destino, bem como o estilo de vida (condição socioeconômica) e a confiabilidade influenciam. Segundo relato de uma professora do Ensino Fundamental da escola da comunidade: “*as meninas mais jovens sonham em ir trabalhar como domésticas em Montes Claros*”.

Neste sentido são válidas as considerações de Kelly *apud* Truzzi (2008, p. 203): “as redes são agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos”.

3.7 Questão da identidade: “*Eu, você, nós e os outros*”

*É possível ser, sem ser de algum lugar?*²⁴

Essa frase foi motivo de debate durante uma sessão da aula sobre Migrações e Identidades, onde a questão da identidade ganha corpo quando este ser que é colocado diante de um novo lugar mantém ou perde sua identidade do local que viera. O debate sobre identidade e migração em tempos de globalização é fato recorrente, estamos diante de uma sociedade cada vez mais rápida nas informações, no acesso a tecnologia; e as relações humanas são abarcadas por esse rol de contato, que influi diretamente no processo identitário.

Buscamos entender, na migração de jovens para Montes Claros, a identidade do migrante a partir da relação eu – você – nós - outros. Como afirma Paula (2009, p. 243): “relações que se constroem não no cruzamento de fronteiras, mas nos e entre os múltiplos espaços de vida que atribuem sentidos e configuram simbolicamente as experiências migratórias que aparecem, evidentemente, constantemente conflituosos. Estamos

²⁴ Frase exposta pela professora Dr^a. Andrea Narciso na aula sobre Migrações e Identidades da disciplina: Migrações, Diáspora e Identidades no curso de Ciências Sociais, 7º período, da UNIMONTES, 2013.

considerando “fronteira” de acordo com Martins (1997, p. 150): “[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. E isso que faz dela uma realidade singular”.

Neste sentido, trata-se de abordar o sujeito migrante pelo o contexto material, mas sobretudo o sujeito como salienta Hall (2011) – “desalojado do sistema social” – extraído das suas relações sociais locais de interação, e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo.

Para Dal Gallo (2012, p. 45), discutir a relação migrante-lugar implica tratar a migração como uma questão ontológica: “O que nos leva a pensar sobre a identidade do migrante. Situar-se no destino não é algo monolítico, estou “aqui” e sou “daqui” ao migrar estou “lá” e agora sou de “lá”. Ao contrário, situar-se é uma transição ontológica, que envolve as vontades, intenções, humores e necessidade de ser do ser”.

A análise das entrevistas revela que jamais as mulheres migrantes em questão tiveram medo ou vergonha de assumir no seu grupo sua condição de identidade migrante. Algumas afirmam em suas entrevistas que sempre quando perguntadas se são de Muquém, dizem que sim.

“Falo sim. Na época que estamos vivendo se a gente não estudar não arranja nada, até pra ser doméstica tem que estudar, eu sou doméstica, minha mãe foi doméstica. Nosso trabalho é digno como de qualquer outra pessoa”. (Lidia, 28 anos).

Na visão de Dutra (2012), são processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém muito efetivas. E a condição de gênero, o ser mulher, constitui-se a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantém a migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica.

Embora Cunha *apud* Dal Gallo (2012, p. 46) afirmem que “o migrante não se enxerga, a priori, como um diferente. É no local de destino que o migrante passa a perceber que seu ser simboliza e instiga à percepção de uma forma de ser-e-estar-no-mundo”.

Para Dal Gallo (2012), o migrante engendra uma série de atividades que conectam origem-destino. Tal conexão ocorre através de meios tradicionais como telefone, cartas, a própria televisão e jornais, como também por e meios mais atuais como os blogs, os programas de comunicação instantânea, sites de relacionamento (Facebook), os e-mails, etc.,

os quais permitem a comunicação à distância entre migrantes e não-migrantes. Ao serem questionadas sobre os vínculos mantidos com o lugar de origem:

“Eu sempre procuro saber notícias de Muquem, através de telefonemas, ligo três vezes no dia”. (Janaina, 20 anos)

Em relação à vida pessoal, foi perguntado sobre namoro ou casamento com pessoa da sua origem do Distrito de Muquém. Segundo Jacquet (2003) o casamento está inscrito nos projetos para o futuro da maioria das domésticas.

“Eu e meu namorado estamos pensando em casar, eu namoro com uma pessoa de lá também, ele também trabalha aqui. Estamos juntando um dinheirinho pra comprar nossas coisinhas”. (Aparecida, 21 anos)

Nessas condições, como constata François de Singly *apud* Jacquet (2000), o casamento desempenha um papel fundamental na determinação do estatuto feminino e da identidade social das mulheres.

Percebe-se que os vínculos com alguém de mesma origem é uma maneira de manter sua identidade, assim como eventualmente abandonar o emprego doméstico. As jovens migrantes procuram elaborar estratégias para auto-afirmar sua identidade e meios de chegar a uma pretensa mobilidade social.

Assim, segundo Paula (2009, p. 248) “os deslocamentos espaciais promovem os confrontos com os outros: lugares, pessoas, hábitos, costumes, tradições, valores, técnicas de trabalho e modo de vida. A percepção de estranhamento provocada no sujeito da ação torna-se depois compreensão que ao defrontar com a novidade e o diferente, o sujeito passa a ser eu, você, nós e os outros”.

Neste sentido, quando se refere a diferença mais marcante no comportamento das pessoas da cidade em relação às pessoas do Distrito de Muquém:

“As pessoas daqui pelo fato de serem estudadas o jeito de conversar é diferente das pessoas da roça, porque o pessoal da roça tem aquele sotaque, acho que o jeito de falar é diferente”. (Penha, 23 anos).

O processo identitário do migrante se centra no “eu”, enquanto sujeito constituído de um lugar. Ao atravessar a fronteira desse lugar, o contato com o “outro” (você) já implica a

diferença (alteridade). A convivialidade nos faz escolher parâmetros e pertencimentos naturais em relação a “nós”. E por fim, ao estar imerso na cotidianidade do lugar eu percebo os “outros” como diferentes do eu.

E é nessa perspectiva, segundo Dal Gallo (2011, p. 46) pelo princípio da identidade, elaborado por Heidegger (1999):

Ele aborda o princípio da identidade: $A=A$. O filósofo chama atenção para a necessidade de meditar essa igualdade de maneira menos leviana, entendendo-a não simplesmente como $A \text{ é } A$, mas sim $A \text{ é } A$. Este é, Heidegger argumenta, indica o teor fundamental do princípio, qual seja: todo e qualquer ente é ele mesmo consigo mesmo o mesmo. Em outras palavras, o princípio da identidade coloca que a unidade da identidade constitui um traço fundamental no seio do ser do ente.

Por tanto, a identidade é pensada como forma de reprodução do real vivido (lugar) e no real pensado (espaço). A identidade como representação social, onde nos remete sobre as vivências e experiências percorridas na espacialidade e na temporalidade.

Para Simmel (2005), entre estes dois elementos em contato cria-se, no entanto, a consciência de haver conjuntamente uma tensão específica, ou geral e difusa, e mais precisamente, da existência de algo não comum, embora afável a um determinado acento específico, e possível de promover as relações desejadas. Nestes termos, os estranhos não são tomados como indivíduos, mas como estrangeiros de certo tipo socialmente definido. A distância em relação a ele não é mais abstrata e geral, baseia-se agora em elementos socialmente objetivados em relação aos quais se dão as possibilidades de proximidade.

Ao retomarmos a frase de início “*É possível ser, sem ser de algum lugar?*”, é dentro da perspectiva da diferença que o eu se estabelece e essa posição se dá na fronteira como marca de distanciamento e aproximação com o outro. A identidade é um posicionamento provisório, o indivíduo se reveste de várias identidades (representação) em pares de oposição, como diz Hall (2011) identidades “híbridas”; o sujeito assume identidades diferentes à medida que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

“Toda experiência precisa ser interpretada e decifrada. Como diz Heidegger (2001) ser o aí lançado no mundo. Assim, como a fenomenologia herda as noções de intencionalidade, ser-no-mundo, existenciais, mundo-de-vida, consciência, corporeidade, espaço e tempo, mundo e alteridade”. (FREIRE, 2008, p. 266).

Os migrantes são os existenciais, são o temor e o desespero, a temporalidade e a espacialidade, a sintonia e a dissonância com o mundo, a consistência e a materialidade. (FREIRE, 2008).

Por isso, essa nomeação de “trabalhadoras domésticas migrantes de Muquém” não busca isolar nem impor-lhes uma forma de identidade. Sim, como salienta Dutra (2012), busca através da perspectiva das próprias mulheres reconhecerem processos de identificação e de alterização que permitem identificar fronteiras sociais entre: “elas” e os empregadores, “elas” e os moradores da cidade (Montes Claros), “elas” e outras trabalhadoras domésticas.

Por fim, notar que as mulheres entrevistadas não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “ser doméstica”. Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações em Montes Claros. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se neste estudo a autonomia da mulher nos processos migratórios, a migração feminina de comunidades rurais para atuar no trabalho doméstico nas casas das famílias de classe média e alta nas cidades é um fato ainda muito presente em nossa sociedade. O estudo procurou apontar a origem, a trajetória, os novos costumes, relações de trabalho, a chegada e a questão da identidade dessas mulheres.

Contudo, percebemos a lacuna dos estudos clássicos sobre a migração, com base na teoria *push-pull*, a invisibilidade da categoria gênero e, portanto, as mulheres quase nunca tiveram como sujeitos ativos nas dinâmicas migratórias. A maior parte dos estudos clássicos, veem a migração como resultado de uma escolha racional do indivíduo e não como estratégias familiares de reprodução social. Assim, a migração de mulheres para o trabalho, ainda que um trabalho considerado naturalizado e socializante fosse praticamente invisível nos estudos das teorias migratórias.

Entretanto, estudos recentes sobre a migração vêm abordando categorias até então negligenciadas nos estudos clássicos e percebe-se a introdução de conceitos de “redes sociais”, “gênero”, “mulheres migrantes”, além de dar voz a mulher como sujeitos autônomos no projeto migratório. Apontando que elas são indivíduos ativos, tomando decisão de migrar e reajustando os modos de vida na sociedade receptora. Um ponto chave que as teorias clássicas não conseguiram perceber foi a atuação das redes de apoio, pois, estas indicam o poder de articulação e mobilização das mulheres, sobretudo, nas redes de parentesco. Nesta pesquisa, elas são as pioneiras no movimento migratório familiar, a migração se processou na adolescência, configurando uma mudança na “esperança de uma vida melhor” que o trabalho doméstico na casa de terceiros poderia proporcionar.

Por outro lado, analisando a origem: “*Aqui é o meu lugar!*”, nessa frase está imbricado que mesmo o indivíduo sabendo do lugar ao qual pertence, ainda assim ele tem de abandonar para conseguir meios de vivências. O lugar representa a relação habitante (mulheres) identidade (trabalhadoras domésticas) e lugar (Distrito de Muquém), onde o processo migratório ganha relevância na espacialidade (espaço vivido), na temporalidade (movimento marcado pela saída do presente e volta ao passado e retorno ao presente) e da reprodução (trabalho). Percebe-se no Distrito de Muquém um duplo consenso entre o trabalho e o estilo de vida urbano. A cidade seduz pelo “ganhar a vida” e a continuação dos “estudos”. Deste

modo, as trajetórias dessas mulheres é uma tentativa de mudar ou melhorar de vida, dentro de um percurso em que “ganhar a vida” está sempre associado ao trabalho.

Quanto à chegada na cidade (Montes Claros-MG), o meio urbano chama atenção pela sua independência ao ambiente natural (rural) e retomam a socialização, ao adquirirem novos hábitos, frequentar novos ambientes, aprender novos conhecimentos. No caso das trabalhadoras domésticas um novo processo de socializante, já que passa a vivenciar no espaço domiciliar de outra mulher. Obedecer, saber, fazer, regras, “o pode e não-pode”, espaços restritos; todos esses elementos contribuem para a relação da ocupação do lugar do outro. Se esse não é seu lugar terá que se enquadrar na nova dinâmica do espaço. O caráter naturalizado do trabalho doméstico familiar introduzido no seio familiar é uma preparação para o trabalho doméstico assalariado.

A trajetória dessas mulheres está ligada ao processo migratório marcado pelo “partir”, restando só às lembranças, memórias, histórias, etc. Outro ponto é a saudade, sentimento que remete a figura da mãe; a expressão “casa da mãe” é recorrente na fala das entrevistadas. Deste modo, as trajetórias destas mulheres mostraram que as migrações não são meros deslocamentos demográficos num determinado território, mas, sobretudo pensar nessa trajetória a partir do espaço entre o partir e o ficar.

No que diz respeito ao trabalho e sua inserção no trabalho doméstico: “*Quando o fazer de casa vira profissão!*”, nota-se a naturalização do serviço doméstico marcado pela divisão sexual do trabalho. A domesticidade é vivida em seu pleno vigor, onde domesticar é “querer que você faça da maneira como queremos que você faça.” (KOFES, 1990, p. 191). Neste ponto, as mulheres preferem trabalhar para patroas com idades mais novas do que as patroas com idades mais velhas, segundo elas, as patroas com idades mais novas não tem tantas manias e deixam o serviço por conta das empregadas. Enquanto, as patroas com idades mais velhas têm hábitos antigos e gostam de prescrever as tarefas a serem realizadas.

Quando chegam à sociedade de destino as jovens migrantes passam a integrar novos costumes e a sair da tradição de suas origens. A menina quando retorna de Montes Claros, volta “toda produzida”, bem vestida, maquiada, de salto alto. Assim, percebe-se que há certo *status* de que ser doméstica em Muquém é algo bom, relacionado às mulheres da cidade. Na verdade, o que ocorre é que essas mulheres tentam reproduzir o comportamento de suas patroas. Até nos perfis das redes sociais, como o *facebook*, é possível notar, pelas fotografias

nos ambientes da casa da patroa, como há uma reprodução de que aquele lugar também me pertence.

Os homens do Distrito vislumbram casar com uma delas, justamente pelo status de que a mulher agora “serve para casar”, passou pelo processo de aquisição de novos costumes, sabe ser “mulher, esposa e mãe”. Um dos elementos que mais chamou atenção foi o clima de Montes Claros, pois a temperatura no distrito é mais baixa. Nesse caso, o clima é um fator de adaptação no lugar. As atividades do tempo livre são intercaladas entre a volta à tradição (ir à missa) e o novo hábito citadino (ir ao *shopping*).

“*A gente vai se acostumando*”, em termos de pertencer, de fazer parte de uma comunidade, as mulheres de Muquém mantêm hábitos culturais da sua comunidade, sem com tudo deixar de assimilar os hábitos urbanos. Por isso, é possível notar um processo duplo de pertencimento entre o manter a tradição e a aproximação do novo.

Por sua vez, ao analisar as novas relações sociais e de trabalho: “*Rumo à cidade*”; está revestido do projeto de “mudar de vida” tendo a promessa de estudar como pano de fundo aliado a inserção no primeiro emprego que não requer educação formal. Percebe-se que há envolvido no processo motivação pessoal e manutenção de um processo que já ocorre na comunidade.

Quanto às novas relações sociais é comum encontrar entre os migrantes as redes de apoio que atuam na socialização deste migrante na sociedade de destino. Nota-se neste estudo o papel das redes de parentesco na efetivação do projeto migratório, seja através das experiências migratórias conhecidas ou pelo incentivo da vinda de outros familiares. O que chama atenção na comunidade é que as maiorias das mulheres casadas, antes de casar, já trabalharam como empregadas domésticas e retornaram ao distrito.

Em relação à questão da identidade, buscou-se entender a migração das jovens migrantes para Montes Claros-MG, na identidade do migrante a partir da relação eu – você – nós – outros. Nota-se que as mulheres entrevistadas, não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “ser doméstica”. Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações em Montes Claros. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico.

Certamente, este trabalho não se encerra nos limites destas páginas, conquanto é um assunto complexo, envolve personagens e funções de papéis por demais arraigados na nossa

sociedade: mulher, trabalhadora doméstica, rural e migrante. Neste sentido, ficam aqui dois questionamentos para futuros trabalhos: Como se constrói a identidade de gênero entre patroas e domésticas? Como a lógica de servir aos outros como algo natural é mediada pela relação entre patroas e domésticas?

Finalmente, sugere-se como medida de ação pública que essas jovens migrantes oriundas de comunidades rurais sejam incluídas em cursos de qualificação profissional, que haja um efetivo controle por parte do poder público a respeito do trabalho doméstico e reforço nas campanhas educativas sobre as relações trabalhistas dos trabalhadores domésticos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

AMARAL, P.; LEMOS, M.; CHEIN, F. **Desenvolvimento desigual em Minas Gerais**. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.

ANGELIN, P. E. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2012.

ARRUDA, M. A. N. Prismas da memória emigração e desenraizamento. **População e Sociedade**, nº 4, 1998.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, nº 15, v 3, p. 745- 772, setembro-dezembro/2007.

_____. “De criciúma para o mundo” – Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: **Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. R. (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AUGUSTO, H. A.; BRITO, F. R.; BARBIERI, A. F. O Norte e Nordeste de Minas Gerais no contexto das migrações contemporâneas brasileiras. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 77 – 98, set/dez. 2008.

BAENINGER, R. Migração, migrações. **Ideias**, Campinas (SP), nº. 2, nova série, 1º semestre, 2011.

BARCELLOS, T. M. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 16, nº 1, p. 296-309, 1995.

BARBOSA, L. C. **Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais**. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais olhares diversos sobre a diferença, 26, 27 e 28 de Outubro de 2011, João Pessoa-PB.

BATISTA, E. H. A. **“Povos de Santana”: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: **Explorações geográficas percursos no fim do século**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CÔRREA, R. L. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-343.

BELUSSO, D. **Relação cidade-campo e desenvolvimento rural**. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 110-131, 2008.

BIAZZO, P. P. **campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 132-150, 2008.

Boletim PAD-MG. **Mercado de trabalho e Gênero**, ano 1, nº. 1, maio 2011 –Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2011.

BORGES, M. **Migrações e gênero: acerca das migrações guineenses em Portugal**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, F. G. **Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000)**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CAXAMBÚ-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acessado em 26 de Outubro de 2012.

BRITES, J. **“Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico”**. Tese (Doutorado em Antropologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

_____. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, nº. 29, p.91-109, 2007.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, nº 2, São Paulo, jul./dez. 2006.

CAMILLÔTTO, C. A. G. **Avaliação da condição profissional dos auxiliares domésticos**. Juiz de Fora: Departamento de Ciências Sociais da UFJF, 2002.

CAMPOS, L. H. R.; FUSCO, W. Municípios nordestinos e crescimento populacional: correspondência entre migração e desenvolvimento. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 79-100, jul./dez. 2009.

CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G. Gênero: um conceito, múltiplos enfoques. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, ano 1, nº 1, p. 9-25, fev./mar./abr. 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CÔRREA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970**. 459 p. Tese de Livre-docência. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CHAVES, M. F. G. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981-1991**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

CARDOSO, A. de J. **Impactos das migrações internas na dinâmica da cidade de Coração de Jesus-MG**. 2003 41 f. Trabalho de graduação (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CÔRTEZ, C. P. “Novas ruralidades”, “novo rural” ou “urbanidades no rural”? **O município de Sumidouro/RJ como estudo de caso no rural fluminense**. Disponível em:< www.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/25.pdf>. Acessado em 23 de maio de 2013.

COSTA, M. C. S. Nós das redes. **Revista Travessia**, ano 14, nº 40, mai./ago. 2001.

CUNHA, M. J. C. Memórias da Migração; A identidade em Pentimento. In: **Migração e Identidade: Olhares sobre o tema**. CUNHA, M. Jandyra C. pág. 17 – 41, 2007.

DA MATTA, R. **A Casa e A Rua**. Rio de Janeiro:Quanabara/Koogan,1991.

DAL GALLO, P. M. Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade. **Geograficidade**, v.1, nº 1, Inverno 2011.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIEESE. **O trabalho doméstico remunerado no espaço urbano brasileiro**. 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/2012trabDom.pdf>>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, setembro 1993.

DOTA, E. M. **Desigualdades e migração: como elas se inter-relacionam no contexto atual?** In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Anais... Águas de Lindóia-SP-Brasil. Águas de Lindóia, 2012.

DURHAM, E. R. **A caminho da Cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva,1984.

DUTRA, D. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade.** 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2012.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. . In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

FAVARETTO, A. S. A longa evolução da relação rural–urbano para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **RURIS**, v. 1, n. 1, março de 2007.

FEDIUK, M. M. **Empregadas domésticas: uma revisão da literatura brasileira.** Disponível em:<www.cni.unc.br/psicologia/empregadadomestica2.pd.> Acessado em: 25 de março de 2012.

FÉLIX, J. F. **O trabalho doméstico de adolescentes: naturalização da exclusão e submissão.** Dissertação de Mestrado, 2010.

FERREIRA, A. Migrações internas e subdesenvolvimento. Uma discussão. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 1, jan./abril 1986.

FONSECA, G. S. **Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses.** In: o XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabajo doméstico. In: **Diccionario critic del feminismo.** HIRATA, H. (Orgs.). São Paulo, Editora UNESP, 2009.

FREIRE, J. C. O lugar do outro na *daseinsanalyse* de Binswanger. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, ano 8, nº. 2, p. 266-276, 1º semestre de 2008.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 117 p.

GONÇALVES, O. **Migrações e Desenvolvimento.** Fronteira do CAOS Editores, 1ª edição, Porto, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio de 1997.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, julho de 1993.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo Sept./Dec. 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomás de Abreu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 9 ed. São Paulo:Loyola,2000.

HEIDEGGER, M.. **Identidade e diferença**. In: _____. Os pensadores. (trad. Ernildo Stein) São Paulo: Abril Cultural, 1999.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, nº 132, São Paulo, set./dez. 2009.

JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 163-219, jun. 2003.

JALIL, L. M. **Reconfigurações do e no mundo rural: as mulheres e o habitus feminino**. 45 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

JANNUZZI, P. M. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

KOFES, S. “**Mulher, mulheres: Diferença e Identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade – Interação e relação entre patroas e empregadas domésticas**”. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1990.

LEFÉBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, n. 3, v. 15, p. 805-821, Florianópolis, set. /dez. 2007.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Remo, 1985.

LOPES, J.R.B. **Desenvolvimento e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

MACIEL, L. **O sentido de “melhorar de vida” entre trabalhadores rurais migrantes em São Carlos-SP**. Disponível em:<
http://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/maciel_lidiane.pdf>. Acessado em 23 de agosto de 2012.

MAIA, C. J. “**Lugar**” e “**Trecho**”: **migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 194 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 2000.

MARANDOLA JÚNIOR, E.; DAL GALLO, P. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **O fenômeno migratório no Brasil**. Instituto Migrações e Direitos Humanos e Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília-DF, novembro de

2002. Disponível em:< www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc >. Acesso em 6 de Julho de 2012.

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. **A emergência das migrações no feminino**. Princípia, Cascais. 2012.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, nº 8, v. 1, p. 25-70, maio de 1996.

MATOS, M. R. Trabalhadores urbanos e domésticos: a constituição federal e sua assimetria. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.3, v. 17, 871-878, set./dez. 2009.

MEDEIROS, M. L. **Velas, por quem?**. Belém: CEJUP, 1991.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 1, 1998.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, v. 13, nº 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 2009.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. **Os afazeres domésticos contam**. Niterói: UFF/ECONOMIA, 2005.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna. 1995.

MENEZES, C. **A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes**. Rio de Janeiro: Imago, Brasília, 1976. 135 p.

MIRANDA, J. **Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida**. Estudos Observatório da Imigração, nº. 35, 2009.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. pertinência da categoria rural para análise do social. **Ciênc. Agrotec.**, Lavras, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002.

NETO, L. G. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 15 - jun de 1997.

NETO, M. I. D.; NAZARETH, J. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. Disponível em:< http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf>. Acessado em 23 de Outubro de 2012.

NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, ano 4, nº 6, p. 59-62, agosto de 2010.

NOGUEIRA O. J. O. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. **Revista Análise & Conjuntura**, p. 38-47, 1991.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico**. [periódico da internet] 2010. [Acessado em 04/12/12] Disponível em:<http://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf>

OLIVEIRA, J. C. **Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil**. Disponível em:<online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/download/1004/764>. Acesso em 05 de maio de 2013.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e análises informação demografia e socioeconômica, nº. 1, Rio de Janeiro, 2011. 103 p.

PACECCA, M. I.; COURTIS, C. género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el amb. **Pap. Poblac.**, vol.16 nº 63, Toluca, ene./mar. 2010.

PAULA, A. M. N. R. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: “a esperança de melhoria de vida”**. 151 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

_____. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: “a esperança de melhoria de vida”**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

_____. **TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais**. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PAULA, A. M. N. R.; JÚNIOR, J. C. Migrações internas no sertão das gerais: “a esperança de melhoria de vida”. **Revista UNIMONTES CIENTÍFICA**, Montes Claros, v. 4, n. 2, jul./dez. 2002.

PAUTASSI, L. **¡Cuánto trabajo mujer! El género y las relaciones laborales**. 1ª ed., Buenos Aires, Editora Capital Intelectual, 2007.

PEIXOTO J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS Working Papers**, n.11, p. 3-30, 2004.

PEREIRA, C. S. S. P. O urbano e o rural: discussões teóricas e perspectivas de análise. **Seção Estudos**, Uberlândia, ano 3, n. 5, p. 71-77, jan./jun. 2010.

PEREIRA, L. M. **A SUDENE e a Questão Regional: história e historiografia**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

_____. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. **Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero**. In: IV Congresso Paraguaio de População da Associação Paraguaia de Estudos de População. Assunção, 14 a 16 de novembro de 2011.

PISELLI, F. Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 50, fev. 1998.

PLÁ, J. V. A. Industrialização e transição demográfica no Brasil. **Revista Economia e Tecnologia (RET)**, v. 9, n. 1, p. 61-78, jan./mar. 2013.

RODRIGUES, L. **Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (org.). Montes Claros: Unimontes, 2000.

RAMOS, G. **Vidas secas**. Editora José Olímpio. 1938.

ROSA, G. J. **Campo Geral: Miguilim. (Noites do Sertão)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

ROSSINI, R. E. As geografias da modernidade – geográfica e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 12, p. 7-26, 1998.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2007.

SANTANA, M. V. **As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O poder do macho**. 5ª edição. Editora Moderna. 1999.

SANTOS, R. J. **Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros-1959 a 1983**. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 18 p., Texto para discussão, 398, 2010.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. S. Os irrigantes do projeto jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Cadernos de Desenvolvimento**, v. 5, nº 7, outubro de 2010.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SILVA, M. A. M.; MELO, B. M. Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, ano 17, nº 56, Campinas, abr. 2002.

SILVA, R. O. **Espaço vivido, lugar e ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG**. Monografia de Conclusão do Curso de Geografia da UNIMONTES, 2010.

SILVA, R. O.; SILVEIRA, Y. M. S. C.; FONSECA, G. S. **Lugar: ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG**. In: I Colóquio Cidade e Região: dinâmicas dos espaços urbanos e rurais, 13 a 15 de setembro de 2010.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-129.

SERTÓRIO, L. B.; SANTOS, M. O. **Relações entre trabalho, educação, gênero e migração**. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane Bruno Sertorio e Miriam de Oliveira Santos relacoes entre trabalho educacao genero e migra cao.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane%20Bruno%20Sertorio%20e%20Miriam%20de%20Oliveira%20Santos%20relacoes%20entre%20trabalho%20educacao%20genero%20e%20migracao.pdf)>. Acesso em: 23 de março de 2012.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez,1995.

SOARES, W. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: **Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. R. (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SUSIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 5-16, out./dez. 1988.

TAVARES, G. Q. **Migração interna populacional e sua participação no desenvolvimento regional no final do século XX**. 107 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Revista Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VALIM, A. **Migrações- da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

VERSIANI, F. R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio de Janeiro e São Paulo, no início do século. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, p. 77-96, out./dez. 1993.

VIDAL, F. B. **Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil**. Disponível em:<http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1829%3Aconsideracoes-em-tomo-da-validade-atual-da-discussao-sobre-as-desigualdades-regionais-no-brasil-&catid=58&Itemid=414>. Acessado em 24 de maio de 2013.

WHITAKER, D. C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Cad. CEDES**, v. 22, nº 56, Campinas, abr. 2002.

WISE, R. D.; COVARRUBIAS, H. M.; RAMÍREZ, H. R. Seis tesis para desmitificar el nexos entre migración y desarrollo. **Revista Migración Y Desarrollo**, 1º Semestre, p. 27-52, 2009.

ZAMBERLAM, J. **O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização**. Porto Alegre: Palotti, 2004.

ANEXOS

Anexo A

ANEXO 1 – Roteiro de Pesquisa para entrevista com migrantes

Título: *Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico.*

1) ORIGEM

- . Qual é o seu nome? (se quiser se identificar, não é necessário)
- . Qual sua idade?
- . Quando e onde nasceu.
- . Como era sua cidade?
- . Como era sua casa, alimentação etc. (condições de vida)?
- . O que as pessoas faziam para (sobre)viver (“ganhar a vida”)? O que empregava mais gente?
- . O que seus pais faziam lá?
- . Fale de sua infância, brincadeiras, convívio com outras crianças, escola, cotidiano no campo.

2) TRAJETÓRIA

- . Quando emigrou para Montes Claros?
- . Que idade tinha? Que grau de instrução tinha então, obtida na origem?
- . Por que migrou?
- . Como saiu? (recursos, transporte etc).
- . Quais eram os principais lugares para onde queria migrar?
- . De que maneira, Montes Claros surgiu como alternativa?
- . Teve algum contato com algum tipo de propaganda, como anúncio e cartaz, sobre a migração para Montes Claros?
- . O que sabia sobre Montes Claros?
- . Havia algum parente, amigo ou conhecido em Montes Claros?
- . O que idealizava com a viagem?

- . Conte como foram os arranjos para a viagem? Quem ajudou você, (ou sua família) na viagem?
- . Quem veio com você?
- . O que trouxe consigo? Fale de sua bagagem.
- . Estabeleceu contato com pessoas de outras naturalidades no ônibus?
- . Qual a visão/expectativa da cidade?

3) CHEGADA

- . Onde e como foi o seu desembarque?
- . Qual foi a sua primeira impressão sobre Montes Claros ao desembarcar?
- . Como foi a recepção?
- . Alguém te apoiou além da sua família para vir trabalhar na cidade?
- . De quanto em quanto tempo retorna a sua terra natal (origem)?

4) TRABALHO E INSERÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO

- . O que faz no trabalho doméstico?
- . Quais os horários de trabalho (nos dias úteis, sábados e domingos/feriados)?
- . Quais são as condições do trabalho doméstico realizado? Quais as dificuldades/problemas?
- . Na sua opinião, qual a importância desse trabalho?
- . Gosta do que faz?
- . Recebe dinheiro pelo que faz? INSS? Quanto?
- . Mora na casa onde trabalha? Como é seu quarto (acomodação)?
- . Como você define sua patroa?
- . É/foi maltratado no emprego? Como?
- . Do que mais sente falta?
- . Quando perguntada você diz sua profissão?
- . Já sofreu preconceito por ser empregada doméstica e migrante? Como é/foi?
- . O que quer para seu futuro?
- . “Sonha” em ter outra profissão?

5) DA TRADIÇÃO AOS NOVOS COSTUMES

- . Manteve contato com parentes e amigos da cidade de origem?
- . Fale do período de adaptação: novo clima, novos costumes, novos hábitos, novos amigos.
- . Conviveu com migrantes de outras cidades? Como foi?
- . Havia escola para os migrantes? Você diz para seus colegas da escola que veio de outra cidade?
- . A escola Era mantida por quem? Qual era a distância entre a escola e a moradia?
- . Como era o dia-a-dia das crianças?
- . Como era o lazer e a prática religiosa?
- . O que permaneceu da cultura e dos costumes de origem na sua família? (língua, alimentação, religião...)
- . E enquanto grupo, quais eram as datas, as festas e as comemorações?
- . O que foi incorporado da cultura da nova “cidade”?

6) RUMO À CIDADE: NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO

- . Por que e como se deu a sua transferência do campo para a cidade? Fuga? Do que?
- . Qual foi o primeiro bairro em que morou? Como era? E a cidade de Montes Claros como era?
- . Havia e ainda há associações ou clubes da comunidade? O que proporcionavam aos imigrantes? (educação, trabalho, lazer, política, cultura?)
- . Que atividade profissional desenvolveu na cidade? Como aprendeu?

7) QUESTÃO DA IDENTIDADE

- . Mantém vínculo com a cidade de origem? Cartas, telefonemas...
- . Namora ou Casou-se (ou juntou-se) com pessoa da sua origem (do grupo, comunidade) ou de outra cidade?
- . Teve oportunidade de retornar à terra natal? Como foi a experiência?
- . O que vê de positivo e negativo em Montes Claros?
- . Qual a diferença mais marcante no comportamento das pessoas daqui e de sua (cidade de) origem?

10/16/11

Economia

Avanço

OIT aprova direitos iguais para doméstica

12/15/11 O TEMPO

■ GENEBRA, SUÍÇA. Após 50 anos de debates, trabalhadoras domésticas terão finalmente o mesmo direito dos demais trabalhadores no mundo, o que obrigará o governo brasileiro a reformar a Constituição para garantir a mudança no status das domésticas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu negociação para criação de uma convenção internacional para garantir direitos às trabalhadoras domésticas.

A votação do projeto vai ocorrer ainda nesta semana. Governos e sindicatos apostam na aprovação do tratado. Se for ratificado pelo Brasil, o governo terá de iniciar processo para modificar a Constituição.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, acha que a votação não trará mais surpresas e disse que a mudança constitucional vai ocorrer. No Brasil, não há necessidade de reconhecer o FGTS no caso das domésticas. O fundo de garantia é apenas um "benefício opcional" que o empregador pode ou não conceder. Mas, ao se equiparar o estatuto dessa classe, será obrigatório. Lupi, que admitiu a explosão que o setor sofre no Brasil, garantiu aos sindicatos que haverá projeto de lei nesse sentido e que o governo quer ser um dos primeiros a ratificar a convenção.

A principal mudança terá de ocorrer no artigo 7 da Constituição Federal, que fala dos direitos dos trabalhadores. "Já estamos em negociação com o governo para permitir que a mudança na Constituição seja apresentada ao Congresso", afirmou a secretária da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane Silva.

Números

15%

das 52 milhões de trabalhadoras domésticas do mundo estão no Brasil

7,2 mi

é o número de trabalhadoras domésticas no Brasil hoje

10%

é o percentual de domésticas com carteira assinada no Brasil

58 horas

é a jornada média semanal da categoria, segundo o Ministério do Trabalho

Trabalho doméstico é eterno refúgio de mulheres pobres

HILDETE PEREIRA DE MELO
ESPECIAL PARA A FOLHA

O emprego doméstico é uma das mais antigas formas de trabalho assalariado. É uma tarefa reconhecida como responsabilidade feminina e culturalmente definida como "lugar da mulher".

Essas atividades são realizadas no interior das residências, recebem baixas remunerações e acabam como refúgio de pessoas com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade.

São condições de trabalho marcadas pelo estigma her-

gado socialmente de desvalorização do trabalho feminino na realização das tarefas de reprodução da vida.

O que explica a existência dessa categoria de trabalhadoras? A explicação mais plausível talvez seja o enorme desequilíbrio existente na distribuição de renda pessoal na sociedade atual.

Isso aliado à difícil conciliação entre família e trabalho, que gera uma demanda permanente por serviços domésticos, especialmente por parte das famílias com crianças pequenas e nas quais as mães trabalham fora de casa.

Reflete-se nos 6,7 milhões de trabalhadoras (PNAD 2009) dedicadas à realização dessas tarefas no país.

A grandeza desse número dá a dimensão das dificuldades encontradas pelas mulheres para conciliar os mundos do trabalho e da família.

Em 2008, depois de ligeiro arrefecimento, a ocupação apresentou 6,2 milhões de pessoas. Mas, no rastro da crise, o desemprego empurrou-as para as residências e a ocupação voltou a crescer. Foram 500 mil postos a mais.

Em uma perspectiva histórica, no auge do processo de

industrialização, houve uma revoada de mulheres pobres do Nordeste para o Sudeste, com epicentro em São Paulo, todas em busca de melhores condições de vida.

Sem qualificação, ficaram nas tarefas secularmente atribuídas às mulheres.

Aparentemente, esse movimento, nos dias atuais, foi em parte substituído por outras mulheres migrantes latino-americanas que, atraídas pela pujança da economia brasileira, dirigem-se para as terras paulistas, os Estados fronteiriços e até para o Distrito Federal.

mente alguns direitos legais para as trabalhadoras.

A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos empregados urbanos brasileiros, e às domésticas foram estendidos outros direitos, mas sem o conjunto dos direitos trabalhistas que abrangem os demais trabalhadores nacionais.

Essa legislação ainda incompleta de todos os direitos fragiliza ainda mais as mulheres migrantes, muitas sem documentos e, portanto, alvo fácil de situações precárias no exercício do serviço doméstico remunerado.

HILDETE PEREIRA DE MELO é pesquisadora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

Não há dados explícitos para avaliar a magnitude da questão, mas os relatos da Pastoral do Migrante mostram o crescimento desse fluxo e as péssimas condições de trabalho dessas mulheres, agravadas pela ilegalidade que cerca a vida de muitas delas.

A situação do emprego doméstico é agravada porque a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) exclui essas trabalhadoras do texto legal.

O trabalho doméstico remunerado é regido por legislação especial, que data apenas de 1977, que define so-